



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Helton Timoteo da Silva

Gênero parte: polifonia e dispersão do sujeito na redação oficial

Rio de Janeiro

2005

Helton Timoteo da Silva

Gênero parte: polifonia e dispersão do sujeito na redação oficial



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Rio de Janeiro

2005

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S586 Silva, Helton Timoteo da.
Gênero parte: polifonia e dispersão do sujeito na redação oficial /
Helton Timoteo da Silva. – 2005.
172 f.

Orientador: Décio Orlando Soares Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Redação
oficial – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 801

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Helton Timoteo da Silva

Gênero parte: polifonia e dispersão do sujeito na redação oficial

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 10 de março de 2006.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares Rocha (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Gisele de Carvalho
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2005

Dedico esta dissertação ao meu pai e a minha mãe, por me terem doado a dádiva da vida; a minha querida esposa e filhas, pelo amor que me têm e por terem compreendido a minha ausência e colaborado com o meu esforço

E

a meus alunos e colegas de trabalho, pelo grande incentivo e, sobretudo, pela amizade sincera.

AGRADECIMENTOS

A Décio Rocha, pela orientação competente, pela relação amigável, pelas palavras carinhosas e, principalmente, pela paciência e compreensão com que conduziu meus passos nessa difícil tarefa.

A todos os colegas do grupo “Seminário Temático em Análise do Discurso” e, em especial, às professoras Maria del Carmen Daher e Vera Lúcia Sant’Anna, pela tranquilidade com que conduziram os cursos e nos fizeram progredir em busca do nosso objetivo.

A todos os professores dos Mestrados em Linguística e em Língua Portuguesa da Uerj que, de alguma forma, contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos funcionários da secretaria da Pós-graduação em Letras, pela boa vontade.

Aos funcionários do Arquivo Geral da Base Aérea de Santa Cruz, pelo apoio incontestável e pelas informações precisas e imediatas.

Aos militares das secretarias dos dez esquadrões utilizados nesta pesquisa, pela gentileza com que me cederam o material necessário para a constituição do *corpus*.

Ao meu amigo Elvino Ranquine Guimarães, ouvinte consciente e paciente, que me ajudou nos momentos de dúvida e incerteza.

Aos meus amigos Andréia e Maurício Caju, pelo carinho e amizade sincera e por terem contribuído, de alguma forma, para a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos Márcia e Celso Magalhães, pelo apoio total e irrestrito e, além de tudo, pela imensa fraternidade com que me tratam, em todos os momentos.

A todos os que acreditam ser possível vencer as dificuldades e atingir um objetivo

RESUMO

SILVA, Helton Timoteo da. *Gênero parte: polifonia e dispersão do sujeito na redação oficial*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Este trabalho tem por objetivo investigar se haveria espaço para a polêmica num meio regido por princípios tão rígidos como os relacionados à hierarquia e à disciplina, o meio militar. Para isso, propusemo-nos estudar o emprego da partícula “não” nos enunciados de um gênero discursivo denominado “parte”, modalidade de documento cuja finalidade básica seria estabelecer a comunicação escrita entre os integrantes de uma mesma organização militar. Optamos por pesquisar as partes produzidas no ano de 2004 por dez setores da Base Aérea de Santa Cruz, em virtude de trabalhar nela há cerca de dez anos. Caso haja espaço para a polêmica no aludido meio, pretendemos averiguar como estariam sendo construídos os perfis dos enunciadores responsáveis pelos pontos de vista afirmativos subjacentes aos enunciados negativos das partes, bem como o tipo de polêmica que estariam instaurando nesse meio. Apresentamos, como considerações iniciais, os motivos que nos levaram à pesquisa, o problema, as hipóteses e o objetivo da pesquisa. No capítulo referente à introdução, discorremos sobre o gênero parte, bem como sobre as Instruções Normativas e os locais da enunciação, os setores da Base Aérea de Santa Cruz. No capítulo relativo ao quadro teórico, fizemos uma breve revisão da literatura. Nossa perspectiva teórica é a da Análise do Discurso de base enunciativa, com ênfase nos conceitos de dialogismo, de alteridade discursiva, de gêneros do discurso e de negação polêmica. A análise que conduzimos, considerando a noção de discurso como prática de linguagem socialmente instituída, traça os perfis dos enunciadores que estariam dialogando nos enunciados das partes. Como resultado, foi possível refletir sobre posições enunciativas dos enunciadores responsáveis pelos pontos de vista subjacentes aos enunciados negativos, identificadas em nosso *corpus*, sobre as relações de aproximação ou distanciamento entre os enunciadores postos em cena pelos enunciados negativos, bem como o embate entre seus pontos de vista e os dos veiculados pelos enunciados negativos e os efeitos de sentido que se podem depreender desse embate. Tais efeitos de sentido revelam a importância do gênero estudado e como os aportes teóricos da Análise do Discurso são produtivos mesmo para enunciados tão padronizados como os das partes.

Palavras-chave: Enunciador. Gêneros do discurso. Alteridade discursiva. Negação polêmica.

Gênero parte.

RESUMÉ

Cet travail a pour but de vérifier si aurait eu lieu pour la polémique dans un milieu a régulé pour des principes de la hiérarchie et de la discipline, le milieu militaire. Nous nous ont proposé d'étudier l'emploi de la particule "non" dans les énoncés du genre discursive a dénommé "parte", modalité de document dont finalité basique serait établir la communication écrite entre les intégrants d'une même organisation militaire. Nous ont opté a rechercher les "partes" a produites pendant l'année 2004 pour dix secteurs de la *Base Aérea de Santa Cruz*, à cause d'en travailler vers de dix ans. Si on avait lieu a la plémique em cet milieu, nous aurions prétendre vérifier les profils des énonciateurs responsables pour les points de vue affirmatives subjacentes aux énoncés négatifs de les "partes", biens aussi le type de polemique q'ils auraient été en établant dans cet milieu. Nous ont présenté, a façon de appréciationnes initiales, les motifs que nous ont conduit à la recherche, le problem, les hypothèses et le but de la recherche. Dans le chapitre introductif, nous ont faisons une investigation sur le genre "parte", bien aussi sur les Instructionnes Normatives et les lieux de la énonciation, les secteurs de la *Base Aérea de Santa Cruz*. Dans le chapitre relatif au cadre théorique est celui de l'Analyse du Discours de base énonciative, avec emphase dans les concepts de dialogisme, altérité discursive, genres du discours et négation polémique. Ayant pour bse une conception de discours qui renvoie à des pratiques langagières socialement constituées, l'analyse que nous avons menée nous a permis de connaître certains profis d'énonciateurs de ce genre. Les résultats nous ont permis de mieux cerner les positions énonciatives des énonciateurs responsables pour les points de vue subjacentes aux énoncés négatifs, identifiées dans notre corpus, sur les relations de rapprochement or d'éloignement entre les énonciateurs qui ils ont mettrons en scène pour les énoncés négatifs, bien aussi le choc entre leurs points de vue et de ce que l'énocés négatifs véhiculent et les effets de sens ququón peuvent inférer de cet choc. Tels effets de sens révellent l'importnce du genre a étudié et comme les theories de l'Analyse du Discours sont productifs pour les énoncés aussi étaloné de las "parte".

Mots-clés: Énonciateur. Genre du discours. Altérité discursive. Negation polemique. Genre "parte"

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Setores, quantidades de partes e percentuais em 2004 60
- Quadro 2** Contraste das partes por assunto intra-setorial – 1º/16º GAV 61
- Quadro 3** Contraste das partes por assunto intra-setorial – 1º GAVCA 61
- Quadro 4** Contraste das partes por assunto intra-setorial – 4º/7º GAV 62
- Quadro 5** Contraste das partes por assunto intra-setorial – ACI 62
- Quadro 6** Contraste das partes por assunto intra-setorial – PASC 63
- Quadro 7** Contraste das partes por assunto intra-setorial – EI 63
- Quadro 8** Contraste das partes por assunto intra-setorial – EP 63
- Quadro 9** Contraste das partes por assunto intra-setorial – EIE 64
- Quadro 10** Contraste das partes por assunto intra-setorial – EC 64
- Quadro 11** Contraste das partes por assunto intra-setorial – ES 64
- Quadro 12** Deduções dos assuntos repetidos intra-setores e inter-setores 66
- Quadro 13** Delimitação do *corpus* por assunto e setores 69
- Quadro 14** Partes-resposta a outras partes ou outras modalidades comunicativas 77
- Quadro 15** Definição da negação e dos perfis dos enunciadores das negações polêmicas 99
- Quadro 16** Visão geral das ocorrências dos perfis de enunciadores 111

Quadro 17 Convergências e divergências entre os pontos de vista afirmativos 112

Quadro 18 Ocorrências por perfis de enunciadores em relação aos setores de produção 77

SINOPSE

Pesquisa em Análise do Discurso de base enunciativa. Estudo da negação polêmica num gênero denominado *parte*. Reconhecimento de enunciadores e de suas posições enunciativas. Conceitos de enunciadores, gêneros do discurso, discurso, alteridade discursiva e negação polêmica.

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais: o interesse pelo tema da pesquisa 1
2. Introdução: o gênero parte e os locais da enunciação 9
 - 2.1 Breve história da parte 9
 - 2.2 A substituição da IMA 10-1 pela ICA 10-1 10
 - 2.3 Contraste entre as duas Instruções Normativas (IN) 11
 - 2.4 O status dos enunciadores e co-enunciadores no gênero parte 22
 - 2.5 Os locais da enunciação – Base Aérea de Santa Cruz (BASC) 25
3. Quadro teórico: uma perspectiva discursiva de análise 28
 - 3.1 Dialogismo e enunciação 33
 - 3.2 Os gêneros do discurso 36
 - 3.3 A alteridade discursiva 40
 - 3.4 A heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada 44
 - 3.5 O fenômeno da negação 45
 - 3.5.1 Negação metalingüística 48
 - 3.5.2 Negação polêmica 48
 - 3.5.3 Negação descritiva 49
4. Metodologia: o percurso da pesquisa 53
 - 4.1 A constituição do *corpus* 53
 - 4.2 A delimitação do *corpus* 54
 - 4.2.1 Corte temporal 56
 - 4.2.2 Corte por setores 58
 - 4.3 O operador de negação *não*: a entrada lingüística para a negação polêmica 59
 - 4.3.1 Análise do quadro 1 59
 - 4.4 Uma análise preliminar 60

| | |
|--|-----|
| 4.4.1 A título de exemplo: análise do enunciado negativo nº 9 | 69 |
| 5. Análise do <i>corpus</i> | 75 |
| 5.1 A controvérsia instaurada: o enunciado negativo e o ponto de vista afirmativo subjacente | 75 |
| 5.2 Análise dos enunciados das partes-resposta | 78 |
| 5.2.1 Análise das partes-resposta a partes com negação – 1º grupo | 78 |
| 5.2.2 Análise das partes-resposta a partes sem negação – 2º grupo | 85 |
| 5.2.3 Análise das partes-resposta a outras formas de comunicação – 2º grupo | 87 |
| 5.3 Análise dos enunciados das partes restantes | 89 |
| 5.3.1 Partes com negações descritivas | 90 |
| 5.3.2 Análise dos enunciados das partes com negações polêmicas | 91 |
| 5.4 Os perfis dos enunciadores | 105 |
| 5.4.1 A demarcação das fronteiras entre os perfis dos enunciadores | 106 |
| 5.4.2 Diferentes perfis de enunciadores – convergências e divergências | 107 |
| 5.4.2.1 Enunciador-incrédulo | 108 |
| 5.4.2.2 Enunciador-dificultador | 110 |
| 5.4.2.3 Enunciador-controlador | 111 |
| 5.4.2.4 Enunciador-equivocado | 112 |
| 5.5 Depurando a análise | 113 |
| 6. Considerações finais | 122 |
| Referências bibliográficas | 127 |
| Anexo I | |
| Partes com negações polêmicas | 129 |
| Anexo II | |
| Partes com negações descritivas | 142 |

Considerações iniciais: o interesse pelo tema da pesquisa

Ao longo de vinte anos, temos mantido contato direto – e quase diariamente – , por injunção das atividades burocráticas exercidas nas unidades militares do antigo Ministério da Aeronáutica (atual Comando da Aeronáutica) pelas quais passamos, com várias espécies de documentação escrita, dentre as quais poderíamos citar, como mais rotineiras, os ofícios (externos ou internos), os memorandos, as partes, os processos administrativos de gestão, os boletins (sobretudo os internos), as declarações, as certidões, as ordens de serviço (dos mais variados tipos), as guias de recolhimento, as mensagens SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), toda sorte, enfim, de *gêneros discursivos* (Bakhtin, 2003: 262), pertencentes ao que poderíamos reunir sob o rótulo geral de “redação oficial”.

Sabemos, pelas práticas diárias de trabalho, que tais documentos apresentam formas constitutivas eminentemente padronizadas, fundamentadas, aliás, nas prescrições existentes nos manuais de instrução – instrumentos de normatização que visam à *correção e uniformização* deles, não só do ponto de vista da sua formalística, como também da elaboração dos seus *enunciados*, entendendo este termo na acepção *bakhtiniana* de “unidade real da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2003: 269).

Esses documentos, principalmente os ofícios, os memorandos e as partes, são usados basicamente a serviço da comunicação escrita entre os integrantes quer de uma mesma organização militar, em se tratando dos memorandos e das partes, quer entre esta e outras organizações militares, bem como entre ela e instituições públicas ou privadas,

em se tratando dos ofícios¹, atendendo a finalidades práticas bastante imediatas.

O caráter eminentemente padronizado desses gêneros do discurso, aliado à aparente neutralidade dos seus enunciados, entendendo por *neutralidade* a suposta omissão do sujeito nestes enunciados, calcada nos preceitos das Instruções Normativas (ver item 2.3) sobre a *impressoalidade* que se lhes deve imprimir, talvez tenha impedido, até o momento, que um analista se debruçasse sobre eles, a fim de verificar o seu funcionamento discursivo.

Outro fator que pode justificar esse desinteresse pelo estudo de tais gêneros, além dos referidos no parágrafo anterior, seria o desconhecimento, tanto das suas singularidades, as quais esclareceremos ao longo da pesquisa, quanto da comunidade discursiva que os institui.

Mesmo os manuais de redação oficial, os quais mencionam, dentre os documentos citados, pelo menos os ofícios e os memorandos, fazem-no em linhas muito gerais, fornecendo apenas instruções para sua elaboração e tramitação, sem, contudo, levar em consideração as interações discursivas inerentes a qualquer tipo de enunciado.

Portanto, considerando, de acordo com Bakhtin, que “O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da lingüística e da filologia.” (Bakhtin, 2003: 264), propusemo-nos, nesta pesquisa, descrever pormenorizadamente e analisar um gênero do discurso, dentre os acima citados, profundamente desconhecido do grande público: o gênero parte.

1. Disso decorre, inclusive, a sua divisão em ofício interno – entre organizações militares da Aeronáutica – e externo – entre as três Forças Armadas, isto é, Marinha, Exército e Aeronáutica, ou entre estas e as instituições públicas ou privadas.

Antes de começarmos a discorrer sobre a comunidade discursiva na qual se constituem as partes, os sujeitos da enunciação, ou mesmo acerca das peculiaridades de tal gênero, que o legitimam junto a outros gêneros, gostaríamos de fazer uma breve exposição a respeito dos motivos que nos atraíram para esta pesquisa.

Como dissemos anteriormente, o contato direto com certos tipos de documentos, entre os quais as partes, ao longo de quase duas décadas, de um certo modo nos levou a uma espécie de “saber fazer”, isto é, a uma certa “incorporação” das normas que regem a formatação e a composição propriamente dita de tais enunciados.

Todavia, assim como respiramos e andamos sem a menor consciência dos mecanismos que são mobilizados para a realização desses atos tão naturais e singelos, jamais havíamos nos detido a fim de examinar, não apenas o funcionamento da estrutura composicional das partes – o que se resumiria tão-somente “a uma análise de texto” –, senão também sua própria razão de ser, ou seja, o fato de que “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.” (Orlandi, 2005: 21)

A partir do contato com algumas teorias da lingüística contemporânea, sobretudo as da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa, e das lições de Bakhtin (2003), nossa curiosidade aguçou-se um pouco mais. Inicialmente, de uma forma um tanto *naïve*, comprometidos que estávamos com uma tradição baseada na qual examinávamos um texto mais sob o ponto de vista da interpretação dos seus conteúdos do que de um ponto de vista discursivo.

Não obstante essa ingenuidade, foi-nos possível perceber certas particularidades naquele gênero que nos instigaram a entender o seu funcionamento relativamente a outras práticas discursivas e a si mesmo, no *ambiente* em que circula e tendo em vista as interações verbais entre os seus usuários.

Dois fatores nos instigaram inicialmente à escolha do tema: a substituição da IMA 10-1 (manual que rege a elaboração dos documentos oficiais) pela ICA 10-1, em função da mudança de Ministério da Aeronáutica para Comando da Aeronáutica; o fato de termos observado, nos textos das partes, a pequena incidência do emprego de enunciados negativos, principalmente naqueles em que aparece o operador “não”, “marca lingüística inequívoca de negação” (Rocha, 1992: 7).

Quanto ao primeiro fator, a questão era saber se haveria mudanças significativas na maneira de articulação dos enunciados das partes, em função da publicação de uma nova Instrução Normativa (IN), ou se as mudanças seriam apenas circunstanciais, periféricas, restringindo-se apenas à formatação e padronização dos documentos, graças ao advento da informática.

Em relação ao segundo fator, instigou-nos entender o porquê da restrição do emprego das partículas negativas. Estaria isso relacionado ao meio em que as partes circulam, o meio militar? Em que situações seriam utilizadas essas formas de negação? Por fim, o que estariam denunciando?

Nossa dificuldade inicial era quanto à categoria de análise a ser escolhida, em função de um dado objetivo.

Dentre as opções resultantes de uma pré-análise que operamos em diversos documentos, entendendo por pré-análise a observação de inúmeros dados empíricos,

algumas se mostraram bastante produtivas para a pesquisa, a saber, as marcas de negação e as várias formas de discurso relatado e outras modalizações, as primeiras destas a serem especificadas ao longo do trabalho.

Inicialmente, havíamos pensado em enfatizar os diversos tipos de discurso relatado detectados nas partes. Mas julgamos mais proveitoso investigar os enunciados que apresentavam algumas formas de negação, uma vez serem esses enunciados mais raros, pelo que pudemos sondar, que as formas afirmativas. Ocorreu-nos, então, averiguar quais as formas de negação mais freqüentes e em que casos elas eram utilizadas, bem como os setores que mais as usavam.

Nosso interesse, portanto, foi motivado justamente pela raridade do emprego das formas negativas. Haveria, neste espaço discursivo, alguma espécie de restrição ao uso dessas formas? Sendo esse uso aparentemente tão restrito, qual a importância de seu *surgimento* em alguns enunciados do gênero? Ou, em outras palavras, o que poderiam estar denunciando?

Como se pode perceber, nosso objetivo passou a ser a investigação das formas de negação existentes nos enunciados das partes, especificamente o marcador “não”, a fim de verificarmos se haveria espaço para a polêmica num meio regido por princípios tão rígidos como os relacionados à hierarquia e à disciplina.

A razão para tal escolha levou em conta dois fatores, um dos quais já aludimos acima: a raridade, ao menos em termos quantitativos, do emprego das formas negativas nos enunciados das partes. O outro fator estaria relacionado ao próprio gênero em que essas formas aparecem, a parte, pois as pesquisas realizadas nesse âmbito, ou melhor, as

investigações a respeito da negação, em especial a polêmica (Ducrot, 1987), voltam-se para gêneros discursivos assaz diferentes do gênero acima, ou seja, textos de jornais e revistas, textos técnico-científicos, entre outros, aparentemente mais propícios a investigações dessa natureza que aquele.

Essa motivação será elucidada, contudo, no capítulo 4, que se destina à exposição da metodologia adotada para a delimitação do *corpus*. Por enquanto, no limitaremos à formulação da pergunta de pesquisa, associada ao objetivo acima, que pode ser resumida assim:

- ✓ Considerando que há, segundo Ducrot (1987), três tipos de negação, a saber, *negação descritiva*, *negação metalingüística* e *negação polêmica*, e sendo as marcas de negação signos de polifonia, sobretudo a *polêmica* e a *metalingüística* (Ducrot, 1987), que vozes estariam sendo colocadas em cena pela negação, como essas vozes estariam dialogando no interior dos enunciados das partes e quais os perfis dos enunciadorees neles constituídos?

Associadas a essa pergunta central, teríamos outras secundárias, mas a ela visceralmente ligadas:

- ✓ Que saberes estariam vinculados aos pontos de vista afirmativos subjacentes e por que estariam sendo rejeitados nesse espaço discursivo?

A experiência adquirida em muitos anos de trabalho com o gênero em questão, assim como o levantamento exaustivo de dados empíricos que vimos operando numa tentativa de recortar ao máximo, num material tão vasto, o nosso *corpus*, nos possibilitou levantar as seguintes hipóteses, relativamente às questões formuladas:

- ✓ Como se trata de um meio militar, em que as relações hierárquicas estão fortemente enraizadas naqueles que nele interagem, e os direitos e deveres (sobretudo estes) estão previstos e prescritos em diversas legislações inerentes às atividades aí exercidas, em concomitância com todas as sanções previstas para quem deixar de cumprir as prescrições veiculadas por essas legislações, acreditamos predominar nesse espaço discursivo perfis de enunciadores ligados a uma conduta padrão, a uma tendência à burocratização e a uma inclinação ao autoritarismo e à alienação.
- ✓ Os enunciados negativos, ao se contraporem a esses perfis de enunciadores e aos pontos de vistas sustentados por estes, estariam denunciando a fragilidade de um sistema cujas leis e sanções são pretensamente inflexíveis e invioláveis, capazes de controlar o indivíduo o tempo todo e de todas as formas, mas que no fundo permitiriam uma possibilidade de resistência por parte deste indivíduo.
- ✓ Embora aparentemente tenhamos enfatizado a negação polêmica, acreditamos haver nesse meio certa restrição a ela. Logo, há uma grande probabilidade de as negações descritivas serem em maior número. Por essa razão, os dois tipos de negação vão compor o nosso *corpus*.

Essas hipóteses, como elucidaremos a seguir, nos ajudarão na constituição do *corpus*, a partir do qual pretendemos responder às perguntas formuladas.

Nosso trabalho está organizado em seis capítulos. Neste primeiro, expusemos nosso interesse pelo tema escolhido, alinhavando algumas informações gerais a respeito. Formulamos nosso problema e as hipóteses a ele relacionadas. Traçamos

também nosso objetivo de pesquisa. No segundo capítulo, *introdução*, discorremos sobre a história da parte; sobre a substituição da IMA 10-1 pela ICA 10-1, estabelecendo um contraste entre alguns capítulos destas duas Instruções Normativas (IN); realizamos um breve panorama sobre o status dos enunciadores e co-enunciadores no gênero em questão e versamos sobre os locais da enunciação, a Base Aérea de Santa Cruz. No capítulo 3, apresentamos

nosso quadro teórico que é o da análise do discurso de base enunciativa. Os conceitos que norteiam nossa análise são os de dialogismo e de gênero discursivo (Bakhtin, 2002, 2003), de heterogeneidade constitutiva e mostrada (Authier-Revuz, 1990, 2004 e Maingueneau, 1997) e de polifonia e de negação polêmica (Ducrot, 1987). No capítulo 4, buscamos reconstruir o percurso da pesquisa, em especial, a constituição e delimitação do *corpus* e reiteramos a escolha da categoria de análise lingüística, o operador de negação *não*, previamente apontado neste primeiro capítulo. No capítulo 5, é feita a análise propriamente dita do *corpus*, cujas conclusões são apresentadas no Capítulo 6, *considerações finais*.

Com isso, pretendemos divulgar um gênero desconhecido do grande público, além de demonstrar que, a despeito do seu caráter eminentemente padronizado, é possível investir nele como objeto de análise. Esperamos, a partir dessa pesquisa, contribuir, de alguma forma, para os estudos enunciativos, em nossa área específica, que é a da Lingüística Aplicada.

2. Introdução: o gênero parte e os locais da enunciação

Este capítulo divide-se em cinco seções. Na primeira, faremos um breve histórico do termo *parte*. Em seguida, discorreremos sobre a substituição da IMA (Instrução do Ministério da Aeronáutica) 10-1 pela ICA (Instrução do Comando da Aeronáutica) 10-1. Na seção seguinte, estabeleceremos um contraste entre essas duas Instruções Normativas. Para tecer algumas considerações sobre o *status* dos enunciadores e co-enunciadores no gênero parte, utilizaremos a quarta seção. Na última seção, apresentaremos, finalmente, os locais da enunciação, isto é, os setores da Base Aérea de Santa Cruz, cujas partes expedidas ao longo do ano de 2004, como veremos no capítulo 4, nos servirão de suporte para esta pesquisa.

2.1 Breve história da parte

Segundo o que pudemos verificar em alguns dicionários¹, o termo “parte” seria oriundo do latim e teria vários significados, dentre os quais “comunicação verbal ou escrita; participação, aviso.” Estas acepções nos interessam, na medida em que a parte, como tentaremos demonstrar, além da finalidade de *participar e avisar, ou informar*, funciona também como um importante instrumento de comunicação escrita, servindo, inclusive, para mobilizar ações entre os interlocutores do espaço socioinstitucional onde circula.

De acordo, ainda, com o depoimento de vários militares, alguns dos quais incorporados às fileiras da Força Aérea Brasileira nas décadas de 50 e 60, tal palavra

1 – Dicionário escolar da língua portuguesa / Francisco da Silveira Bueno; colaboração de Dinorah da Silveira Campos Pecoraro, Giglio Pecoraro, Geraldo Bressane – Rio de Janeiro: FAE, 1986.

Dicionário Brasileiro Globo / Fernandes, Francisco, 1900-1965 – Celso Pedro Luft, F. Marques Guimarães – São Paulo: Globo, 1996.

seria uma corruptela do termo “participação”, no sentido de “comunicação de um fato relacionado sobretudo à disciplina e, por extensão, à própria atividade administrativa”².

Segundo outros, a Aeronáutica teria “importado” tanto os termos, quanto a própria documentação por eles designada, do antigo Ministério do Exército (atual Comando do Exército).

Qualquer que seja, porém, a origem do termo, o fato é que a parte é largamente utilizada no meio militar, em todas as suas modalidades, seja a parte administrativa, seja a disciplinar, ou mesmo a particular³. Além disso, são devidamente descritas nos manuais e regulamentos da Aeronáutica e estão sujeitas a diversas coerções, como, aliás, qualquer outro gênero discursivo.

2.2 A substituição da IMA 10-1 pela ICA 10-1.

O gênero parte, como apontamos anteriormente, assim como outros gêneros de documentos oficiais, vem descrito, pormenorizadamente, em Manuais de Instruções ou Instruções Normativas (IN) que regulam sua padronização e uniformização, bem como sua tramitação entre os setores de uma mesma unidade militar, no caso dos documentos internos, ou entre unidades militares ou empresas privadas, e mesmo pessoas físicas, no caso dos documentos externos.

A Portaria nº 132/GM3, de 8 de fevereiro de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 10 de fevereiro de 1995, aprovou a reedição da Instrução sobre Correspondência e Atos Oficiais do Ministério da Aeronáutica (IMA 10-1).

2 – Vê-se, a partir desse trecho, a limitação a que estava sujeita.

3 – Essa tipologia é prevista nas IN, bem como, no que se refere à parte disciplinar, no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER), como veremos a seguir.

Com a extinção do Ministério da Aeronáutica em 1999 e a conseqüente criação do Comando da Aeronáutica, vinculado, juntamente com os Comandos da Marinha e do Exército, ao Ministério da Defesa, houve a necessidade de uma atualização da referida IMA.

Finalmente, quatro anos após a criação do Comando da Aeronáutica, seria aprovada, através da Portaria COMGEP nº 116/SEM, de 15 de julho de 2004, publicada no BCA nº 135, de 21 de julho de 2004, a edição da nova Instrução que dispõe sobre Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICA 10-1).

De um modo geral, as diferenças entre as duas Instruções, no que se refere à padronização, uniformização e formatação dos documentos, são relativamente pequenas, como demonstraremos adiante. No entanto, num breve contraste entre elas, podemos entrever algumas mudanças na maneira de articular os enunciados dos itens que as integram.

2.3 Contraste entre as duas Instruções Normativas (IN)

Estabeleceremos, nos quadros abaixo, referentes aos capítulos 1 – Disposições Preliminares, 5 – Regras Gerais para Elaboração de Documentos e 6 – Regras Específicas para Elaboração de Documentos e Atos Administrativos, inerentes às duas IN supracitadas, uma referência cruzada, a fim de demonstrar, a partir de uma breve análise dos seus enunciados, quais os pontos de contato e divergência entre elas, bem como refletir sobre a forma como os enunciadores desses discursos concebem os gêneros para os quais prescrevem regras de formatação e elaboração e qual (is) o (s) modelo (s) de comunicação que mais se aproxima (m) dos moldes sugeridos.

As IN em questão naturalmente apresentam outros capítulos com suas respectivas divisões. Contudo, esses não nos interessam, pois julgamos que, em relação ao gênero que analisaremos, sejam essenciais os capítulos e itens descritos abaixo.

Além disso, nosso objetivo geral é investigar o gênero parte, não o gênero (porque assim também podemos considerá-lo) Instrução Normativa. Se desenvolvemos uma análise dos capítulos abaixo, é por considerarmos relevante essa análise para a constituição do *corpus*, pois talvez derive disso uma compreensão mais abrangente do material disponível.

Em linhas gerais, desenvolveremos uma análise, centrada nos aspectos lingüísticos mais imediatos dos enunciados mobilizados nos quadros abaixo, pois não é o nosso objetivo aprofundar uma análise discursiva deles. Exercício que faremos em prática quando formos analisar as partes propriamente. Nada nos impede, contudo, de pontuar, aqui e ali, implicações discursivas postas em cena pelos enunciados das IN.

É claro que, quaisquer que sejam os pontos de vista postos em cena pelos enunciados das IN, esses pontos de vista serão sempre um resultado das relações de poder entre os sujeitos dessas enunciações, isto é, tanto uma quanto a outra instrução são frutos da comunidade discursiva que as mobiliza, ou seja, da rede de formulações (Maingueneau, 1997) na qual estão imersas.

Nesse sentido, a primeira instrução estaria mais vinculada a uma sociedade ainda influenciada pelos resquícios da ditadura militar. A segunda instrução, contudo, refletiria outras relações com a ideologia que a perpassa, baseada numa nova estruturação da sociedade, que tende cada vez mais para uma suposta liberdade política e econômica. Em outras palavras, embora a ICA assimile parcialmente os discursos da IMA que a antecede – e juntamente com eles a ideologia a eles subjacente – traz à tona discursos que

se distanciam dos discursos da IMA, senão também, aqui e ali, se opõem a estes. Essas hipóteses, não obstante sedutoras, não serão alvo desta pesquisa. Passemos, pois, aos itens existentes nos capítulos das duas instruções acima, ambos intitulados *Disposições Preliminares*.

| IMA 10-1 – 10 FEV. 1995 | ICA 10-1 – 15 JUL. 2004 |
|---|--|
| <p>1.1 FINALIDADE</p> <p>Esta Instrução tem por finalidade padronizar a elaboração de documentos [e disciplinar a sua tramitação], no âmbito do Ministério da Aeronáutica, [de forma a obter-se] uniformização e eficiência.</p> | <p>1.1 FINALIDADE</p> <p>Esta Instrução tem por finalidade padronizar a elaboração de documentos [oficiais], no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), [visando a sua indispensável] uniformização e eficiência.</p> |
| <p>1.2 CONCEITUAÇÃO</p> <p>1.2.1 DOCUMENTO</p> <p>Para efeito desta IMA, documento é o registro do ato oficial que emana de autoridade administrativa no exercício legal de suas funções e em razão das mesmas, abrangendo documentos administrativos e normativos.</p> | <p>1.1 CONCEITUAÇÃO</p> <p>1.2.6 DOCUMENTO</p> <p>É a informação registrada em um suporte material suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época e lugar.</p> |
| <p>1.2.1 DOCUMENTO ADMINISTRATIVO</p> <p>É o documento de teor administrativo oriundo das Organizações ou a elas dirigido.</p> | <p>1.2.7 DOCUMENTO ADMINISTRATIVO</p> <p>É o documento de teor administrativo oriundo das organizações ou a elas dirigido.</p> |
| <p>1.2.8 CORRESPONDÊNCIA OFICIAL</p> <p>É o documento emanado de suas Organizações ou a elas dirigido e destas às estranhas ao Ministério da Aeronáutica, tratando de assuntos de serviço.</p> | <p>1.2.5 CORRESPONDÊNCIA</p> <p>É toda espécie de comunicação escrita que circula nos órgãos ou entidades.</p> |
| <p>Nada consta.</p> | <p>1.2.5.1 CORRESPONDÊNCIA OFICIAL</p> <p>É a espécie formal de comunicação mantida entre os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou destes para outros órgãos públicos ou empresas privadas.</p> |
| <p>Nada consta.</p> | <p>1.2.5.2 CORRESPONDÊNCIA PARTICULAR</p> <p>É a espécie informal de comunicação utilizada entre autoridades ou servidores e instituições ou pessoas estranhas à Administração Pública Federal.</p> |

| IMA 10-1 – 10 FEV. 1995 | ICA 10-1 – 15 JUL. 2004 |
|---|---|
| <p>1.3 CLASSIFICAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA</p> <p>1.3.5 A correspondência, no Ministério da Aeronáutica, é assim classificada:</p> <p>a) quanto ao âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ interna – é a que tramita entre os setores de uma mesma Organização; e ⇒ externa – é a que tramita entre as Organizações da Aeronáutica ou entre essas e outras estranhas a este Ministério. <p>b) quanto à natureza:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ ostensiva – é aquela cujo conhecimento não prejudica a administração, não sendo, porém, permitida a sua distribuição à imprensa não oficial, salvo quando autorizada; e ⇒ sigilosa – é aquela que, por sua natureza, deve ser de conhecimento restrito e, portanto, requer medidas especiais para sua segurança. | <p>1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS</p> <p>Os documentos do COMAER são assim classificados:</p> <p>a) quanto ao âmbito,</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ interno – é o que tramita entre os setores de uma mesma Organização Militar (OM); e ⇒ externo – é o que tramita entre as OM do COMAER ou entre estas e os órgãos externos ou as pessoas físicas; <p>b) quanto à natureza,</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ ostensivo – é aquele cujo acesso é irrestrito; e ⇒ sigiloso – são considerados originariamente sigilosos, e serão como tal classificados, dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (...) |

Essas Disposições Preliminares tratam basicamente da finalidade das Instruções, da conceituação dos documentos e da classificação da correspondência. Quanto às finalidades, a ICA praticamente absorveu o enunciado da IMA, com ligeira mudança da sua estrutura, se bem que o emprego da palavra “indispensável” no item 1.1 da ICA mobilize um sentido não existente na instrução mais antiga.

Já em relação à conceituação, a análise se torna mais delicada, tendo em vista não haver nem uma correspondência exata entre seus itens, nem nas definições neles explicitadas. Desse modo, o conceito geral relativo a documento, na primeira instrução, corresponderia aproximadamente ao conceito restrito de documento oficial da segunda. Por outro lado, há total identificação entre os conceitos de documento administrativo em ambas. Embora no enunciado deste item seja mencionado o documento normativo, nada se fala dele na ICA, ao passo que a primeira instrução lhe dedica um item à parte.

Outro fato curioso é a definição geral de documento na ICA. Parece haver, nesse caso, uma ampliação do conceito de documento, de modo que essa conceituação serviria,

quer para documentos da esfera militar, quer de outras esferas, diferentemente do modo como se articula o referido conceito na IMA. Para finalizar, podemos dizer que a IMA contrapõe documento administrativo a normativo. Já a ICA contrapõe a administrativo, documento oficial.

Essa confusão terminológica e conceitual vai se repetir em relação ao conceito de correspondência. Para a IMA, não haveria diferença entre correspondência oficial e documento. Quanto à ICA, ela subdivide correspondência – para a qual dá um conceito geral em que a confunde com *comunicação escrita* – em correspondência oficial e particular, tratando a ambas como uma espécie de comunicação, sendo esta *informal* e aquela *formal* (*sic!*).

Na realidade, a aproximação entre correspondência e documento na primeira instrução, bem como a de correspondência e comunicação escrita, está vinculada à idéia de movimentação. Isso nos levaria a crer que documento propriamente dito, tanto num caso como no outro, seria o *registro do ato oficial*. Como entender, então, a definição de documento administrativo nestas instruções, se elas afirmam ser o documento *oriundo das organizações ou a elas dirigido*?

Outra complicação: a IMA fala em classificação da correspondência; a ICA, classificação dos documentos. Quanto à natureza das correspondências/documentos, em relação à subálnea *ostensivo*, o enunciado da ICA pressupõe uma abertura, um livre acesso, ao passo que a IMA parece pôr em cena uma censura velada.

Ademais, na subálnea *sigiloso*, o texto mobilizado pela ICA não parece restringir-se ao âmbito do COMAER, como anuncia. A outra, ao contrário, mantém a restrição. Passemos, agora, à análise dos capítulos relativos às *Regras Gerais para Elaboração de Documentos Oficiais da Aeronáutica*.

| IMA 10-1 – 10 FEV. 1995 | ICA 10-1 – 15 JUL. 2004 |
|---|---|
| <p>5.1 LINGUAGEM DA REDAÇÃO OFICIAL</p> <p>5.1.1 A correspondência oficial requer objetividade, sendo essencial uma linguagem clara e simples. A redação administrativa, de uso cotidiano, deve apresentar caráter de impessoalidade, não devendo prescindir das seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) correção – cumprimento das regras gramaticais vigentes; b) clareza – expressão do pensamento com nitidez, facilitando a compreensão imediata do texto; c) concisão – exatidão no emprego da linguagem, com a exposição das idéias em poucas palavras; d) harmonia – disposição ordenada e adequada do conteúdo nas frases e períodos; e e) formalidade e padronização – possibilitam a imprescindível uniformidade dos textos. | <p>5.1 LINGUAGEM DA REDAÇÃO OFICIAL</p> <p>5.1.1 A correspondência oficial requer objetividade, sendo essencial uma linguagem clara e simples, sem, contudo, prescindir da utilização do padrão culto da língua, isto é, a observação das regras da gramática formal e o emprego de um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. A redação oficial apresentará caráter de impessoalidade, não prescindindo das seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) correção – cumprimento das regras gramaticais vigentes; b) clareza – expressão do pensamento com nitidez, facilitando a compreensão imediata do texto; c) concisão – emprego de palavras precisas e específicas, com a exposição das idéias em poucas palavras; d) harmonia – disposição ordenada e adequada do conteúdo nas frases e períodos; e e) formalidade e padronização – uso do padrão culto da linguagem e respeito às normas para elaboração de documentos, sempre visando à uniformidade das comunicações. |
| <p>5.1.2 Na redação dos atos e comunicações oficiais devem ser evitados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a repetição das mesmas palavras, a utilização de palavras cognatas tais como “designação” e “designado”, “compete” e “competente”, etc.; b) o uso de expressão ou palavra que configure duplo sentido no texto; c) as expressões locais ou regionais; e d) as palavras ou expressões de língua estrangeira, exceto quando indispensáveis em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou que não tenham exata tradução. Nesses caso, a palavra ou expressão deve ser grafada em negrito ou entre aspas. | <p>5.1.2 Na redação dos atos e comunicações oficiais devem ser evitados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a repetição e o emprego de palavras cognatas, tais como: “designação” e “designado”, “compete” e “competente”; b) o uso de expressão ou palavra que configure duplo sentido no texto; c) o uso de expressões locais ou regionais; e d) o emprego de palavras ou expressões de língua estrangeira, exceto quando indispensáveis em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou que não tenham exata tradução. Nesses caso, a palavra ou expressão será grafada em negrito ou entre aspas, mantendo a escolha de apenas uma das alternativas no mesmo texto do documento. |

Nesses capítulos, as duas instruções mantêm similaridade da divisão em itens, subitens e alíneas. Quanto ao item 5.1.1, a ênfase parece recair no caráter de objetividade e impessoalidade da linguagem. A diferença reside na prescrição em relação ao padrão culto da gramática formal por parte da ICA.

Com respeito às alíneas do item 5.1.1, a principal discrepância observa-se na alínea “e”: a IMA fala em *uniformidade de textos*; a ICA, de *uniformidade das comunicações*. Já o item 5.1.2 não apresenta diferenças significativas entre as alíneas.

Como expusemos anteriormente, as IN parecem sugerir, de alguma forma, uma certa transparência da linguagem e, conseqüentemente, a ilusão da evidência

dos sentidos, ao prescreverem regras para a elaboração dos documentos, sobretudo na alínea “d”, do item 5.1.1, relativamente à *harmonia*, pois, segundo esta alínea, o texto deve apresentar a “disposição ordenada e adequada do conteúdo nas frases e períodos”.

Mas também é singular o dito na alínea “b”, do mesmo item, sobre a *clareza*, que se caracterizaria “pela expressão do pensamento com nitidez, facilitando a compreensão imediata do texto”; ou a alínea “c”, no que se refere à *concisão*: “exatidão no emprego da linguagem, com a exposição das idéias em poucas palavras.”

Vê-se, pelos enunciados das alíneas acima, que a concepção de linguagem colocada em cena pelas IN não corresponderia, nem à noção de “enunciado” e “gêneros do discurso”, de Bakhtin (2003), nem à noção de sujeito, sentido e ideologia, trazidos para a Análise do Discurso por autores como Foucault e Pêcheux, entre outros.

Ora, então qual seria a concepção de linguagem que se poderia inferir dos enunciados das IN? De que modo os conceitos relacionados a essa concepção se afastariam dos mencionados acima?

De uma certa forma, as IN parecem ignorar o caráter discursivo das partes, ao pensá-las como meros documentos que circulam entre os setores, por um lado, e, por outro, como forma de comunicação escrita mantida entre os órgãos ou entidades da Administração Pública etc.

Em ambos os casos, tem-se a impressão de que a linguagem, uma vez transposta para um computador e deste para o papel, se converte num rele objeto tal qual o papel em que os caracteres foram impressos, prescindindo dos interlocutores propriamente ditos e, conseqüentemente, dos sujeitos discursivos.

Por outro lado, ao preconizar um suposto controle sobre a linguagem a ser usada (Cf. itens 5.1.1 e 5.1.2 acima), pressupõe um sujeito movido pela intencionalidade e

capaz de mobilizar determinadas estratégias discursivas, ou seja, um ser onisciente e livre de quaisquer coerções (Indursky, 1998: 116), o que o aproximaria do modelo que passou a ser conhecido como Lingüística da Enunciação ou Teoria da Enunciação.

Convém lembrar que os interlocutores são designados de duas formas na ICA: na conceituação dos gêneros, como “superior” e “inferior” hierárquicos (2004: 44/47); na divisão dos itens relacionados à formatação, como “signatário” e “destinatário” (2004: 48).

Também na IMA, os interlocutores são designados de duas formas: na conceituação dos gêneros, “subordinado hierárquico” e “autoridade superior” (1995: 47-48); na divisão dos itens relacionados à formatação, como “remetente” e “destinatário” (1995: 32).

Essa conceituação parece remeter a um outro modelo de comunicação, proposto por Jakobson (1960), que relaciona funções da linguagem a componentes da comunicação, sendo o mais conhecido e citado no campo dos estudos lingüísticos, sobretudo pelos livros didáticos lançados no mercado, destinados ao estudante brasileiro dos ensinos fundamental e médio.

Sendo as partes um gênero que recebe a assinatura de um locutor, e tendo em vista as prescrições das IN analisadas acima, poderíamos nos deixar seduzir pela forma de subjetividade posta em cena pelas Teorias da Enunciação.

Contudo, por mais sedutor nos parecesse, não poderíamos associar à palavra “subjetividade” a velha noção de identidade ou de personalidade, associadas à idéia de “uma interioridade em separado de uma exterioridade, tais como as polarizações clássicas: sujeito e objeto, consciência e mundo, corpo e alma ou individual e social.” (Barros, 1999: 211).

Por outro lado, não ousaríamos falar de um *sujeito estritamente lingüístico*, abandonando, como queria Ducrot (1984), o *sujeito empírico*, pois isso seria ignorar que, conforme assegura Bakhtin (2003: 265), “Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual.” Embora advirta que

“As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc.”
(Bakhtin, 2003: 265)

Não poderíamos, em contrapartida, nos deixar seduzir por uma suposta primazia do sujeito empírico sobre o sujeito discursivo. Restava-nos, então, tentar compreender as inter-relações que os envolviam e o contexto que as legitimava.

Evidentemente, o discurso provém de determinado ser, seja na sua modalidade escrita ou oral. Na ótica de Foucault, todavia, “o discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas.” (Navarro-Barbosa : 113). Neste sentido, o sujeito não preexistiria ao discurso, sendo, ao contrário, “uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo.”

Além disso, as duas Instruções Normativas sugerem, como foi devidamente demonstrado acima, a impessoalidade nos enunciados dos documentos oficiais. Essa impessoalidade, contudo, não deve ser confundida com o “homicídio do sujeito”, pois

Navarro-Barbosa (s/ data: 113), comentando as teorias foucaultianas, argumenta que “É preciso entender por homicídio o desaparecimento de uma subjetividade fundadora, em prol de um sujeito que é pluralidade de posições e uma descontinuidade de funções.”

Como se pode constatar pelo que vimos desenvolvendo até aqui, estabelecemos uma referência cruzada entre os principais itens das duas Instruções Normativas (IMA e ICA), a fim de demonstrar, a partir de uma breve análise dos textos, que sua visão sobre o gênero se afasta completamente de uma abordagem enunciativa, sugerindo, inclusive, e com base nas coerções impostas aos gêneros, enunciados totalmente monológicos e sujeitos pretensamente homogêneos.

Passemos, então, à análise dos próximos capítulos, relativos às *Regras Especiais para Elaboração de Documentos Oficiais da Aeronáutica*, mais especificamente relacionados ao gênero parte.

| IMA 10-1 – 10 FEV. 1995 | ICA 10-1 – 15 JUL. 2004 |
|---|---|
| 6.1.25 PARTE – Documento interno, dirigido a autoridade superior ou colateral, comunicando fatos ou acontecimentos ou solicitando providências. Há três espécies de parte: disciplinar, administrativa e pessoal. | 6.2.21 PARTE – É o documento dirigido a superior hierárquico ou colateral, comunicando fatos ou acontecimentos ocorridos na esfera disciplinar ou administrativa. |
| 6.1.25.1 Parte Disciplinar – É a comunicação de ocorrência havida na esfera disciplinar. Para sua elaboração e tramitação, deve ser observado, também, o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica. | Nada consta. |
| 6.1.25.2 Parte Administrativa – É a comunicação de ocorrência havida na esfera administrativa, independentemente do grau hierárquico dos militares envolvidos. | Nada consta. |

Como se vê pelos itens acima, a ICA 10-1 faz menção somente à conceituação geral da parte (idêntica à da IMA 10-1) e à parte por interesse particular (também idêntica à da IMA 10-1), sem discriminar as peculiaridades das partes administrativa e disciplinar, omitindo, inclusive, o regulamento disciplinar (RMA 29-1 – RDAER) que serve de suporte legal a esta última. Em resumo, além de empobrecer a finalidade da parte, restringe a sua conceituação, relativamente à classificação apresentada pela IMA.

Por essa razão, propomo-nos, na próxima seção, explicitar melhor o gênero com o qual pretendemos trabalhar.

As partes administrativa e particular (ou pessoal) vêm descritas e prescritas nas Instruções (IMA 10-1, do antigo Ministério da Aeronáutica, e ICA 10-1, do atual Comando da Aeronáutica), que regulam, como já vimos, sua formatação, padronização, uniformização e tramitação.

Segundo a IMA 10-1, substituída pela ICA 10-1, com a passagem de Ministério para Comando da Aeronáutica, a parte seria o “documento interno, dirigido a autoridade superior ou colateral, comunicando fatos ou acontecimentos ou solicitando providências.” De acordo com a mesma IMA, “Há três espécies de parte: disciplinar, administrativa e pessoal.”

Quanto à parte disciplinar, seria “a comunicação de ocorrência havida na esfera disciplinar. Para sua elaboração e tramitação, deve ser observado, também, o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RMA 29-1 - RDAER), aprovado pelo Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975.”

Este regulamento, no Capítulo I, do Título V, versa sobre a parte e recursos disciplinares. De acordo com o Art. 55, “A parte disciplinar é o instrumento pelo qual o militar comunica à autoridade competente a transgressão que presenciou ou de que teve conhecimento, praticada por subordinado hierárquico.”

No Art. 58, do Capítulo II, do Título acima, o referido regulamento preconiza que “Ao militar assiste o direito de pedir reconsideração de ato, emanado de superior, que repute injusto ou infringente das leis ou regulamentos militares (...)” e acrescenta, em seu Art. 59, que “O pedido de reconsideração na esfera disciplinar deve ser feito por meio de parte fundamentada (...)”.

Conforme o regulamento em questão, no seu Art. 62, do Capítulo III, “O militar poderá representar contra ato de superior que considere injusto ou infringente das leis ou regulamentos militares (...)” e, no Inciso 6, do Art. 63, do mesmo Capítulo, prescreve que “a representação, redigida em forma de parte e em termos respeitosos, precisará o fato que a motiva sem comentários ou insinuações, podendo ser acompanhada de peças comprobatórias ou somente a elas fazer referência, quando se tratar de documentos oficiais (...)”.

Como podemos depreender do que foi exposto acima, na sua modalidade disciplinar, a parte se apresenta sob três formas, de acordo com a sua finalidade: parte disciplinar propriamente dita, pedido de reconsideração e representação contra superior hierárquico.

O item 6.1.25.2 da IMA 10-1 afirma que a parte administrativa “é a comunicação de ocorrência havida na esfera administrativa, independentemente do grau hierárquico dos militares envolvidos.” Já a parte pessoal (item 6.1.25.4) seria aquela “Originada por interesse particular e não por razões ligadas ao cargo ou função do signatário.”

Em nossa pesquisa, privilegiaremos as partes administrativas, devido à larga produção desse tipo de parte na Unidade Militar com a qual pretendemos trabalhar, em detrimento dos outros tipos apontados acima.

2.4 O status dos enunciadores e co-enunciadores no gênero parte

Como se pode observar, o gênero acima é fortemente vinculado aos preceitos das Instruções Normativas. Isso quer dizer que aqueles que trabalham na sua elaboração vêm-se, de certo modo, condicionados por duas espécies de coerções:

as coerções constitutivas, isto é, inerentes ao próprio gênero, pois, segundo (Maingueneau, 2004: 69) “Todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir.”; as regras previstas nas referidas instruções.

Talvez pudéssemos admitir que as coerções do segundo item referem-se antes à estrutura composicional do gênero, que ao modo como se articulam seus enunciados propriamente ditos, isto é, aquilo a que as instruções chamam de “texto”, embora nelas constem prescrições quanto à numeração de parágrafos do texto, à linguagem que deve ser utilizada nele e à natureza dos interlocutores, isto é, a sua posição hierárquica.

Outro ponto importante se refere ao fato de as partes serem documentos numerados, o que pressupõe uma seqüenciação, e são datados, o que, pelo menos em tese, pressupõe um plano embreado (Maingueneau, 2004: 111-123), sobretudo se considerarmos que há sempre um EU relacionando-se a um VOCÊ (Maingueneau, *op. cit.*: 110), marcado o primeiro na desinência dos verbos (em geral no chamado presente dêitico) e o segundo em forma pronominal (“V. Sa.” (grafado dessa forma) ou “vos”).

Além disso, as partes são documentos que recebem a rubrica de um locutor, isto é, são subscritos e assinados.

A propósito do que foi exposto no parágrafo anterior, cumpre-nos ressaltar que as funções exercidas pelos interlocutores, bem como os setores nos quais elas são desempenhadas, são referenciadas no próprio gênero. Acrescente-se a isso outro ponto relevante: ao lado do nome completo do locutor, menciona-se a sua patente, ou seja, o grau hierárquico que lhe é devido. Ademais, em geral o locutor sabe, ou pelo menos pressupõe, a patente do seu interlocutor. Isso é interessante, na medida em que

“Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação, levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios lingüísticos, isto é, *o estilo* do enunciado. (Bakhtin, 2003: 302)

A parte administrativa, além do que foi exposto, apresenta certas peculiaridades que podem ser bastante significativas, do ponto de vista discursivo, dada a diversidade de situações enunciativas nas quais se apresenta. Tanto isso é verdade que, em breve contato com algumas dessas partes, pudemos verificar determinadas singularidades que fazem delas um gênero bastante atraente para a análise.

Ora, como dissemos acima, a parte é um gênero que está sujeito a coerções de pelo menos dois níveis, aos quais poderíamos atribuir graus variados de importância: num nível que poderíamos chamar de *primeira ordem*, teríamos as coerções constitutivas de qualquer gênero e, neste caso, especificamente vinculadas aos enunciados (ou “textos”); já num outro nível, o qual poderíamos denominar de *segunda ordem*, predominariam as coerções impostas pelas Instruções Normativas, relacionadas, sobretudo, à formatação de tais documentos, o que pressupõe uma padronização e uniformização, que praticamente os iguala a outros documentos, como o ofício e o memorando, ao menos do ponto de vista de sua formatação, e os sujeita a uma camisa-de-força difícil de ser rompida.

Desse ponto de vista, tenderia a parte a uma fossilização, a uma cristalização, tanto da sua estrutura quanto dos seus enunciados, independentemente da interação dos interlocutores, o que a remeteria inevitavelmente à uniformização, ou haveria nela espaço para a diversidade dentro dessa suposta uniformidade? Caso houvesse tal espaço, a diversidade seria propiciada pelo próprio gênero ou resultaria de transgressões às coerções genéricas referidas? E, em última análise, se fossem verificadas tais ou quais transgressões, de que modo elas se manifestariam e quais as implicações lingüísticas e discursivas disso?

Pelo que se pode depreender do acima exposto, apesar da aparente simplicidade do gênero parte, motivada pelas coerções previstas nas IN, uma breve análise das instruções e das próprias partes revelou-nos a sua complexidade.

Em função da identificação e da compreensão dessa complexidade, alguns questionamentos surgiram. Ora, se entendermos o termo *diversidade* acima como *heterogeneidade*, e se levarmos em conta que todo discurso é constitutivamente heterogêneo (Authier-Revuz, 1990), é perfeitamente lógico haver nesses textos o citado espaço para a diversidade. Logo, a pergunta é invalidada pelo próprio campo teórico no qual se situa essa pesquisa, o da Análise do Discurso.

2.5 Os locais da enunciação – Base Aérea de Santa Cruz (BASC)

Como afirmamos anteriormente, nosso objetivo geral é pesquisar o gênero parte e o específico, analisar as ocorrências do operador de negação *não* no referido gênero. Quanto ao espaço socioinstitucional onde este gênero circula, optamos pela Base Aérea de Santa Cruz, localizada no Rio de Janeiro, no bairro de Santa Cruz, baseando-nos em dois critérios: o fato de exercermos nela atividades burocráticas por mais de oito anos, o

que nos possibilita uma maior compreensão das práticas diárias de trabalho e de linguagem nela produzidas diariamente; por ser a Base Aérea de Santa Cruz, segundo informações do CECOMSAER (Centro de Comunicação Social da Aeronáutica), “o maior complexo aerotático do Brasil.”, pois nela estão sediados grupos de aviação que possuem as mais modernas aeronaves do país. Além disso, a referida Base possui, em seu quadro de trabalho, mais de dois mil funcionários, entre civis e militares, e a cada ano são produzidas pelos seus setores mais de cinco mil partes (!).

O organograma da Base, previsto em seu Regimento Interno, divide-a em Grupos de Aviação, a saber: 1º do Décimo-Sexto Grupo de Aviação (1º/16º), 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA), 4º/7º Grupo de Aviação de Patrulha (4º/7º GAV). Está integrada também por sete Esquadrões: Esquadrão de Pessoal (EP), Esquadrão de Saúde (ES), Esquadrão de Infra-estrutura (EIE), Esquadrão de Intendência (EI), Esquadrão de Comando (EC), Esquadrão de Suprimento e Manutenção (ESM) e Esquadrão de Material Bélico (EMB), além de um Batalhão de Infantaria, uma Assessoria de Controle Interno (ACI) e um Grupo de Serviço de Base (GSB), os dois últimos diretamente ligados ao Comando da BASC.

As relações, ou melhor, as interações entre os funcionários dessa comunidade discursiva são regidas basicamente pelos princípios de disciplina e hierarquia e estas, juntamente com outros preceitos e regras, são prescritas em diversas normas e regulamentos ligados ao serviço público como um todo e ao serviço militar em particular. As partes, como prática linguageira socialmente instituída e compartilhada pelos usuários dessa unidade militar, parecem ser um reflexo dessa comunidade e, ao mesmo tempo, parecem refletir, através dos seus enunciados, o funcionamento mesmo da aludida comunidade e o modo como seus integrantes interagem discursivamente. Daí a importância de conhecer o gênero com o qual estamos trabalhando, bem como as

Instruções Normativas que lhe servem de suporte legal, tarefa a que nos dedicamos no presente capítulo e a qual pretendemos desenvolver no capítulo da metodologia e, em especial, no capítulo destinado às análises do *corpus*.

Antes, porém, de procedermos à constituição e delimitação do *corpus* e posteriormente às análises do mesmo, o que faremos, respectivamente, nos capítulos 4 e 5 desta dissertação, passaremos a discorrer, no próximo capítulo – *Quadro Teórico* –, sobre os autores e obras que servem de aportes teóricos para a nossa pesquisa, com especial ênfase nos conceitos de polifonia e tipos de negação (Ducrot, 1987), tendo em vista esses conceitos serem de capital importância para a nossa análise, em função da categoria lingüística escolhida, o operador de negação *não*, relativamente ao *corpus* delimitado no capítulo 4, como veremos mais adiante.

3. Quadro teórico: uma perspectiva discursiva de análise

Conforme apontamos no Capítulo 2, as Instruções Normativas pareciam impor um modelo de comunicação ao gênero discursivo com o qual estamos trabalhando, as partes. Por essa razão, julgamos necessário entender melhor certos conceitos de linguagem, tendo em vista os modelos de comunicação estarem ligados a esses conceitos.

Ora, sabemos haver muitas maneiras de se estudar a linguagem, seja considerando a língua como um sistema de signos ou como sistema de regras formais, na acepção de Saussure, seja “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (Orlandi, 2005: 15). Ou, em outras palavras, concebendo a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Essa segunda concepção de linguagem estaria associada aos estudos discursivos que, na França, a partir da década de 60, ficou conhecida como Análise de Discurso, ou simplesmente AD. A Análise de Discurso não trataria propriamente da língua ou da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem, mas do discurso. Segundo Orlandi (2005: 15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento.” O discurso seria, de acordo com essa definição, palavra em movimento, prática de linguagem, isto é, através do discurso observa-se o homem falando.

Segundo essa autora, a Análise de Discurso teria se constituído no espaço de questões criadas pela relação entre domínios disciplinares: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. Essas três áreas, cada qual de uma forma diferente e por razões diversas,

contribuiriam definitivamente para a construção da AD. Contudo, embora seja herdeira das três regiões do conhecimento acima, não se comportaria em relação a elas de modo servil.

Segundo Orlandi (2005: 29), para a Análise de Discurso:

- a. *a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);*
- b. *a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);*
- c. *o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.*

Portanto, diferentemente da Lingüística, que vê a língua como um sistema abstrato (Bakhtin, 2003), a Análise de Discurso vai construir seu próprio objeto: o discurso. Este se distanciaria do esquema elementar de comunicação, segundo o qual haveria um emissor, responsável pela transmissão da mensagem; um receptor, que receberia essa mensagem (informação); essa mensagem, por sua vez, seria formulada em um código referindo a algum elemento da realidade, o referente.

A Análise de Discurso rejeita essa idéia de transmissão de informação e essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, haja vista a mensagem não ser resultante de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a, como sugerem as Instruções Normativas relativamente aos textos das partes.

A língua não pode ser considerada somente como um código entre outros, nem haveria, como pretende o modelo acima, essa separação entre os interlocutores, como se tivessem que obedecer rigorosamente a turnos de fala: um fala, o outro ouve, decodifica a mensagem veiculada pelo primeiro e, por sua vez, assume o turno de fala. Na verdade, no processo de comunicação, os interlocutores interagem o tempo inteiro, mesmo se um deles apenas ouve, em silêncio, o que o outro diz. Eles estão, segundo Orlandi, realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. E acrescenta:

Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na idéia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (Orlandi, 2005: 21)

A Análise de Discurso não confundirá, também, a noção de fala com a de discurso, pois isso seria recair na tradicional dicotomia proposta por Saussure entre língua e fala, segundo a qual a língua seria “um sistema onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência ocasional, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc” (Orlandi, 2005: 22). Também o discurso teria sua regularidade,

sendo possível apreender seu funcionamento, desde que sejam eliminadas as oposições entre o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo e o produto.

Portanto, não se trata aqui de estabelecer um contraste entre língua e discurso, mas de aproximá-los e, mais que isso, estabelecer entre eles uma íntima relação. Nesse sentido, o discurso não seria visto como a liberdade em ato, livre de condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, tampouco a língua seria um sistema de signos fechado em si mesmo e, por conseguinte, imutável.

Orlandi (2005) afirma ser a língua condição de possibilidade do discurso. Mas adverte:

No entanto, a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades acima referidas não existem, como diz M. Pêcheux (1975), sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. A relação é de recobrimento, não havendo, portanto, uma separação estável entre eles. (Orlandi, 2005: 21)

Em relação a essa proximidade entre língua e discurso, Maingueneau assim se posiciona:

Uma vez afirmada a inscrição da AD no espaço lingüístico, é conveniente questionar de que forma ela deve pensar sua relação com a lingüística. Sobre este aspecto, a posição da AD parece delicada, já que, para retomar uma fórmula de J. J. Courtine, em AD 'é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo'. De fato, por um lado, a discursividade define 'uma ordem própria, diversa da materialidade da língua' e, por outro, esta ordem 'se realiza na língua'. Situação de desequilíbrio perpétuo que tanto impede a AD de deixar o campo lingüístico, quanto de enclausurar-se nesta ou naquela de suas escolas ou de seus ramos. (Maingueneau, 1997: 17-18)

Embora a AD não pertença ao que comumente se denomina núcleo “rígido”, isto é, a lingüística voltada para os estudos do aparelho formal da linguagem, haveria, segundo Maingueneau, uma certa coerência nos movimentos essenciais que conduzem à AD, pois, para ele,

Esta coerência resulta de uma dependência comum, embora frequentemente mediata, em relação às questões da *enunciação* e da *pragmática*. Quaisquer que sejam as divergências entre estas duas correntes, elas convergem para recusar uma certa concepção da linguagem – aquela que a entende como um simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. (1997: 20)

Baseando-se numa postura teórica da qual partilhamos, pois vinculada ao nosso objetivo de pesquisa, que é o de investigar o funcionamento da partícula negativa (o “não”) no gênero discursivo parte, como assinalamos no Capítulo 1 acima, este autor assume que

É a própria noção de ‘comunicação lingüística’ que, desta forma, é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciator, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito, etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua. (1997: 20-21)

As referidas Instruções Normativas, como demonstramos na seção 2.3 por meio do contraste a que procedemos entre os seus capítulos 1, 5 e 6, embora mencionem um signatário e um destinatário, o que pressupõe uma interação comunicativa, parece promover a dicotomia criticada por Maingueneau na citação acima.

Com efeito, não parece haver nelas a noção de dualidade constitutiva da linguagem introduzida no campo dos estudos lingüísticos por Bakhtin, autor considerado pioneiro nos estudos discursivos. Essa dualidade, a que o aludido autor chamou de “dialogismo” (Bakhtin, 2003), e que nos interessa sobretudo, tendo em vista tratar-se de um dos conceitos norteadores desta pesquisa, será mais amplamente estudada na seção 3.1.

3.1 Dialogismo e enunciação

O conceito de dialogismo veio à tona, a partir dos trabalhos de Bakhtin e seu círculo, do qual faziam parte também Volochinov e Medvedev. Segundo esses autores, o dialogismo diz respeito à relação que cada discurso mantém, obrigatoriamente, com outros discursos. Não se confunda, porém, esse conceito com diálogo, no sentido de interação face a face entre dois ou mais interlocutores numa dada situação de comunicação.

Esse dialogismo refletiria, na verdade, a interação histórica que cada discurso estabelece com todos os outros já existentes e com os ainda por vir. Nesse sentido, essa relação entre os discursos, a que comumente se chama de interdiscursividade, seria constitutiva da linguagem, isto é, a linguagem seria constitutivamente polifônica, na medida em que haveria, no interior de cada discurso, diversas vozes dialogando entre si. Val, citada por Rodrigues (2002: 48), assim se manifesta a esse respeito:

(...) Daí decorre, na concepção bakhtiniana, que os discursos não são auto-suficientes nem indiferentes uns aos outros, mas refletem-se mutuamente: por um lado, todo discurso está repleto de ecos e lembranças de outros discursos, aos quais responde, refutando-os, completando-os, fundamentando-se neles; por outro lado, coloca-se como *elo nessa cadeia verbal*, propondo sentidos e pedindo respostas. (Val, 2000: 40)

Sendo o discurso atravessado por diversas outras vozes, ou seja, estando a existência do discurso condicionada à própria existência dos outros discursos, com os quais interage incessantemente, não haveria para Bakhtin (2003) um ser fundador do discurso, do qual todos os outros discursos derivariam. Não haveria, portanto, do ponto de vista discursivo, um Adão bíblico. Essa compreensão da constituição de um discurso é fundamental para os estudos dos processos enunciativos. Segundo Bakhtin (2003: 296-297):

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (...) É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições.

Essas noções serão fundamentais para a nossa análise, pois vão de encontro às noções de linguagem veiculadas pelas instruções normativas que regulam o

funcionamento das partes, já que elas parecem ignorar a noção mesma de interdiscursividade ou de enunciação.

Aliás, essa última noção, que em Bakhtin parece confundir-se às vezes com enunciado¹, será entendida por Benveniste (1974:80) como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Nesse sentido, enunciação se confundiria ao próprio processo interativo, ao passo que enunciado seria cada um dos produtos desse processo.

M. Foucault (*apud.* Maingueneau, 1997: 33) assim se pronuncia a respeito da relação entre sujeito e enunciação: “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito *antes que este enuncie*, mas uma teoria da *instância de enunciação* que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado. Segundo Maingueneau (1997: 33), “Esta instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, ela o assujeita.”

Mais adiante, o referido autor pondera que

Se ela [a instância de subjetividade] submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar. Uma tal concepção opõe-se a qualquer concepção “retórica”: aquela que coloca dois indivíduos face a face e lhes propõe um repertório de “atitudes”, de “estratégias” destinadas a atingir esta ou aquela finalidade consciente. Na realidade, para a AD, não é possível definir nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos. (Maingueneau, 1997: 33)

1. Paulo Bezerra, tradutor da obra de Bakhtin diretamente do russo, assim se manifesta a respeito dos termos enunciado / enunciação: “Muito se tem falado de *enunciação* e *enunciado* na obra de Bakhtin. Neste livro [*Estética da Criação Verbal*], o autor emprega um só termo – *viskázivanie* – quer para o ato de emissão do discurso, que seria a enunciação, quer para um discurso já pronunciado e até um romance, que seria o enunciado. Portanto, para ele o discurso de um passado remoto, um texto filosófico ou a emissão de um discurso são *viskázivanie*. Ele associa o termo também à *parole* saussuriana, o que permite falar de enunciação. Empreguei ‘enunciado’ (com mais frequência) e ‘enunciação’ sempre que percebi que as circunstâncias requeriam um ou outro.”

Da citação acima, interessa-nos particularmente a noção de instância de enunciação. Outra noção que vai nos interessar mais de perto é a de gêneros do discurso, desenvolvida por Bakhtin (2003). Essas duas noções serão desenvolvidas nas Seções 3.2 e 3.3.

3.2 Os gêneros do discurso

Para Bakhtin (2003: 261), “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem.” Os usos da linguagem seriam tão multiformes quanto os campos da atividade humana. Isso, contudo, não contradiz a unidade nacional de uma língua. Para esse autor, o emprego de uma língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.

Segundo os termos do próprio Bakhtin,

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (Bakhtin, 2003: 262)

Embora, como diz o autor, cada enunciado particular seja individual e não possa ser repetido sem necessariamente tornar-se outro,

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo cotidiano, é extraordinariamente grande em função do seu tema, da situação e da composição dos participantes, o relato do dia-a-dia, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante vário (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicistas (...) (Bakhtin, 2003: 262)

Segundo o autor, todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nos adverte que

(...) nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis são os da literatura de ficção: aqui o estilo individual integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais (...). As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados de produção, etc. (Bakhtin, 2003: 265)

Entretanto, o autor não quer dizer com isso que não haja uma individualidade presente nos gêneros do discurso que requerem uma forma mais padronizada.

Assim como em outros gêneros, também há aí um sujeito constituído no e pelo discurso. A diferença seria apenas que, nos gêneros discursivos como os literários, o estilo individual faria parte da própria construção do edifício, isto é, da obra literária. Para Bakhtin, essas formas mais padronizadas podem refletir não só os aspectos mais superficiais, quase biológicos da individualidade, mas, segundo ele, “predominantemente na realização oral dos enunciados desses tipos padronizados” (Bakhtin, 2003: 265).

Daí ele considerar a enorme importância do estudo do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana para quase todos os campos da lingüística e da filologia. Por essa razão, o autor considera que

A relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicista, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (Bakhtin, 2003: 265)

Com respeito à questão do estilo, Bakhtin (*apud.* Authier-Revuz, 2004: 43) diz ser ele o próprio homem, mas pelo menos dois homens. Segundo Authier-Revuz (2004: 43), “Essa fórmula atrai o eco daquela de Lacan: ‘O estilo é o homem... a quem nos dirigimos’, ou da frase de Barthes: ‘o homem falante [...] fala a escuta que ele imagina ser de sua própria fala’”.

Mas, para a autora, um empecilho radical vem se atravessar entre essas aproximações, que, no entanto, seriam apenas superficiais, já que

o outro de Bakhtin, aquele dos outros discursos, o outro-interlocutor, pertence ao campo do discurso, do sentido construído, por mais contraditório que seja, em discurso, com palavras “carregadas de história”; o outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido “desconstruído” no funcionamento autônomo do significante, o outro que abre uma outra heterogeneidade no discurso – *de uma outra natureza* – que não aquela que estrutura o campo do discurso para Bakhtin, está ausente do horizonte deste. Há aí uma radical heterogeneidade, que parece ser recusada, nessa teoria da heterogeneidade que quer ser o dialogismo. (Authier-Revuz, 2004: 43-44)

E aqui chegamos ao ponto crucial desta seção: o conceito de dialogismo baktiniano. Criticando as correntes lingüísticas do século XIX e mesmo algumas do século XX, na linha de Saussure e outros, para as quais a linguagem seria considerada do ponto de vista do falante como que de *um* falante sem a relação *necessária* com *outros* participantes da comunicação discursiva, Bakhtin (2003: 298) vai defender o ponto de vista de que “o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado.” E acrescenta:

(...) o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.

Entretanto, o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes mas também aos subseqüentes da comunicação discursiva. Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. (Bakhtin, 2003: 300-301)

De acordo com essa citação, compreender um enunciado seria concordar ou discordar, parcial ou totalmente, completar, adaptar, executar, enfim, reagir de alguma forma a um processo de produção de sentido. Desse modo, “a escolha de *todos* os recursos lingüísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada.” (Bakhtin, 2003: 306). Para Bakhtin,

O destinatário do enunciado pode, por assim dizer, coincidir *pessoalmente* com aquele (ou aqueles) a quem responde o enunciado. No diálogo cotidiano ou na correspondência, essa coincidência pessoal é comum: aquele a quem eu respondo é o meu destinatário, de quem, por sua vez, aguardo resposta (ou, em todo caso, uma ativa compreensão responsiva). Mas nos casos de tal coincidência pessoal uma pessoa desempenha dois diferentes papéis, e essa diferença de papéis é justamente o que importa. Porque o enunciado daquele a quem eu respondo (...) já está presente, a sua resposta (ou compreensão responsiva) ainda está por vir. Ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado. Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário (...) (2003: 302)

Portanto, essa relação de alteridade vai ser de fundamental importância para a Análise de Discurso e, por conseguinte, extremamente útil para o nosso trabalho. E é justamente sobre essa alteridade que passaremos a falar na próxima seção.

3.3 A alteridade discursiva

A partir das acepções fundadas por Bakhtin, parcialmente desenvolvidas nas seções acima, vimos que cada enunciado é apenas um elo na cadeia da comunicação verbal e mantém, com todos os enunciados anteriores e os ainda por vir, uma relação de alteridade que faz parte da própria constituição do enunciado.

Ducrot (1987: 161), baseando-se na concepção de polifonia de Bakhtin, considera que “o que se denomina atualmente ‘lingüística moderna’, termo que recobre ao mesmo tempo o comparatismo, o estruturalismo e a gramática gerativa”, teria como pressuposto a unicidade do sujeito falante. Para ele, essas correntes lingüísticas considerariam como óbvio o fato de cada enunciado possuir um e somente um autor. Por essa razão, seus estudos sequer cogitariam em formular a idéia de polifonia dos enunciados.

Segundo ele, essa crença seria compartilhada inclusive pela teoria da literatura durante muito tempo, sendo questionada apenas a partir dos estudos de Bakhtin, pois, de acordo com este teórico, haveria toda uma categoria de textos, a que denomina gêneros do discurso, para os quais seria necessário reconhecer o diálogo entre várias vozes, sobretudo nos textos literários, chamados por ele, dada a sua complexidade, de secundários, em oposição a gêneros mais simples, a que atribuiu o rótulo de primários.

Ducrot reconhece, contudo, estarem os estudos bakhtinianos voltados para textos, ou seja, para as seqüências de enunciados presentes em cada texto, jamais a cada um dos enunciados em particular. Dessa forma, a despeito da importância das teorias desenvolvidas por Bakhtin, Ducrot (1987: 161) sustenta não terem essas teorias chegado “a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz”. Com base nisso, este autor vai formular sua teoria polifônica da enunciação, pois, segundo ele, é preciso dar à alteridade um valor constitutivo da linguagem, cujo sentido seria fundado pela união da teoria dos atos de linguagem e da teoria da polifonia.

Para o autor, a primeira “funda o sentido de um enunciado nas relações que este estabelece entre sua enunciação e certo número de desdobramentos ‘jurídicos’ que esta enunciação, segundo ele, deve ter”; a segunda “acrescenta a esta alteridade, por assim dizer ‘externa’, uma alteridade ‘interna’ – colocando que o sentido de um enunciado

descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocavam” (Ducrot, 1987, *apud*. Rodrigues, 2002: 54).

Para Ducrot, essas “vozes” colocadas em cena nos e pelos enunciados não se confundiriam necessariamente com o “locutor” desses enunciados. Segundo ele, isso encerraria um paradoxo. Então, para construir sua “teoria do sentido”, o autor recorrerá a um conceito de enunciação que prescindia da noção de “sujeito falante”. Para ele, todo enunciado, dentro de uma concepção polifônica do sentido, reflete a superposição de diversas vozes. Contrariamente à noção de unicidade do sujeito falante, este autor vai propor haver um ou mais sujeitos na origem da enunciação, e não apenas seu responsável físico.

Para dar conta da sua teoria polifônica da enunciação, este teórico procede a uma distinção entre sujeito falante, locutor e enunciator. Ele chama de sujeito falante o ser empírico produtor do enunciado, em relação ao qual manterá uma posição neutra. Já o locutor seria o ser do discurso, a quem seria imputada a responsabilidade pelo enunciado. Segundo este lingüista (1987: 182), “é a ele que se referem o pronome ‘eu’ e outras marcas de primeira pessoa.” Desse modo, o enunciator seria o ser que se expressa por meio da enunciação, “sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles [os enunciatadores] ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”. (Ducrot, 1987: 192)

A AD compartilha da noção da não-unicidade do sujeito falante. Contudo, seria mais interessante para ela a noção de enunciator como aquele que, ao expressar seu “ponto de vista”, assume um “lugar”, uma posição enunciativa. Também prescindirá do ser empírico, por não julgá-lo relevante para o seu campo de estudo.

Sua ênfase recairá, por conseguinte, no sujeito não marcado pela idéia de centro, de origem, pois

Não é evidente, na Análise de Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso à parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (Orlandi, 2005: 48-49)

Dessa citação, podemos inferir a noção de dispersão do sujeito, embora a aparente homogeneidade que todo discurso se confere. Para Rodrigues (2002: 56), com quem concordamos,

O debate sobre a dispersão do sujeito está presente também nos aportes teóricos da psicanálise e do marxismo que integram a AD. Eles remetem à questão da alteridade por meio da presença do inconsciente e da ideologia, respectivamente, na constituição do sujeito. Daí que a tese de um sujeito cartesiano, autocentrado e consciente de todas as suas intenções e do seu dizer é descartada por esse quadro teórico. Assim, a homogeneidade aparente a que nos referimos seria para a AD apenas um efeito produzido na enunciação: uma subjetividade que tenta negociar com as forças de dispersão que incidem sobre seu discurso – com todas as vozes, com todos os “outros”, enfim, com a alteridade que a constitui.

Esse caráter de heterogeneidade da enunciação, nos diz a autora, está intimamente ligado à noção de alteridade discursiva. Sendo assim, “...a apreensão de uma dada identidade discursiva sempre estará referida a um conjunto de operações que consistem precisamente em delimitar tal identidade naquilo que a distingue de seu outro, naquilo que a singulariza enquanto marca de alteridade (Rocha, 2001: 2).

3.4 A heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada

Contra-pondo-se à ilusão de homogeneidade acima referida, a AD vai investir na idéia de que todo discurso é constitutivamente heterogêneo, e essa heterogeneidade pode estar mais ou menos marcada. Isso quer dizer que determinadas vozes colocadas em cena no fio do discurso podem se tornar visíveis por meio de pistas lingüísticas, com as quais poderiam ser recuperadas posições enunciativas ali presentes. Nesse sentido, Authier-Revuz (1990: 32) reconhecerá duas ordens de heterogeneidade, estabelecendo uma distinção entre elas:

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidades diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição.

A heterogeneidade constitutiva diz respeito à relação discurso/interdiscurso. A mostrada, segundo Authier-Revuz, funcionaria num dado discurso como representação de sua constituição. E distinguirá entre “formas marcadas e não marcadas”.

As primeiras são verdadeiras “rupturas” da presença do “outro” no discurso, remetendo a um outro ato de enunciação – é o caso do discurso direto e do discurso indireto. As segundas indicam a presença do “outro” mas de forma incerta, diluindo-o na superfície lingüística – é o caso do discurso indireto livre e da ironia.

Entre as formas marcadas de heterogeneidade mostrada, destacamos a negação polêmica, noção com a qual analisaremos nosso *corpus*.

3.5 O fenômeno da negação

Como acentuamos no capítulo 1 desta pesquisa, objetivamos investigar as formas de negação no gênero parte, especificamente o operador “não”.

A negação, ao lado de outras formas lingüísticas, pode igualmente ser objeto de uma análise polifônica. Para Maingueneau (1997: 80), “é antiga a idéia de que é preciso distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega”. Todavia, segundo este autor, “o recurso à distinção locutor/enunciador permite ajustá-la a um quadro mais geral” (*idem, ib.*).

Essa distinção foi proposta por O. Ducrot (1980) inicialmente em *Les Mots du Discours*, segundo a qual um enunciado do tipo não-p representaria dois atos ilocutórios distintos (Rocha, 1998: 5). Nos termos do próprio Ducrot (1987: 201), “o primeiro, A₁, é uma asserção positiva (...), o outro, A₂, é uma recusa de A₁. Ainda conforme o autor, geralmente o enunciador de A₂ seria assimilado ao locutor (a que chama de L), e o de A₁ a uma personagem diferente do locutor, que pode ser tanto o alocutário quanto um terceiro (1987: 201-202)”.

Esse locutor L assumiria a responsabilidade pelo enunciado negativo que colocaria em cena, simultaneamente, o enunciador E₂, ao qual L é habitualmente assimilado. Este, por sua vez, se oporia a E₁, a quem seria atribuída a responsabilidade pelo ato ilocutório A₂.

Posteriormente, Ducrot, tendo em vista que os enunciados não estariam ligados a nenhuma fala, e, portanto, não seria possível atribuir aos enunciadores um ato ilocutório, reformula sua antiga teoria polifônica da negação, inclusive revendo sua classificação das formas de negação.

Portanto, ao invés de atos, o autor prefere trabalhar com a noção de pontos de vista, promovendo, com isso, um deslocamento importante no interior de sua própria teoria polifônica. Mas, segundo ele, apesar do deslocamento proposto, o essencial da teoria seria mantido. E sustenta que a maioria dos enunciados negativos faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a um enunciador E_1 , a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E_2 (Ducrot, 1987: 202).

O autor admite, todavia, a possibilidade de uma crítica à sua concepção polifônica da negação, pois poder-se-ia argumentar o mesmo em favor dos enunciados positivos, sendo o fenômeno da polifonia resultante de uma lei geral do discurso e não propriamente da estrutura lingüística do enunciado negativo, isto é, a mesma regra aplicada para o enunciado “Pedro não é gentil” poderia ser aplicada para o seu oposto “Pedro é gentil”. Contudo, na tentativa de sustentar sua tese, o autor assim se pronuncia:

É preciso, pois, que eu mostre, para justificar minha tese, uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos, e faça ver que uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação. Entre os signos desta dissimetria, assinalarei somente as condições de emprego da expressão *ao contrário*. Depois de um enunciado negativo “Pedro não é gentil”, pode-se encadear “ao contrário, ele é insuportável”. A que o segundo enunciado é “contrário”? Não ao primeiro tomado na sua totalidade, mas ao ponto de vista positivo que este, segundo penso, nega e veicula ao mesmo tempo. (Ducrot, 1987: 202-203)

Essa possibilidade de encadeamento, argumenta, “é excluída se o primeiro enunciado é positivo. Não se terá nunca “Pedro é gentil. Ao contrário, ele é adorável” (Ducrot, 1987: 202-203).

E arremata: “Muito bem, dizendo “Pedro é gentil”, deixo entender geralmente que alguém acreditou ou declarou que ele não o era, mas não posso fazer alusão à atitude deste enunciador virtual, para opor-me a ele através de *ao contrário*” (Ducrot, 1987: 202-203).

Pode-se concluir, portanto, que há uma diferença de estatuto do enunciador no enunciado positivo e no enunciado negativo. Para Ducrot, sua teoria da negação seria capaz de dar conta da diferença apontada, pois o lugar do enunciador no enunciado negativo já estaria marcado na frase “cuja significação impõe que seja personalizado, mesmo de forma vaga – no momento em que se interpreta o enunciado” (Ducrot, 1987: 203).

Ducrot, além de ter mudado a concepção de atos ilocutórios para a de pontos de vista, como acima referimos, sentiu a necessidade de rever a antiga distinção entre negação polêmica e negação descritiva. Este teórico chamava “descritiva” a um tipo de negação que serviria apenas para descrever um estado de coisas, sem que o autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário. E, para corroborar o que diz, cita um exemplo:

N perguntou a Z, que acabara de abrir as janelas, como estava o tempo, e Z responde “não há nenhuma nuvem no céu”. Ou ainda, N, que não conhece Pedro, pergunta a Z o que pensa dele, e Z afirma “ele não é inteligente”. Os dois enunciados poderiam ser parafraçados, sem perda de sentido, por enunciados positivos “o céu está absolutamente limpo” e “Pedro é um imbecil”. (Ducrot, 1987: 203)

E o autor opunha à negação descritiva a negação “polêmica”, destinada, segundo ele, “a opor-se a uma opinião inversa”, no caso de dois enunciados negativos precedentes replicarem afirmações de N: “devia haver ainda algumas nuvens no céu” e “Creio que Pedro é inteligente”.

Fundamentando-se na reformulação de sua teoria, Ducrot propõe a distinção entre três tipos de negação, as duas primeiras correspondentes a uma subdivisão da antiga “negação polêmica”: a negação “metalingüística” que, segundo ele, seria uma negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe, a negação “polêmica” e a negação “descritiva”.

3.5.1 Negação metalingüística

Essa negação contradiz os próprios termos de um enunciado oposto. Esta negação visa ao *locutor*, que assumiu o enunciado negado, podendo anular os seus pressupostos (Maingueneau, 1997: 84). Ducrot reitera que

“É esta negação ‘metalingüística’ que permite, por exemplo, anular os pressupostos do positivo subjacente, como é o caso em ‘Pedro não parou de fumar; de fato, ele nunca fumou na vida’. Este ‘não parou de fumar’, que não pressupõe ‘fumava antes’, só é possível como resposta a um *locutor* que acaba de dizer que Pedro parou de fumar (e, de outro lado, exige que se explicito o questionamento do pressuposto anulado sob a forma, por exemplo, de um ‘ele nunca fumou na sua vida’).” (Ducrot, 1987: 204).

3.5.2 Negação polêmica

Para a análise polifônica, a negação polêmica se mostraria mais pertinente. Maingueneau defende que, neste caso, “não há rejeição de um locutor, mas de um *enunciador* mobilizado no discurso, enunciador este que não é o autor de um enunciado realizado. O que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que o contesta.” (1997: 84).

Ducrot (1987: 204) afirma ser a negação polêmica correspondente à maior parte dos enunciados negativos e cita como exemplo a frase “Pedro não é inteligente”. Segundo ele, o locutor deste enunciado, “assimilando-se ao enunciador E₂ da recusa, opõe-se não a um *locutor*, mas a um *enunciador* E₁, que coloca em cena no seu próprio discurso, e que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo.” E conclui, dizendo

que “A atitude positiva à qual o locutor se opõe é interna ao discurso no qual é contestada. Esta negação ‘polêmica’ *tem sempre um efeito rebaixador e mantém os pressupostos.*” (Grifo nosso).

Acreditamos que, salvo melhor juízo, os empregos da negação no gênero com o qual trabalhamos, isto é, nos enunciados negativos das partes a serem selecionadas no próximo capítulo, são, em sua maioria, casos de negação descritiva, embora acreditemos haver espaço aí também para a negação polêmica.

3.5.3 *Negação descritiva*

A negação descritiva, e nesse ponto estamos de acordo com Maingueneau (1997: 84), seria “a mais incômoda para a polifonia, certamente a menos importante para a AD, em que os enunciados negativos, em geral, representam um conflito, sendo tomados num interdiscurso que os opõe a outros enunciados.”

Ducrot, ao rever sua antiga classificação dos tipos de negações, passa a considerá-la como um derivado delocutivo da negação polêmica. E, a fim de justificar essa nova postura, assim se pronuncia:

“Se posso descrever Pedro dizendo ‘ele não é inteligente’, é porque lhe atribuo a propriedade que justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica: dizer de alguém que ele não é inteligente, é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ele é inteligente.”
(Ducrot, 1987: 204)

Para Rodrigues (2002: 61)

A questão da delocução que é acrescentada à noção de negação descritiva remete aos estudos de Benveniste (1988) sobre verbos delocutivos. Maingueneau (1993: 84), apoiando-se neste autor, explica que um verbo delocutivo denota um ato realizado, como, por exemplo, *remercier* [agradecer] (*dire merci* [dizer *obrigado*]): “Por extensão, Ducrot fala de ‘derivação delocutiva’ quando um termo toma um novo sentido a partir de um emprego anterior em uma fórmula convencional.

A negação descritiva não é apenas, portanto, a pura representação de um estado de coisas, mas sim “afirmação de um conteúdo negativo”.

Maingueneau, ao contrastar a negação polêmica à descritiva, afirma que a primeira “mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta, enquanto a negação descritiva é compatível tanto com a contradição como com a contrariedade”, e nos esclarece a respeito desses dois últimos termos:

“Diz-se que dois enunciados são ‘contraditórios’ quando não podem ser a um só tempo verdadeiros ou falsos, no interior de uma situação de discurso dada: *Está frio* e *Não está frio* não podem ser verdadeiros simultaneamente. Fala-se de ‘contrariedade’ quando os enunciados positivos e negativos podem ser falsos simultaneamente: *Está calor* e *Está frio* são contrários, pois, neste caso, só pode estar ameno.”
(Maingueneau, 1997: 82)

J. Moescheler (*apud.* Maingueneau, 1997: 82-83) propôs distinguir três tipos de refutação, através da negação polêmica: a *retificação*, a *refutação proposicional* e a *refutação pressuposicional*. Para Maingueneau, essa tripartição, ao mesmo tempo pragmática e lógico-semântica, se apoiaria “sobre o fato essencial que a negação é um marcador que apresenta a propriedade de incidir sobre um elemento delimitado, de possuir um campo.” (*id., ib.*), e nos esclarece que

- A *retificação* corresponde às negações cujas incidências são indicadas por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa:

A eleição de Giscard não era provável, mas certa.

É o encadeamento com base em um “par autonímico” (*certa*) que seleciona o elemento refutado.

- A *refutação proposicional* é o caso mais comum, em que a incidência da negação não é definida. Ela conserva os pressupostos do enunciado rejeitado, propondo-se unicamente a recusar a primeira asserção, e não a corrigi-la. Está freqüentemente associada a um ato de justificação:

O Presidente não é popular, porque ninguém se desloca para ouvi-lo.

- A *refutação pressuposicional* visa a refutar a pressuposição associada ao enunciado rejeitado. Ela vem necessariamente acompanhada de uma justificação. Assim, no exemplo dado, acima:

O Presidente não está menos popular, jamais o foi.

Ou seja, se a refutação incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado, trata-se de uma retificação; se ela diz respeito ao conteúdo posto em seu conjunto, é proposicional; se visa ao pressuposto, é pressuposicional.

Contudo, embora a classificação acima seja interessante, adotaremos, na análise do nosso *corpus*, apenas a classificação tripartida de O. Ducrot acima descrita, isto é, levando em consideração somente a tipologia adotada por este autor, sobretudo a negação polêmica, pois

(...) a possibilidade de identificar duas “vozes” distintas encenando um embate de posicionamentos em relação a um dado tema, uma polarização de pontos de vista. A rejeição de um determinado ponto de vista ocorrendo de forma concomitante à apresentação do próprio ponto de vista – a presença do enunciador que nega algo imediatamente pondo em foco sobre um enunciador que afirma esse algo – marca a presença de “um outro” no discurso, remetendo à discussão sobre heterogeneidade discursiva. (Rodrigues, 2002: 62)

Esta autora considera que Ducrot, embora tenha apresentado a sua tese da negação polêmica, não se preocupa em aprofundar sua análise sobre um caráter discursivo dos enunciadores antagônicos, o que, segundo ela, seria feito pela AD ao retomar o trabalho desse autor. Para a AD, toda organização discursiva pressupõe uma certa forma de se relacionar com o “outro”. Quando um enunciador mobiliza enunciados produzidos por outros enunciadores, ele estabelece relações específicas de similaridade e/ou de divergência com esses. Dessa forma, a negação polêmica denotaria o modo como uma formação discursiva se relaciona com o que lhe é exterior.

Com base no acima exposto, desenvolveremos a análise do *corpus*, cujas constituição e delimitação passamos a expor no próximo capítulo.

4. Metodologia: o percurso da pesquisa

Este capítulo visa à apresentação do percurso desta pesquisa, motivada inicialmente, como já antecipamos nas considerações iniciais, pelo nosso contato quase que diário, ao longo de muitos anos, com vários tipos de documentos oficiais, dentre os quais a parte, gênero profundamente desconhecido fora do âmbito militar no qual circula.

4.1 A constituição do *corpus*

Como foi exposto, este gênero é de larga produção na Base Aérea de Santa Cruz, chegando a ultrapassar todos os anos a soma de mais de cinco mil exemplares. Esse fator, embora se revelasse bastante atraente para a pesquisa, já que nos colocava diante de um material extremamente vasto, do qual poderíamos coletar dados suficientes, configurava-se num problema de difícil solução, no que tange à escolha de um *corpus*.

Com efeito, como operar, num material tão vasto e tão diversificado, determinado corte? Em outras palavras, como delimitar o *corpus* a partir do material disponível? Como associar a esse *corpus* uma categoria de análise? Além disso, qual quadro teórico seria mais pertinente a essa categoria de análise?

Era preciso, antes de tudo, conhecer melhor o gênero com o qual pretendíamos trabalhar, bem como as instruções normativas que lhes prescreviam regras, daí termos procedido a um contraste entre os capítulos 1, 5 e 6 dessas instruções, a fim de estabelecer uma diretriz, a partir da qual chegaríamos à formulação do problema.

Mas esse critério, não obstante útil para determinados fins, como, por exemplo, a inferência do modelo de comunicação veiculado pelas referidas instruções, resultava precário para a delimitação do *corpus*, tendo em vista tratar as partes como um modelo padronizado a ser seguido pelos usuários. Essa limitação das instruções, perfeitamente

legítima, desde que se considere apenas a sua finalidade reguladora e padronizadora, nos afastava, contudo, do funcionamento *real* do gênero na comunidade discursiva que o engendra e com a qual mantém íntima relação.

Era preciso, pois, recorrer a outros critérios. Desse modo – e disso resultou, como demonstraremos nas próximas seções deste capítulo, um exaustivo trabalho de pesquisa –, decidimos conviver mais de perto com o referido gênero, embora já o conhecêssemos, pela experiência de trabalho, mas não o suficiente para torná-lo objeto de análise.

4.2 A delimitação do *corpus*

Como assinalamos anteriormente, nosso interesse recaiu no escasso uso das formas de negação, principalmente o operador “não”, no gênero em estudo, pois talvez pudéssemos associar tal escassez ao próprio meio onde as partes circulam, o meio militar, sobretudo se considerarmos as fortes relações hierárquicas a ele inerentes. Intrigou-nos, portanto, verificar por que seria tão restrito o emprego dessa forma negativa e o que isso poderia estar denunciando.

Sabemos, com base nos estudos de Ducrot (1987), que há três tipos de negação: a descritiva, a metalingüística e a polêmica. Segundo esse autor, a maioria dos enunciados negativos é de natureza polêmica. Portanto, mais interessante que a constatação acima, a respeito da exigüidade do emprego dos enunciados negativos nas partes, seria averiguarmos o emprego da negação polêmica. Isso, provavelmente, nos daria respostas sobre como os sentidos estariam sendo mobilizados nesses enunciados. E, se constatássemos a presença do “não” de natureza polêmica, saber como as vozes colocadas em cena pela negação estariam dialogando no interior desses mesmos enunciados e quais os perfis dos enunciadores neles constituídos.

Por outro lado, haja vista ter sido detectado tal emprego, a despeito de possíveis restrições, perguntávamo-nos se haveria um determinado setor onde ocorreria com maior frequência ou se haveria uma distribuição relativamente equitativa entre os setores que a empregam. Aliado a esses questionamentos, ocorreu-nos levantar também o teor, isto é, o assunto das partes onde se verificasse a ocorrência do “não”.

Havia, portanto, um forte apelo a delimitar o *corpus* pelo critério insinuado no parágrafo anterior, a saber, um corte por setores. Todavia, como proceder a tal corte? Essa tarefa, como demonstraremos no item 4.2.2 abaixo, revelou-se extremamente complicada e extenuante. Apesar disso, decidimos aceitar o desafio.

Além do acima exposto, outro ponto poderia ser considerado: o tempo de produção dessas partes. Se é verdade que as sociedades se modificam com o passar dos anos, as menos conservadoras mais rápida e profundamente, e as mais reacionárias a mudanças mais lentamente, talvez fosse interessante promover um corte temporal, por exemplo, analisar partes produzidas nos últimos dez anos, período de publicação das duas últimas legislações sobre confecção e tramitação dos documentos, a fim de verificarmos se houve qualquer mudança em relação ao emprego das formas negativas.

Como se pode perceber, tínhamos diante de nós dois critérios razoavelmente sugestivos, a saber: temporal e por setores. Deveríamos adotar um e, conseqüentemente, abandonar o outro? Ou poderíamos, dependendo da maneira como os abordássemos e associássemos, adotar os dois critérios? Nova dificuldade. Decidimos, contudo, adotar os dois critérios, de algum modo estabelecendo entre eles certa relação, pelas razões que passamos a explicitar nas seções abaixo.

4.2.1 Corte temporal

Como expusemos anteriormente, talvez fosse interessante procedermos a um corte, levando em consideração um certo período de tempo, por exemplo, analisando as partes produzidas de 1995 até 2004, respectivamente anos de publicação da IMA 10-1 e da ICA 10-1. Teríamos, com isso, um período de cerca de dez anos, suficiente, segundo cremos, para proporcionar alguma mudança no ambiente em que o gênero circula e, em consequência disso, prováveis alterações, ainda que pequenas, na maneira de produzi-lo.

Caso procedêssemos dessa forma, talvez houvesse melhores condições de verificarmos se haveria uma diferença, ao menos quantitativa, no emprego da forma de negação ao longo desses anos e quais seriam as motivações e os efeitos disso.

Esse critério, entretanto, se mostrou ineficaz, por uma razão muito óbvia: embora a legislação preveja um período de cinco anos para os documentos serem mantidos em arquivo, após cujo prazo devem ser incinerados, o Arquivo Geral da Base, segundo depoimentos dos funcionários que nele trabalham, não comportaria o volume de documentos produzidos por todos os setores anualmente.

Convém salientar que há duas formas de arquivo: em pastas e em mídia. O Arquivo Geral mantém os documentos apenas em pastas, não utilizando a segunda modalidade de arquivo acima. Cada setor é que usaria esse meio. Mas, segundo o que pudemos verificar, os arquivos são *deletados* dos computadores após um ou dois anos. Além disso, poucos setores fazem *back-up* deles. Isso ocorre por duas razões, segundo depoimentos de alguns funcionários que lidam com as partes: sempre que necessário, preferem recorrer aos documentos arquivados em pastas, pois estão assinados e apresentam o carimbo de recebimento pelo destinatário; como os documentos são arquivados em pastas e ficam durante um tempo no disco rígido dos computadores, ainda segundo os funcionários, os setores julgam desnecessário adotar a prática de *back-up*.

Isso, segundo pudemos verificar, traz duas implicações que dificultariam, se é que não o inviabilizariam, o critério supracitado. Ainda que houvesse espaço no Arquivo Geral, os documentos só poderiam manter-se arquivados durante cinco anos, findos os quais seriam destruídos. Além disso, os próprios setores, de acordo com os mesmos funcionários, não estariam se empenhando em remeter os malotes de documentos para o Arquivo.

Quanto ao destino dado pelos setores a esses documentos, não nos cabe mencionar nesta pesquisa, pois supomos nada acrescentar à análise, se bem que não deixa de ser sedutor pensarmos haver implícito ao não envio do malote ao setor competente uma transgressão às regras previstas na legislação pertinente.

Numa comunidade em que as regras costumam ser cumpridas fielmente, pelo menos até certo ponto, não deixa de ser curiosa uma violação dessa natureza. Estaria havendo nesse meio espaço para outras violações? Este fator estaria de alguma forma relacionado ao emprego do “não” e à aparente restrição a ele imposta?

Esses e outros questionamentos serão retomados no capítulo atinente à análise do material coletado. Por enquanto, nos limitaremos a expor o longo percurso do pesquisador até a definitiva delimitação do *corpus*.

Numa breve consulta ao Arquivo Geral, verificamos a existência de poucos exemplares do gênero parte. Em primeiro lugar, só encontramos exemplares dos anos de 1997, 2000, 2001 e 2003. Além das lacunas entre os anos de produção, outras deficiências podem ser apontadas no material pesquisado: pouquíssimos setores haviam remetido os malotes, e os volumes em que se encontravam as partes estavam incompletos, pois foram encontradas inúmeras falhas na seqüência numérica.

Então, finalmente optamos pelas partes produzidas no ano de 2004, parcialmente pelos fatores já expostos – e tendo em vista termos verificado, junto aos setores da Base,

a permanência em seus arquivos de todas as partes produzidas nesse ano – e em função da publicação de uma nova Instrução Normativa, em meados de julho do ano acima, em substituição à Instrução anterior. Substituição que pressupunha um diálogo interessante entre as duas legislações, o qual esboçamos sumariamente no capítulo 2, e a possibilidade de alterações na maneira de conceber o gênero em estudo e mesmo na sua elaboração e tramitação.

Decidido o ano a ser pesquisado, faltava-nos, contudo, escolher o(s) setor(es) com o(s) qual(is) trabalharíamos, tarefa não menos árdua que a anterior, tendo em vista a quantidade de setores, bem como a produção anual de cada um deles. Nesse caso, havia na verdade dois problemas: um, quanto à quantidade de setores, e outro, relacionado à quantidade mesma de partes.

A solução desses problemas só se anunciou depois de uma vasta investigação do material disponível, como veremos nas próximas seções.

4.2.2 Corte por setores

De acordo com o que expusemos no capítulo 2, a Base Aérea de Santa Cruz conta, em seu Regimento Interno, com cerca de dez grandes setores, subdivididos em setores menores, que vão desde os grupos de aviação ou unidades incorporadas à Base (Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA), que opera com os caças supersônicos F-5; Primeiro do Décimo Sexto Grupo de Aviação (1º/16º GAV), que opera com os caças supersônicos AMX, também conhecidos como A-1; e o Quarto do Sétimo Grupo de Aviação (4º/7º GAV), que opera com as aeronaves conhecidas como “bandeirulhas”, pois são *bandeirantes* que funcionam como aviões de patrulha e têm por finalidade patrulhar a costa brasileira de norte a sul), até os Esquadrões pertencentes à própria Base (Esquadrão

de Intendência (EI), Esquadrão de Pessoal (EP), Esquadrão de Infra-Estrutura (EIE), Esquadrão de Comando (EC), Esquadrão de Saúde (ES), acrescidos da Assessoria de Controle Interno (ACI), diretamente ligada ao Comandante desta unidade militar, e a Prefeitura de Aeronáutica de Santa Cruz (PASC).

Não incluímos entre os setores acima, embora também integrem o Regimento Interno, o Esquadrão de Suprimento e Manutenção (ESM) e o Esquadrão de Material Bélico (EMB), pois se recusaram a nos ceder o material para a pesquisa.

4.3 O operador de negação *não*: a entrada lingüística para a negação polêmica

Em busca de uma delimitação do *corpus* que nos possibilitasse atingir de forma o mais concreta e científica possível o nosso objetivo – investigar o emprego da partícula de negação (“não”) no gênero parte – procedemos a uma análise-piloto dos dados disponíveis, cujos resultados estão expressos nos quadros abaixo.

4.3.1 Análise do quadro 1

Quadro 1 – Setores, quantidades de partes e percentuais produzidos em 2004

| ESQUADRÕES | PARTES P/ SETOR | SEM NEGAÇÃO | COM NEGAÇÃO (NÃO) | PERCENTUAL DE NÃO |
|----------------------|--------------------|----------------|----------------------|----------------------|
| 1º/16º GAV | 545 | 517 | 28 | 5,14% |
| 1º GAVCA | 485 | 480 | 5 | 1,04% |
| 4º/7º GAV | 372 | 336 | 36 | 9,68% |
| ACI | 60 | 28 | 32 | 53,33% |
| PASC | 307 | 283 | 24 | 7,82% |
| EI | 130 | 122 | 8 | 6,15% |
| EP | 1261 | 1219 | 42 | 3,33% |
| EIE | 405 | 343 | 62 | 15,31% |
| EC | 190 | 179 | 11 | 5,80% |
| ES | 630 | 613 | 17 | 2,70% |
| TOTAL/MÉDIA % | 4385 | 4120 | 265 | 6,04% |

Pode-se observar no quadro acima que os dez setores investigados produziram em torno de quatro mil trezentas e oitenta e cinco partes no ano de 2004. Desse quantitativo, quatro mil cento e vinte não apresentavam a partícula “não”, fazendo uso dela somente duzentos e sessenta e cinco exemplares, equivalentes a apenas 6,04% do total, ou seja, cerca de noventa e três por cento não utilizavam a referida partícula.

Isso reflete bem, e de certo modo comprova, nossa intuição inicial: há, por razões ainda desconhecidas, embora esperemos conhecê-las ao término da pesquisa, certa restrição ao emprego do “não” neste gênero.

Outro fator digno de nota estaria relacionado aos percentuais destacados em vermelho: o EIE produziu quase o dobro de partes com o “não” que os outros setores, à exceção da ACI que produziu a exorbitância de quase 54%, ou seja, mais da metade das partes produzidas por este setor, exibiam a palavra “não”!

Duas observações devem ainda ser feitas, em relação ao quadro acima: algumas partes apresentavam mais de uma ocorrência da forma negativa e, além disso, há uma grande reincidência de assuntos, intra-setores e inter-setores.

Com base nisso, julgamos que, procedendo a um contraste dessas partes no interior de um mesmo setor e entre os dez setores, conseguiríamos reduzir ao máximo a quantidade de partes a comporem o nosso *corpus*. A partir desse objetivo, propusemos uma análise preliminar dos quadros abaixo, dividindo os setores por recorrência de assuntos.

4.4 Uma análise preliminar

Quadro 2 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – 1º/16º GAV

| PRIMEIRO DO DÉCIMO SEXTO GRUPO DE AVIAÇÃO | | |
|---|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 19 |
| ASSUNTO 2 | Licença Especial | 1 |
| ASSUNTO 3 | Falta de militar a evento ou atividade | 7 |
| ASSUNTO 4 | Resposta à cobrança (Cf. ACI 1) | 1 |
| | TOTAL | 28 |

Quadro 3 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – 1º GAVCA

| PRIMEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA | | |
|-----------------------------------|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Militares que não tiraram foto | 1 |
| ASSUNTO 2 | Declaração de Bens e Renda (Cf. ACI 2) | 1 |
| ASSUNTO 3 | Falta de militar a evento ou atividade | 1 |
| ASSUNTO 4 | Apoio de cópias de apostila | 1 |
| ASSUNTO 5 | Equipe de desinterdição da pista | 1 |
| | TOTAL | 5 |

Quadro 4 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – 4º/7º GAV

| QUARTO DO SÉTIMO GRUPO DE AVIAÇÃO DE PATRULHA | | |
|---|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 18 |
| ASSUNTO 2 | Pedido de ajuda de custo | 5 |
| ASSUNTO 3 | Exclusão de detentor de carga | 1 |
| ASSUNTO 4 | Inclusão de militar por decisão judicial | 1 |
| ASSUNTO 5 | Solicitação de motorista e viatura | 3 |
| ASSUNTO 6 | Pedido de peça de fardamento | 2 |
| ASSUNTO 7 | Escala de representação | 1 |
| ASSUNTO 8 | Ocorrência de serviço | 1 |
| ASSUNTO 9 | Licença Especial | 1 |
| ASSUNTO 10 | Discrepância na sala Cardeal | 1 |
| ASSUNTO 11 | Escala de serviço | 1 |
| ASSUNTO 12 | Ligações telefônicas | 1 |
| | TOTAL | 36 |

Quadro 5 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – ACI

| ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Cobrança de falta à Prestação de Contas | 3 |
| ASSUNTO 2 | Cobrança Declaração de Bens e Rendas | 10 |
| ASSUNTO 3 | Cobrança Inventário Anual | 1 |
| ASSUNTO 4 | Cobrança Inventário Mensal | 1 |
| ASSUNTO 5 | Cobrança para conferência de carga | 1 |
| ASSUNTO 6 | Horário de almoço | 16 |
| TOTAL | | 32 |

Quadro 6 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – PASC

| PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ | | |
|---|--------------------------------|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 12 |
| ASSUNTO 2 | Ligações telefônicas | 4 |
| ASSUNTO 3 | Solicitação de viatura | 1 |
| ASSUNTO 4 | Pedido de peça de fardamento | 1 |
| ASSUNTO 5 | Escala de representação | 2 |
| ASSUNTO 6 | Licença Especial | 1 |
| ASSUNTO 7 | Treinamento de militar | 1 |
| ASSUNTO 8 | Militares que não tiraram foto | 1 |
| ASSUNTO 9 | Desconto interno | 1 |
| TOTAL | | 24 |

Quadro 7 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – EI

| ESQUADRÃO DE INTENDÊNCIA | | |
|--------------------------|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 3 |
| ASSUNTO 2 | Inclusão de militar por decisão judicial | 1 |
| ASSUNTO 3 | Militar sub-judice | 1 |
| ASSUNTO 4 | Treinamento de militar | 1 |
| ASSUNTO 5 | Engajamento de soldado | 1 |
| ASSUNTO 6 | Extrato de Alterações Financeiras | 1 |
| TOTAL | | 8 |

Quadro 8 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – EP

| ESQUADRÃO DE PESSOAL | | |
|----------------------|------------------------------|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Escala de serviço | 18 |
| ASSUNTO 2 | Ligações telefônicas | 3 |
| ASSUNTO 3 | Militar sub-judice | 5 |
| ASSUNTO 4 | Atendimento ao público | 10 |
| ASSUNTO 5 | Falta ao expediente de civil | 5 |
| ASSUNTO 6 | Solicitação de computador | 1 |
| TOTAL | | 42 |

Quadro 9 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – EIE

| ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA | | |
|------------------------------|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 50 |
| ASSUNTO 2 | Pedido de ajuda de custo | 3 |
| ASSUNTO 3 | Inclusão de militar por decisão judicial | 1 |
| ASSUNTO 4 | Militar sub-judice | 1 |
| ASSUNTO 5 | Escala de serviço | 1 |
| ASSUNTO 6 | Pedido de peça de fardamento | 1 |
| ASSUNTO 7 | Consumo elevado de combustível | 1 |
| ASSUNTO 8 | Condução de alimentos | 1 |
| ASSUNTO 9 | Engajamento de soldado | 2 |
| ASSUNTO 10 | Ausência de militar | 1 |
| TOTAL | | 62 |

Quadro 10 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – EC

| ESQUADRÃO DE COMANDO | | |
|----------------------|--|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 3 |
| ASSUNTO 2 | Militar sub-judice | 3 |
| ASSUNTO 3 | Licença Especial | 2 |
| ASSUNTO 4 | Cópia de Ordem de Serviço | 1 |
| ASSUNTO 5 | Inclusão de militar por decisão judicial | 1 |
| ASSUNTO 6 | Almoço com o Comandante | 1 |
| TOTAL | | 11 |

Quadro 11 – Contraste das partes por assunto intra-setorial – ES

| ESQUADRÃO DE SAÚDE | | |
|--------------------|-------------------------------|---------------------------|
| TEOR DAS PARTES | ESPECIFICAÇÃO DO ASSUNTO | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
| ASSUNTO 1 | Pedido de auxílio alimentação | 5 |
| ASSUNTO 2 | Ligações telefônicas | 1 |
| ASSUNTO 3 | Dispensa médica | 1 |
| ASSUNTO 4 | Declaração de dependência | 1 |
| ASSUNTO 5 | Escala de representação | 2 |
| ASSUNTO 6 | Militar sub-judice | 1 |
| ASSUNTO 7 | Treinamento militar | 1 |
| ASSUNTO 8 | Efetivo de soldado | 1 |
| ASSUNTO 9 | Atendimento médico | 2 |
| ASSUNTO 10 | Engajamento de soldado | 1 |
| ASSUNTO 11 | Permissão de entrada | 1 |
| TOTAL | | 17 |

Na tentativa de enxugarmos ao máximo nosso *corpus* e a fim de delimitá-lo com maior precisão, realizamos as operações acima, eliminando as reincidências de assunto, o que reduziu consideravelmente a quantidade de partes contendo a palavra “não”, pois de um total de duzentas e sessenta e cinco ocorrências, como o demonstra o primeiro quadro, baixamos para setenta e cinco, resultante do somatório geral dos totais dos dez últimos quadros.

Quanto ao assunto 4 do 1º/16º GAV, bem como ao assunto 2 do 1º GAVCA, nós os destacamos em azul, em virtude de se tratar ambos de respostas a duas partes oriundas da Assessoria de Controle Interno, cobrando, respectivamente, falta à Reunião de Prestação de Contas e o não envio de Declaração de Bens e Rendas a esse setor.

Convém salientarmos que o único setor no qual não houve qualquer repetição, nem interna nem externamente, ou melhor, nem em relação a si mesmo, nem a outros setores, foi justamente o que mais produziu partes com a partícula “não” (53,33%). Junte-se a isso o fato de a temática de suas partes ser toda ela direcionada a algum tipo de cobrança por tarefa não cumprida.

Apesar de a redução ser bastante acentuada, espelha apenas o contraste intra-setores. Por essa razão, destacamos em carmin todos os assuntos que se repetiam inter-setores, pois, dessa forma, haveria uma redução ainda maior. O pedido de auxílio alimentação, por exemplo, ocorre em sete dos dez quadros. Aplicando aí o mesmo critério de eliminação por similaridade de assunto, já seriam menos seis partes. Ficaríamos, assim, com apenas uma parte desse tipo para ser analisada.

Por outro lado, como o demonstra o Quadro 2, há dezenove ocorrências do pedido de auxílio alimentação. Tendo em vista os textos dessas partes serem rigorosamente idênticos, sendo alterados apenas os nomes dos militares a serem beneficiados por esse direito, julgamos suficiente considerar apenas um dos exemplares, ignorando, dessa forma, os demais. Com isso, deduzimos dezoito ocorrências das dezenove partes do setor, reduzindo para apenas uma com o assunto acima.

Como, dentre os sete setores que apresentavam o aludido assunto, o EIE possuía o maior número de partes com essa similaridade temática, isto é, cinquenta ocorrências, como o demonstra o Quadro 9 acima, decidimos selecionar uma das partes desse setor.

Ora, aplicando o mesmo critério para os outros casos de partes com repetições, a redução se acentua paulatinamente. No entanto, a fim de poupar nossos possíveis interlocutores, sintetizaremos os resultados do contraste, apontando somente o que julgarmos essencial. Logo, eliminadas as repetições desnecessárias encontradas, nosso material reduziu-se a quarenta e duas partes, como se pode ver no quadro 12 abaixo.

Quadro 12 – Deduções dos assuntos repetidos intra-setores e inter-setores

| ASSUNTO REPETIDOS | SUBTRAÇÃO DAS REPETIÇÕES | ABATIMENTOS PARCIAIS | DEDUÇÕES |
|--|--------------------------|----------------------|----------|
| Pedido de auxílio alimentação | $7 - 6 = 1$ | $75 - 6$ | 69 |
| Licença Especial | $4 - 3 = 1$ | $69 - 3$ | 66 |
| Falta de militar a evento ou atividade | $2 - 1 = 1$ | $66 - 1$ | 65 |
| Militares que não tiraram foto | $2 - 1 = 1$ | $65 - 1$ | 64 |
| Pedido de ajuda de custo | $2 - 1 = 1$ | $64 - 1$ | 63 |
| Inclusão de militar por decisão judicial | $4 - 3 = 1$ | $63 - 3$ | 60 |
| Pedido de viatura | $2 - 1 = 1$ | $60 - 1$ | 59 |
| Pedido de peça de fardamento | $3 - 2 = 1$ | $59 - 2$ | 57 |
| Militar sub-judice | $5 - 4 = 1$ | $57 - 4$ | 53 |
| Escala de representação | $3 - 2 = 1$ | $53 - 2$ | 51 |
| Escala de serviço | $3 - 2 = 1$ | $51 - 2$ | 49 |
| Ligações telefônicas | $4 - 3 = 1$ | $49 - 3$ | 46 |
| Treinamento militar | $3 - 2 = 1$ | $46 - 2$ | 44 |
| Engajamento de soldado | $3 - 2 = 1$ | $44 - 2$ | 42 |

Esse quadro espelha as reduções feitas no interior dos setores, em função da repetição de assuntos. Como se pode observar, das setenta e cinco partes a que chegáramos a partir das reduções intra-setores, nosso *corpus* restringiu-se a quarenta e duas partes.

O critério adotado para as reduções foi a manutenção, em todos os setores, das partes em que não havia repetições, cujos assuntos foram marcados, nos quadros de 2 a 11, em verde e azul, conforme o caso. Disso resultou que as partes sem qualquer repetição no seu teor somavam vinte e oito. Já as com identidade de assunto totalizavam quatorze. Da soma dessas partes, e já descontadas as deduções do quadro acima, restaram, como dissemos anteriormente, quarenta e dois exemplares.

Algumas dessas partes ou apresentam mais de um parágrafo com a ocorrência do “não”, ou apresentam apenas um parágrafo, porém com mais de uma ocorrência da forma negativa. Disso resultam quarenta e sete enunciados com negação.

Como um dos cortes por nós propostos dizia respeito aos dez setores acima e também pelo fato de termos constatado que em cada um dos setores havia pelo menos um assunto que não se repetia nos demais, decidimos, primeiramente, analisar as vinte e oito partes sem repetições de assuntos, critério que privilegiaria, por si só, todos os setores.

Além disso, não poderíamos negligenciar os assuntos repetidos, cabendo-nos somente decidir a que setores privilegiar em razão das repetições. O assunto 14 do quadro acima, relativo a “engajamento de soldado”, aparecia em três dos dez setores, respectivamente no EI, no EIE e no ES. Em qual dos três setores deveríamos enquadrá-lo, se o assunto é rigorosamente o mesmo? Sabemos que, excetuando-se a ACI, que não apresenta nenhuma recorrência de assunto, os demais setores apresentam, uns em relação aos outros, partes com e sem repetições de assunto. Desse modo, decidimos enquadrar o assunto 14 acima no setor que apresentasse o menor número de partes sem repetições.

Assim, o ES, que apresenta cinco partes sem e seis com repetições, não seria privilegiado com nenhuma dessas reincidências que seriam, na medida do possível, distribuídas equitativamente pelos outros setores.

Logo, o assunto 14 referido, com base nesse critério, só poderia ser enquadrado no EI ou no EIE. Restaria verificar, em cada um desses setores, quais seriam os assuntos repetidos e não repetidos para a decisão final. Haja vista o EIE possuir três assuntos não repetidos e sete repetições e o EI apenas um não repetido e cinco repetições, enquadramos finalmente o assunto em pauta neste último esquadrão. Assim procedemos em relação aos outros setores.

Tendo em vista serem os assuntos bastante parecidos e estarem distribuídos ao longo do ano de 2004, concluímos ser mais pertinente distribuir essas repetições entre os setores, independentemente do seu teor, de modo a que cada um deles tivesse aproximadamente o mesmo número de partes e enunciados negativos.

O quadro 13 abaixo expressa o resultado final da seleção das partes e dos setores em que aparecem, pois, além dos setores, apresenta as partes com respectivos números e datas, o assunto relativo a cada uma delas, bem como a quantidade de enunciados negativos em cada parte.

Resta-nos, ainda, verificar, dentre os quarenta e sete enunciados negativos selecionados, e com base nos pressupostos teóricos de Ducrot (1987), explicitados no capítulo 3 desta pesquisa, os tipos de negação encontrados, tarefa à qual nos dedicaremos no próximo capítulo.

Quadro 13 – Delimitação do *corpus* por assunto e setores

| SETOR | PARTE | ASSUNTO | QUANT. DE ENUNCIADOS NEGATIVOS |
|----------------|------------------|---|--------------------------------|
| 1 - 1º/16º GAV | Parte 103, 14/04 | Falta de militar a evento ou atividade | 3 |
| | Parte 420, 28/09 | Resposta à cobrança | 1 |
| 2 - 1º GAVCA | Parte 091, 30/03 | Militares que não tiraram foto | 1 |
| | Parte 215, 22/06 | Declaração de bens e rendas | 1 |
| | Parte 306, 25/08 | Apoio de cópias de apostila | 1 |
| | Parte 476, 21/12 | Equipe de desinterdição de pista | 1 |
| 3 - 4º/7º GAV | Parte 053, 04/03 | Ocorrência de serviço | 1 |
| | Parte 059, 09/03 | Pedido de peça de fardamento | 1 |
| | Parte 225, 20/08 | Exclusão de detentor de carga | 1 |
| | Parte 297, 29/09 | Escala de serviço | 1 |
| | Parte 334, 19/11 | Discrepância na sala Cardeal | 1 |
| 4 - ACI | Parte 003, 04/02 | Cobrança de inventário analítico | 1 |
| | Parte 009, 04/03 | Cobrança de termo de vistoria | 1 |
| | Parte 012, 18/03 | Cobrança para conferência de carga | 1 |
| | Parte 019, 16/06 | Horário de almoço | 1 |
| | Parte 020, 18/06 | Cobrança de declaração de bens e rendas | 2 |

| | | | |
|----------|-------------------|--|----------------------------|
| | Parte 038, 15/09 | Cobrança de falta à prestação de contas | 1 |
| 5 - PASC | Parte 065, 30/03 | Treinamento militar | 1 |
| | Parte 129, 05/06 | Desconto interno | 1 |
| | Parte 140, 02/07 | Solicitação de viatura | 1 |
| | Parte 296, 19/11 | Escala de representação | 1 |
| 6 - EI | Parte 044, 04/05 | Extrato de alterações financeiras | 1 |
| | Parte 067, 22/06 | Inclusão de militar por decisão judicial | 1 |
| | Parte 157, 12/10 | Engajamento de soldado | 1 |
| 7 - EP | Parte 111, 19/02 | Solicitação de computador | 1 |
| | Parte 893, 29/09 | Atendimento ao público | 1 |
| | Parte 948, 07/10 | Falta de civil ao expediente | 2 |
| | Parte 1057, 28/11 | Ligações telefônicas | 1 |
| 8 - EIE | Parte 003, 07/01 | Ausência de militar | 1 |
| | Parte 225, 15/08 | Pedido de ajuda de custo | 1 |
| | Parte 235, 30/08 | Pedido de auxílio alimentação | 1 |
| | Parte 276, 11/08 | Consumo elevado de combustível | 1 |
| | Parte 389, 10/12 | Condução de alimentos | 1 |
| 9 - EC | Parte 059, 20/05 | Licença especial | 1 |
| | Parte 159, 15/10 | Cópia de ordem de serviço | 1 |
| | Parte 171, 29/10 | Almoço com o comandante | 1 |
| | Parte 190, 10/11 | Militar sub-judice | 1 |
| 10 - ES | Parte 084, 09/01 | Dispensa médica | 1 |
| | Parte 218, 01/06 | Permissão de entrada | 1 |
| | Parte 461, 28/09 | Declaração de dependência | 2 |
| | Parte 472, 05/10 | Efetivo de soldado | 1 |
| | Parte 489, 14/10 | Atendimento médico | 1 |
| TOTAIS | 42 PARTES | 42 ASSUNTOS | 47 ENUNCIADOS NEGATIVOS |

4.4.1 A título de exemplo: análise do enunciado negativo nº 9

Não é tarefa das mais fáceis optar, em relação a cada um dos enunciados acima, por um dos três tipos de negação, pois é preciso, antes de tudo, conhecer o contexto das partes a serem analisadas, as circunstâncias em que ocorreram os fatos. Mais difícil ainda se torna precisar, no caso das negações polêmicas, os perfis dos enunciadores

responsáveis pelos pontos de vista afirmativos. Por essa razão, propomo-nos analisar o enunciado negativo nº 9, referente à Parte 053/ 4º/7º GAV, de 4 de março de 2004, a título de exemplo, da qual transcrevemos o texto onde consta o enunciado negativo.

“Houve atraso na rendição dos soldados de sentinela ao 4º/7º GAV. O Oficial-de-dia foi acionado.”

“Em tempo: serviço do dia 25 para o dia 26 de fevereiro de 2004. O soldado X, pertencente ao efetivo do Esquadrão de Intendência desta Base Aérea, atrasou-se em 1h e 15mim ao assumir seu quarto de hora, de 0h às 2h, no serviço do dia 25 para o dia 26 de fevereiro de 2004. Ao ser inquirido por mim sobre seu atraso, este informou ter dormido em uma seção de seu esquadrão, muito embora a ninguém informasse seu paradeiro. Informou também, quando interrogado, não possuir despertador ou relógio. Tal ocorrido mobilizou inclusive o Oficial-de-dia, o qual relatou isto em seu livro (...).”

Neste enunciado, temos um locutor L que, dirigindo-se a um interlocutor, denuncia uma transgressão cometida por certo militar, o qual, na tentativa de justificar-se, alega “não possuir despertador ou relógio”.

Numa rápida análise do contexto em que os fatos se deram, poderíamos entrever os *saberes* postos em circulação pelo enunciado negativo em pauta: para cada posto de “serviço” (plantões que os militares *dão*, independente do horário de expediente, de horários relativamente variáveis), existem Normas Padrões de Ação (NPA’s) que regulam e padronizam as ações dos militares ao longo do “serviço”.

É preciso esclarecer também que o fato incide diretamente sobre o “quarto-de-hora” para o qual o militar se atrasou. Trata-se de um período de tempo, dentro do serviço total, que cada militar deve permanecer de sentinela no posto, enquanto os demais “descansam”. Esse período dura em torno de duas horas, findo o qual o militar é substituído por outro. O que ocorreu, portanto, foi o atraso nessa substituição.

Na realidade, E₂ não pode ser assimilado ao locutor L, tendo em vista que o enunciado negativo integra um discurso relatado no estilo indireto. Este discurso põe em

cena a própria voz do transgressor, assimilada, neste caso, ao ponto de vista negativo, isto é, a E₂.

Isso, contudo, não invalida o caráter polêmico da negação ora em estudo, pois o enunciado negativo, ao ter como responsável um enunciador que se distancia de L, estabelece no interior do discurso um diálogo (Bakhtin, 2003) interessante: por um lado, dialoga com a voz do locutor, responsável pela indagação a que textualmente responde e, por outro, a voz de um outro locutor (nesse caso fora do texto, mas facilmente resgatado pelo contexto) para o qual terá de justificar a transgressão numa futura audiência, prevista para casos dessa natureza.

Não se conclua disso, porém, que o militar esteja mobilizando determinadas estratégias de defesa antecipadamente, com o fito de defender-se da acusação pelo atraso. Embora seja aparentemente o produtor físico da justificativa, não se pode considerá-lo absoluto senhor do seu dizer, se levarmos em conta a interdiscursividade com a qual o seu dizer se relaciona constitutivamente.

Com efeito, ao afirmar não possuir despertador ou relógio, o militar apenas atualiza, por meio da formulação ou memória (Orlandi, 1999), um enunciado que, graças a sua materialidade, vincula-se à constituição, isto é, ao interdiscurso. É nesse sentido, aliás, que se pode pensar um sujeito constituído no e pelo discurso.

Mas, voltando ao enunciado negativo, ele estaria se opondo a um ponto de vista segundo o qual o militar possuiria despertador ou relógio. Em que se apóia tal ponto de vista? Que espécie de enunciador o sustentaria? Por que esse ponto de vista estaria sendo rejeitado, desqualificado ou rebaixado (Ducrot, 1987)? A que sorte de saber estaria vinculado?

De acordo com um ponto de vista “genérico” que, nesta comunidade, poderia ser atribuído a ON (Maingueneau, 1987; Ducrot, 1984), um militar em serviço teria,

obrigatoriamente, a necessidade de possuir despertador ou relógio, a fim de evitar qualquer atraso, a não ser que haja outros meios de acordá-lo, por exemplo, “acordômetro”, documento no qual se coloca o nome e o horário em que o militar deve ser despertado. Logo, segundo o senso comum, ele deveria possuir uma coisa ou outra.

Ao alegar não possuir nem uma coisa nem outra, o militar parece tentar proteger-se dessa voz genérica que, no seu caso particular, não funcionaria apenas como uma acusação, mas como uma agravante à transgressão. É como se não pudesse fugir da acusação, mas tentasse evitar aquilo que a agravaria: possuir os instrumentos que o impediriam de atrasar-se.

Esse saber, em outras palavras, poderia ser assim interpretado: se o militar possui despertador ou relógio, dificilmente se atrasará na rendição do outro. Se ele não se atrasa, está perfeitamente enquadrado dentro dos preceitos e normas regentes da conduta do militar. Neste caso seria, além de cômico dos direitos e deveres, fiel observador dos padrões a serem seguidos pelos trabalhadores desse espaço discursivo (Maingueneau, 1997).

No entanto, o militar textualmente alega não possuir despertador ou relógio. Ora, se ele possui, então está mentindo, isto é, o enunciador E_1 , posto em cena pelo enunciado negativo, estaria sustentando um ponto de vista, segundo o qual não se deve confiar em quem comete uma transgressão dessa natureza, sobretudo nas circunstâncias em que ela ocorreu. Na verdade, evidencia-se aqui a negligência do militar, corroborada pelo fato de ele ter ido dormir numa “seção do seu esquadrão, *muito embora a ninguém informasse seu paradeiro.*” (Grifo nosso).

Logo, o ponto de vista afirmativo subjacente ao enunciado negativo só pode colocar em cena um enunciador que põe em dúvida a veracidade da declaração negativa, um enunciador cujo perfil refletisse exatamente a imagem de quem não confia no outro,

ou por acreditar no fiel cumprimento das regras e preceitos, não admitindo a violação deles, ou por desconfiar de alguém que se afasta do posto de serviço, indo dormir num local onde não poderia ser despertado no horário devido.

Tanto por uma razão quanto pela outra podemos caracterizar esse enunciador como incrédulo (ou desconfiado). E a sua incredulidade (ou desconfiança) é que estaria sendo rejeitada ou desqualificada pelo enunciado negativo. Com efeito, essa incredulidade não seria interessante para aquele que houvesse cometido uma falta. Afinal, ele precisa justificar-se e, conseqüentemente, fugir às sanções previstas para esse tipo de transgressão disciplinar.

Por conseguinte, assumimos que a descrença na justificativa do militar instaura, no interior do discurso, uma polêmica entre dois pontos de vista antagônicos. Daí classificarmos a negação, ou melhor, o operador de negação *não* deste enunciado negativo como polêmico.

Duas observações ainda devem ser feitas com respeito à análise do enunciado nº 9. A incredulidade do enunciador do ponto de vista afirmativo está ligada a duas circunstâncias distintas entre si: num primeiro momento, teríamos um enunciador que, fundamentado na ideologia de que o militar é um tipo de trabalhador cumpridor dos seus deveres – e, neste caso, assimilado à voz institucional posta em cena pelas diversas legislações que regem a conduta do militar – não acreditaria na possibilidade de as regras serem violadas; num outro momento, teríamos um enunciador que, baseado nos fatos, isto é, na concretização da transgressão, não acreditaria na justificativa do militar relativamente ao seu atraso para a rendição.

No primeiro caso, o que estaria sendo desqualificado pelo enunciado negativo seria essa crença na ideologia de que o militar agirá sempre de acordo com uma conduta padrão. No outro caso, tratar-se-ia de rebaixar o ponto de vista de um enunciador que

desconfia da declaração do militar.

Nesse sentido, esse “não” estaria denunciando que nem sempre os militares cumprem com os seus deveres e, por causa disso, gera-se nesse meio uma desconfiança em relação às justificativas daqueles que desrespeitam as regras, ou melhor, que cometem desvios em relação ao suposto padrão idealizado pelas instituições militares.

Como se depreende do acima exposto, não é tarefa simples operar uma análise dos enunciados negativos da parte, devido à gama de informações necessárias para uma compreensão mais efetiva do contexto. Por essa razão, antecipamos essa análise. E, como se verá no próximo capítulo, procederemos da mesma forma, isto é, analisar o contexto relacionado a cada um dos enunciados negativos, desde que esse procedimento nos ajude a classificar o tipo de negação utilizado.

5. Análise do *corpus*

Este capítulo destina-se à análise dos enunciados negativos. Como sugerimos no capítulo anterior, o emprego das formas de negação, sobretudo o operador *não*, é bastante raro no gênero com o qual estamos trabalhando. Além disso, percebemos haver nesse gênero certa limitação dos assuntos em que se verificam as ocorrências da referida partícula, tanto que nos foi possível reduzir ao máximo nosso *corpus*, limitando-o a apenas quarenta e sete enunciados negativos, localizáveis nos textos de quarenta e duas partes.

5.1 A controvérsia instaurada: o enunciado negativo e o ponto de vista afirmativo subjacente

Há, contudo, alguns aspectos que precisam ser previamente apontados. Do contrário, corremos o risco de operar uma análise superficial do material coletado. Um desses aspectos diz respeito à classificação dos tipos de negação. Ducrot (1987), ao desenvolver sua teoria sobre a negação polêmica, por exemplo, coloca que o *não* polêmico põe em cena um ponto de vista afirmativo subjacente a que se opõe e o qual desqualifica. E cita como exemplo o enunciado “Pedro não é inteligente.” Trata-se efetivamente de uma opinião acerca de determinado indivíduo, contrária a uma opinião, ou ponto de vista, segundo a qual *Pedro seria inteligente*. O antagonismo entre esses dois pontos de vista é evidente.

Percebe-se nos dois enunciados acima, o negativo e o afirmativo, nitidamente uma polêmica instaurada. O mesmo não se pode dizer em relação aos enunciados das partes, tendo em vista seus temas tratarem, como veremos adiante, de fatos ocorridos na esfera militar, relativos à disciplina ou à administração. Isso, conforme nosso

entendimento, dificulta a classificação dos tipos de negação, já que nem sempre é fácil perceber os possíveis pontos de vista afirmativos subjacentes aos enunciados negativos.

Poderíamos argumentar que há, no espaço discursivo onde as partes circulam, uma voz institucional que seria conhecida de todos os participantes deste espaço. Essa voz seria, então, responsável pela maioria dos pontos de vista afirmativos subjacentes aos enunciados negativos e provavelmente estaria ligada a perfis de enunciadores que, ancorados nas diversas legislações relativas à conduta dos militares, sustentariam serem esses militares fiéis cumpridores dos seus deveres.

Se adotássemos o critério acima para caracterizar os tipos de negação, certamente atribuiríamos o rótulo de “polêmico” a quase todas as negações existentes no material coletado, pois os fatos veiculados pelas partes seriam rejeitados por essa suposta voz, haja vista flagrarem um desvio de conduta em relação ao padrão preestabelecido.

Contudo, embora esse critério seja relativamente válido, pois acreditamos na existência dessa voz, talvez fosse mais interessante nos ater às polêmicas produzidas pelos enunciados negativos que ultrapassassem a generalização da polêmica instaurada pela negação a essa voz institucional. Em outros termos, nossa preocupação estaria voltada para tipos de polêmicas mais específicas, ainda que, em alguns casos, como na análise do enunciado nº 9 operada na subseção 4.4.1, também pudéssemos levar em consideração a interferência dessa voz na caracterização do perfil dos enunciadores dos pontos de vista afirmativos subjacentes.

Sendo assim, se abandonarmos o critério acima, isso reduzirá, segundo cremos, consideravelmente o número de negações polêmicas dos enunciados negativos das partes, dadas as singularidades desses enunciados. Apesar disso, acreditamos haver espaço para a polêmica, a despeito da aparente restrição imposta pelo abandono do critério supracitado.

Entretanto, é preciso considerar outro ponto relevante: quinze dentre as quarenta e duas partes são, na verdade, respostas ou a outras partes (com ou sem negação), ou a outras modalidades comunicativas, como boletim interno, folha de encaminhamento, memorando, mensagem na rede de computadores ou mesmo contato telefônico.

Por essa razão, elaboramos o quadro abaixo, cuja análise empreenderemos a seguir.

Quadro 14 – Partes-resposta a outras partes ou outras modalidades comunicativas

| Partes-resposta a partes com negação | Partes-resposta a partes sem negação | Partes-resposta a outras modalidades comunicativas sem negação |
|--|--------------------------------------|--|
| Parte 420/1º/16º, 28/09 | Parte 091/1º GAVCA, 30/03 | Parte 476/1º GAVCA, 21/12 |
| Parte 215/1º GAVCA, 22/06 | Parte 067/EI, 22/06 | Parte 065/PASC, 30/03 |
| ***** | Parte 157/EI, 12/10 | Parte 129/PASC, 09/06 |
| ***** | Parte 297/4º/7º GAV, 22/09 | Parte 276/EIE, 11/08 |
| ***** | Parte 472/ES, 05/10 | Parte 084/ES, 09/01 |
| ***** | Parte 489/ES, 14/10 | Parte 461/ES, 28/09 |
| ***** | Parte 190/EC, 10/11 | ***** |
| TOTAL: 02 | TOTAL: 07 | TOTAL: 06 |
| TOTAL DE PARTES-RESPOSTA | | 15 |
| TOTAL DE PARTES QUE NÃO SÃO PARTES-RESPOSTA | | 27 |
| TOTAL DAS PARTES COM ENUNCIADOS NEGATIVOS | | 42 |

As três colunas do quadro acima refletem a situação das partes e enfatizam a importância do gênero enquanto instrumento de comunicação. Além disso, nos servirão de suporte para a análise dos seus enunciados negativos, pois nos fornecem uma visão mais aprofundada das relações que umas partes estabelecem com outras partes ou outras formas de comunicação.

Com base no quadro acima, propomos iniciar a análise do *corpus* pelos enunciados das partes assinaladas, o que faremos na seção 5.1. Em seguida, nas próximas seções deste capítulo, analisaremos os demais enunciados.

5.2 Análise dos enunciados das partes-resposta

Com o objetivo de facilitar nossa análise, dividiremos esta seção em três subseções, de acordo com a divisão proposta no quadro acima. Desse modo, a subseção 5.2.1 destinar-se-á à análise das partes do primeiro grupo, ou seja, respostas a partes com negação. Já a subseção 5.2.2 será destinada à investigação dos enunciados das partes-resposta a partes sem negação. Finalmente, trataremos das partes-resposta a outras modalidades comunicativas na subseção 5.2.3.

5.2.1 Análise das partes-resposta a partes com negação – 1º grupo

- Parte 420/1º/16º GAV, 28/09 – Enunciado nº 4 do quadro 15 abaixo (*Informe-vos que não mais faço parte da Comissão de Cotejamento do Efetivo Militar, a contar de julho do corrente ano(...)*).

Trata-se de resposta à Parte 038/ACI, 15/09 - Enunciado nº 20 do quadro 15 (*Deveis informar o motivo pelo qual os militares não compareceram à Prévia da Prestação de Contas, realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2004 (...), conforme relação abaixo.*), relativa à cobrança por falta à Reunião de Prestação de Contas aos militares que compunham a comissão de cotejamento entre o efetivo militar pago e o existente.

A Prestação de Contas acontece mensalmente em hora e local previamente combinados, ocasião em que todos os setores que lidam com bens e valores apresentam suas receitas e despesas ocorridas ao longo do mês anterior ao da referida Prestação. Segundo determinação do Comandante da BASC, todos os componentes de comissão devem comparecer à citada Reunião. Caso haja alguma falta, a Assessoria de Controle Interno (ACI) tem a responsabilidade de averiguar por que isso ocorreu.

A fim de justificar a falta do militar à reunião, o locutor da Parte 420, do 1º/16º

GAV, argumenta que o referido militar não mais pertence à comissão de cotejamento, inclusive informando o boletim interno que substituiu essa comissão por outra.

O locutor da primeira parte (038/ACI) solicitou que o militar justificasse o motivo pelo qual “não compareceu à Reunião de Prestação de Contas”. Em relação a esse enunciado negativo – e considerando a justificativa do locutor da Parte 420 no parágrafo anterior – não haveria como sustentar um ponto de vista afirmativo a ele subjacente (*O militar compareceu à Reunião*), pois, como dissemos, o próprio locutor da Parte 420 admite a falta do militar ao mesmo tempo em que a justifica. Nesse sentido, julgamos como descritiva a negação ao enunciado da Parte 038/ACI.

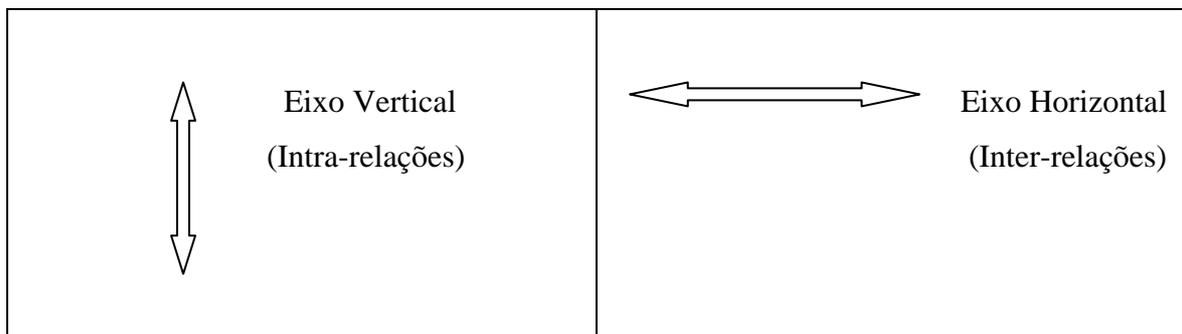
| | |
|---|--|
| <p>Não obstante, se houve uma cobrança, podemos inferir dela que há uma crença, evidentemente fundamentada num provável equívoco, de que o militar ainda pertenceria à referida comissão. E é a esse pressuposto, isto é, o de que o militar ainda seria integrante da comissão, que o locutor da Parte 420 se opõe, refutando-o. Sua negação, portanto, estaria refutando o conteúdo pressuposicional veiculado na Parte 038, desqualificando-o. Poderíamos sintetizar esta análise, através do seguinte esquema:</p> <p>Parte 038/ACI (cobrança)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Enunciado negativo: <ol style="list-style-type: none"> i) “O militar não compareceu à Reunião de Prestação de Contas.” 2) Ponto de vista afirmativo subjacente (invalidado pela negação da parte-resposta): <ol style="list-style-type: none"> ii) “O militar compareceu à Reunião (...)”. 3) Pressuposto veiculado pelo enunciado negativo de cobrança: <ol style="list-style-type: none"> iii) “O militar ainda faz parte da comissão.” | <p>Parte 420/1º/16º GAV (resposta à cobrança)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Enunciado negativo: <ol style="list-style-type: none"> i) “O militar não mais faz parte da comissão.” 2) Ponto de vista afirmativo subjacente (invalidado pelo enunciado desta parte, mas sustentado pelo enunciador responsável pelo pressuposto da Parte 038.): <ol style="list-style-type: none"> ii) “O militar ainda faz parte da comissão.” 3) Pressuposto veiculado pelo enunciado negativo da parte-resposta: <ol style="list-style-type: none"> iii) “Se o militar não mais pertence à comissão, pressupõe-se que a cobrança seja equivocada.” |
|---|--|

Para compreendermos as interações comunicativas e discursivas acima, é preciso:

- Analisar o contexto em que os fatos se deram;
- Analisar os próprios fatos;
- Analisar as inter-relações e as intra-relações entre os enunciados negativos, os pontos de vista afirmativos subjacentes (invalidados ou não) e os pressupostos, na tentativa de identificar o diálogo entre as vozes.

Num nível mais imediato, teríamos uma interação comunicativa entre os interlocutores das partes e as interações discursivas disso decorrente. Seria uma interação comparável à interação face a face, diferindo nos seguintes aspectos: haveria entre a parte de cobrança e a parte-resposta um intervalo de tempo maior que numa interação face a face; os textos das partes são escritos, não orais, não havendo, portanto, o uso de outras estratégias (trejeitos faciais, mímicas, maior ou menor impositação da voz, gestos etc.) como na interação face a face.

Numa análise mais profunda, porém, não poderíamos descartar relações de outros níveis. Essas relações poderiam ser assim resumidas:



1º) As intra-relações pertinentes ao eixo vertical se referem às relações estabelecidas no interior do próprio enunciado de cada parte;

2º) As inter-relações se referem às relações estabelecidas entre os enunciados das duas partes, bem como às suas implicações, relativamente aos pontos de vista afirmativos subjacentes e aos pressupostos.

No nível das inter-relações, os três itens relativos à Parte 038/ACI mantêm uma coerência: o enunciado negativo sustenta a ausência do militar, que de fato ocorreu, invalidando o ponto de vista afirmativo subjacente. O pressuposto, por sua vez, corrobora o enunciado negativo, contribuindo para a invalidez do ponto de vista afirmativo. Nesse sentido, não haveria polêmica, já que não haveria sequer um ponto de vista afirmativo sustentável. Logo, a negação desse enunciado seria descritiva: descreve apenas um fato consumado e incontestável.

Quanto ao enunciado negativo da Parte 420/1º/16º, aparentemente poderíamos imaginar um enunciador completamente equivocado, pois sustentaria um ponto de vista afirmativo (*o militar ainda pertence à comissão*) facilmente contestado pelos fatos. No entanto, a ACI é a responsável tanto pela designação, quanto pela substituição dos membros de comissões dessa natureza. Por conseguinte, a hipótese de equívoco seria, ao menos em tese, afastada. O que a levaria, então, a insistir na cobrança?

Também aqui o contexto é que nos pode fornecer pistas para a solução desse dilema. Embora o militar tenha, como o locutor da parte-resposta alega, sido substituído pelo boletim mencionado, o que faria cessar legalmente a atuação da comissão, factualmente essa atuação persiste por um ou dois meses, até que a nova comissão assuma, de fato e de direito, as atribuições da comissão anterior.

Sendo assim, a polêmica instaurada residiria no embate entre o legal e o factual. Ou seja: do ponto de vista legal, o militar não mais pertenceria à comissão. Suas obrigações, portanto, estariam encerradas na data da designação da nova comissão. Por outro lado, a prática de trabalho, socialmente instituída e compartilhada pelos integrantes

dessa comunidade discursiva, exige o prolongamento das suas obrigações até a assunção completa da nova comissão.

Em conseqüência disso, julgamos tratar-se, no caso da parte-resposta, de negação polêmica. Falta-nos apenas delimitar o perfil do enunciador capaz de sustentar o ponto de vista afirmativo subjacente ao enunciado negativo.

Como assinalamos anteriormente, há nesse espaço o ideal de um militar padrão que cumpriria fielmente as normas e prescrições previstas nas legislações. O enunciador capaz de sustentar um ponto de vista ligado a esse saber e ao setor onde se originou a parte-cobrança, a Assessoria de Controle Interno, poderia ser caracterizado como controlador, pois o ponto de vista sustentado por ele reflete exatamente uma tentativa de controlar o outro, de não permitir ao outro, ainda que este esteja parcialmente correto, desviar-se de suas atribuições.

Vê-se, pela análise desenvolvida até aqui, tanto em relação ao enunciado desta parte, quanto ao enunciado nº 9, analisado no capítulo anterior, o quanto é importante conhecermos o contexto vinculado a cada um dos enunciados. A partir da análise desses enunciados, e dos seus contextos, é que podemos inferir mais nitidamente o perfil do enunciador no caso das negações polêmicas. Além disso, podemos discernir melhor entre os diferentes tipos de negação existentes nos enunciados das partes. Passemos, pois, à análise da próxima parte.

- Parte 215/1º GAVCA, 22/06 – Enunciado nº 6 do quadro 15 (*Informe que o militar X não pertencente ao efetivo do 1º GAVCA.*)

Trata-se de resposta à Parte 059/EC, 20/05 – Enunciado nº 38 do quadro 15 (*Informe a V. Sa. que o militar X não fez o requerimento [de Licença Especial] no período normal (...)*), referente ao Plano de Licença Especial. O EC enviou para os Esquadrões e Grupos de

Aviação um formulário no qual deveriam constar os nomes dos militares interessados em gozar o benefício acima, com os respectivos períodos. Há um prazo para que esses formulários dêem entrada no EC. Portanto, parece que alguns militares não cumpriram o prazo.

Ao enviar a parte para o 1º GAVCA com o nome de um determinado militar, o locutor da parte do EC supôs que ele pertencesse ao efetivo daquele grupo de aviação, fato rejeitado pelo enunciado da parte-resposta. Logo, a refutação também neste caso recai sobre o conteúdo pressuposicional da parte que motivou a resposta, segundo o qual o militar pertenceria àquele Grupo de Aviação.

Neste caso, porém, o choque entre pontos de vista, ou a polêmica instaurada, reside noutros fatores: o primeiro parágrafo da parte-resposta (vide anexos) sustenta haverem sido entregues as relações (ou formulários) aos militares daquele setor. Podemos inferir disso haver, na parte do EC, o pressuposto de o militar ter descumprido o prazo por não ter recebido o formulário a tempo. Isso refletiria a incompetência da secretaria onde ele trabalha.

A parte-resposta, portanto, atende a duas finalidades: defende a secretaria da acusação contida no pressuposto; reverte a suposta incompetência para o acusador, pois este faz uma cobrança indevida, já que o militar aludido na parte de origem não pertence ao efetivo daquele grupo de aviação.

Os dois pontos de vista antagônicos poderiam ser assim resumidos: um setor faz uma cobrança, pressupondo que determinado militar, pertencente ao efetivo de outro setor, deixou de cumprir o prazo para envio de certo formulário. O segundo setor informa ao primeiro que o referido militar não pertence ao seu efetivo.

A polêmica não gira somente em torno da refutação a uma pressuposição equivocada, mas do próprio conteúdo veiculado pela parte-resposta. Poderíamos

interpretar esse conteúdo da seguinte forma: *os outros militares, esses sim pertencentes ao nosso efetivo, receberam os formulários; logo, se o militar mencionado na parte de cobrança pertencesse ao nosso efetivo, também teria recebido. Não haveria, pois, atraso no envio do formulário.*

Conclui-se do acima exposto que a cobrança, sobretudo se levarmos em conta a maneira como foi modalizada na primeira parte (*Informe a V. Sa. que o militar X não fez o requerimento [de Licença Especial] no período normal (...)*), gerou entre os setores determinados pontos de tensão. Dessa forma, a polêmica estaria relacionada, segundo cremos, à tensão gerada pelos enunciados de ambas as partes.

Esse caso, não obstante parecido com o da Parte 420/1º/16º GAV, 28/09, tendo em vista as semelhanças entre as situações em que os fatos se deram, desta se distancia, pois parece estar sendo mobilizado aí um perfil de enunciador diferente do enunciador posto em cena pelo enunciado negativo da parte acima. Qual seria, então, esse perfil?

O enunciador da Parte 420 sustentava o ponto de vista afirmativo, de acordo com o qual determinado militar ainda pertenceria a certa comissão. O enunciado negativo dessa mesma parte rejeitava esse ponto de vista. No entanto, pelas razões explicitadas na análise desse enunciado, viu-se que o enunciador tinha motivos para sustentar sua posição.

No caso da presente parte, porém, o ponto de vista afirmativo não parece sustentável, pois resulta de um equívoco: de fato, o militar não pertence ao efetivo daquele Grupo de Aviação, embora o enunciador desse ponto de vista sustente o contrário. Em função da insistência na manutenção desse equívoco, decidimos caracterizá-lo como enunciador-equivocado.

Com isso, já delineamos três perfis de enunciadores dos pontos de vista afirmativos, ao mesmo tempo encenados e rejeitados pelas negações polêmicas: o

enunciador-incrédulo, o enunciador-controlador e o enunciador-equivocado. Nas próximas seções deste capítulo falaremos deles mais amiúde. Passaremos agora à análise das partes-resposta a partes sem negação.

5.2.2 Análise das partes-resposta a partes sem negação – 2º grupo

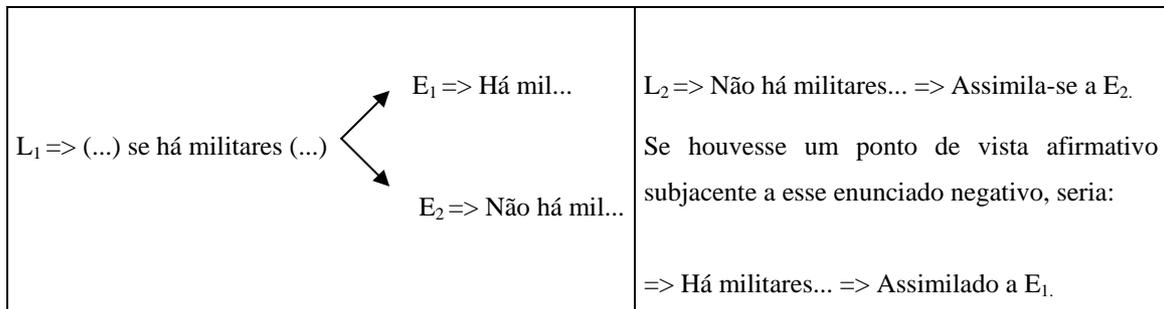
- Parte 091º GAVCA, 30/03 – Parte 297/4º/7º GAV, 22/09 – Parte 067/EI, 22/06 e Parte 157/EI, 12/10 – Parte 190/EC, 10/11 – Parte 472/ES, 05/10 e Parte 489/ES, 14/10 (Respectivamente relativas aos enunciados 5, 12, 26, 27, 41, 46 e 47 do quadro 15).

Após a verificação dos enunciados negativos de cada uma das partes acima, associando esses enunciados ao contexto em que os fatos se deram, bem como levando em consideração as partes que motivaram essas partes-resposta, concluímos não haver sido instaurada nenhuma polêmica. Por esse motivo, assumimos serem todas as negações descritivas.

Para demonstrar o que estamos assegurando, faremos uma breve análise do enunciado de uma das partes acima, por exemplo, a Parte 067/EI, 22/06, correspondente ao enunciado nº 26 do quadro 15.

O enunciado da parte de origem interroga “se há naquele setor (EI) militares incluídos por decisão judicial”. A resposta da Parte 067/EI é negativa (*Informe a V. Sa. que não há militares incluídos, neste setor, por decisão judicial.*). Apesar disso, não nos foi possível identificar um suposto enunciador que seria capaz de responsabilizar-se por um provável ponto de vista afirmativo subjacente, segundo o qual *haveria militares incluídos por decisão judicial.*

A fim de esclarecer o dito no parágrafo anterior, analisemos o seguinte esquema:



Vê-se pelo esquema acima que o primeiro locutor, por meio da conjunção condicional “se”, deixa ao segundo locutor apenas duas possibilidades, a uma das quais necessariamente deverá aderir. Caso a adesão de L_2 seja pelo enunciado afirmativo (E_1), a análise estaciona. Caso contrário, isto é, se essa opção for pelo enunciado negativo (E_2), este enunciado poderia colocar em cena um ponto de vista afirmativo subjacente, a que rejeitaria, instaurando no interior do discurso uma polêmica. Entretanto, ainda que o enunciado negativo pusesse em cena esse ponto de vista, estaria apenas apontando, ou encenando, a primeira possibilidade já pressuposta pelo enunciado de L_1 (E_1).

Logo, ao menos em relação a L_1 , o enunciado de L_2 não seria polêmico, salvo se, a despeito do que foi dito, houvesse um enunciador capaz de sustentar o ponto de vista afirmativo (*Há militares incluídos por decisão judicial.*) Neste caso, teríamos de admitir que L_2 , ou desconhece a existência de militares incluídos por decisão judicial, ou preferiu, por razões inexplicáveis, omitir o fato. Todavia, não é prática comum uma omissão dessa natureza neste espaço discursivo.

Em função disso, encerramos a análise desse segundo grupo, considerando todos os tipos de negação como descritivas. Passaremos, portanto, à análise do terceiro e último grupo desta seção.

5.2.3 Análise das partes-resposta a outras formas de comunicação – 3º grupo

Como assinalamos no início desta seção, nesse terceiro grupo estão enquadradas partes que funcionariam como respostas a outras modalidades de comunicação, sem negação. E apontamos quais os prováveis tipos de comunicação utilizados. Não havendo uma certeza do meio utilizado para cada um dos enunciados de origem, nos restringiremos apenas aos enunciados das partes-resposta desse grupo.

Começaremos, a título de simplificação, a análise pelas partes cujos enunciados negativos apresentam a negação descritiva. Assim, teremos:

- Parte 476/1º GAVCA, 21/12 – Parte 065/PASC, 30/03 e Parte 129/PASC, 09/06 – Parte 084/ES, 09/01 e Parte 461/ES, 28/09 (Relativas, respectivamente, aos enunciados 8, 21, 22, 42, 44 e 45 – estes dois últimos enunciados referentes ambos à última parte).

Também em relação a essas partes adotamos o critério de cotejar os prováveis enunciados da comunicação original com as respostas de cada uma das partes, levando em consideração o contexto. Após analisar cada enunciado negativo, chegamos à conclusão de que não haveria pontos de vista afirmativos subjacentes a cada enunciado negativo. Não há, portanto, relativamente a esses enunciados, nenhuma polêmica sendo instaurada. Logo, descartamos a negação polêmica, optando pela descritiva.

O mesmo, contudo, não podemos dizer em relação ao enunciado da Parte 276/EIE, 11/08, pelas razões que passamos a expor.

- Parte 276/EIE, 11/08 – Enunciado nº 36 do quadro 15 (*Informe a V. Sa. que a viatura Pick-up 93DP153 encontrava-se acidentada, tendo sido recuperada no dia 28 de julho de 2004, após manutenção mecânica, elétrica, lanternagem e pintura. Reabasteceu para teste, não sendo utilizada no período.*).

Trata-se de uma resposta ao Agente de Controle Interno, a respeito do consumo de uma determinada viatura. Até onde pudemos sondar, a inquirição foi feita, oralmente, por ocasião da prévia da Prestação de Contas, ocasião em que os setores apresentam a documentação comprobatória das suas receitas e despesas. No caso em estudo, um demonstrativo sintético apresentado pelo setor de transportes de superfície, subordinado ao EIE, que relaciona quilômetros rodados ao combustível consumido pelas viaturas num dado período.

O objetivo explícito desse controle seria o de evitar gastos demasiados. Mas esse objetivo teria implícito outro, o qual acreditamos mais fundamental: evitar o desvio, pelos usuários dos veículos, de combustível.

Analisando os fatos, teríamos: é apresentado um demonstrativo sintético segundo o qual a viatura em questão teria gastado uma determinada quantidade de combustível. Estranha-se esse gasto, pois é do conhecimento de todos que a viatura estava acidentada e, portanto, passando por reformas.

Como justificativa para o gasto do combustível, é apresentado o argumento de que a referida viatura foi reabastecida “para teste, não sendo utilizada no período.” Todavia, o consumo apresentado no documento supracitado seria mais do que o necessário para a realização dos testes. Logo, ou a viatura foi usada no período – ponto de vista afirmativo subjacente ao enunciado negativo acima, bastante sustentável em função dos fatos –, ou houve (e parece ser isso o que está implícito) desvio de combustível.

De qualquer modo, os dois pontos de vista acima, isto é, o negativo e o afirmativo subjacente, instauram uma polêmica no interior do discurso, pondo em cena duas vozes que destoam entre si. Sendo assim, consideramos a negação do referido enunciado como polêmica. Qual seria, então, o perfil do enunciador capaz de sustentar o ponto de vista oposto a esse enunciado negativo?

Novamente, parece haver uma incredulidade em relação ao conteúdo do ponto de vista negativo, pois, segundo este, a viatura não teria sido usada. Ora, um enunciador que sustentasse um ponto de vista baseado na incredulidade poderia, sem embargo, ser classificado como incrédulo. É preciso, entretanto, discernir entre os diferentes tipos de incredulidade apresentados pelos pontos de vista afirmativos de alguns dos enunciados analisados até aqui. Tarefa a qual nos dedicaremos mais adiante.

5.3 Análise dos enunciados das partes restantes

Utilizaremos esta seção para análise das vinte e sete partes restantes, à exceção da Parte 053/4º/7º GAV, 04/03, cujo enunciado negativo já foi analisado, a título de exemplo, no capítulo 4, restando-nos, portanto, vinte e seis partes a serem analisadas. Para tanto, procederemos da mesma forma que na seção anterior: dividiremos esta seção em duas subseções, respectivamente 5.3.1 e 5.3.2. Na primeira, discorreremos sobre as partes com negações descritivas; na segunda, sobre as partes com negações polêmicas.

Adotando o mesmo critério que foi usado para as partes da seção anterior, trataremos das partes com negações descritivas de forma sintetizada. Já as polêmicas serão tratadas separadamente, a fim de que se possam caracterizar de forma mais exata – e mesmo justificar cada escolha – os perfis dos enunciadores dos pontos de vista afirmativos.

5.3.1 Partes com negações descritivas

Depois de realizada a análise dos enunciados negativos das vinte e seis partes restantes, chegou-se à conclusão de que a maioria delas apresentavam a negação descritiva, pois não foi possível identificar prováveis enunciadores capazes de sustentar os pontos de vista afirmativos sugeridos pelos enunciados negativos.

Levando-se em conta que diversos enunciados destas partes referiam-se a fatos de difícil contestação, inviabilizando o surgimento de qualquer ponto de vista afirmativo contrário à negação, julgamos serem descritivas as negações dos enunciados das partes abaixo.

- Parte 103/1º/16º GAV, 14/04 (enunciados negativos 1, 2 e 3 do quadro 15).
- Parte 225/4º/7º GAV, 20/08 (enunciado nº 11 do quadro 15).
- Parte 334/4º/7º GAV, 19/11 (enunciado nº 13 do quadro 15).
- Parte 003/ACI, 04/02 (enunciado nº 14 do quadro 15).
- Parte 009/ACI, 04/03 (enunciado nº 15 do quadro 15).
- Parte 012/ACI, 18/03 (enunciado nº 16 do quadro 15).
- Parte 019/ACI, 18/03 (enunciado nº 17 do quadro 15).
- Parte 020/ACI, 18/06 (enunciados nºs 18 e 19 do quadro 15).
- Parte 038/ACI, 15/09 (enunciado nº 20 do quadro 15).
- Parte 140/PREF, 02/07 (enunciado nº 23 do quadro 15).
- Parte 296/PREF, 19/11 (enunciado nº 24 do quadro 15).
- Parte 111/EP, 19/02 (enunciado nº 28 do quadro 15).
- Parte 948/EP, 07/10 (enunciados nºs 30 e 31 do quadro 15).
- Parte 003/EIE, 07/01 (enunciado nº 33 do quadro 15).
- Parte 059/EC, 20/05 (enunciado nº 38 do quadro 15).
- Parte 159/EC, 15/10 (enunciado nº 39 do quadro 15).
- Parte 171/EC, 29/10 (enunciado nº 40 do quadro 15).
- Parte 218/ES, 01/06 (enunciado nº 43 do quadro 15).

Passaremos agora à análise dos enunciados com negações polêmicas, localizáveis nas partes descritas na próxima seção.

5.3.2 Análise dos enunciados das partes com negações polêmicas

- Parte 306/1º GAVCA, 25/08 – Enunciado nº 7 do quadro 15 (*Em virtude da realização do curso de Sistema de Comando de Vôo da aeronave F-5E (...) e do não recebimento dos cartuchos da copiadora desta Unidade (material especificado no PAM Nº 055/1º GAVCA/2004), solicito-vos apoiar este Grupo na confecção (cópias) de apostilas.*).

Trata a presente parte de um pedido de apoio para a reprodução de apostilas que serão usadas num curso a ser administrado pelo setor. Para justificar sua solicitação e ao mesmo tempo precaver-se da determinação do Comandante do Grupo de Serviço de Base (GSB), segundo a qual as máquinas copiadoras da BASC só atenderiam a seus Esquadrões, haja vista os Grupos de Aviação possuírem suas próprias máquinas, o enunciador alega que os cartuchos solicitados não haviam sido entregues.

Sabemos, entretanto, que todos os setores fazem anualmente um planejamento para aquisição do material de expediente a ser utilizado num dado período e que, em geral, pede-se uma quantidade a mais, justamente para suprir necessidades além das previstas. Sendo assim, são pagos cartuchos para as unidades usarem durante determinado período.

Se a unidade solicita os cartuchos fora do período destinado às aquisições de material, é bem provável que o seu pedido seja rejeitado ou não seja atendido de imediato pelo setor de licitações, pois o processo licitatório, como sabemos, é bastante lento.

O enunciador da parte, para se resguardar de uma possível rejeição ao seu pedido, de uma certa maneira transfere a responsabilidade de não possuir cartuchos para o setor de compras, pois alega ter enviado um pedido de aquisição de material para aquele setor, o qual ainda não havia sido atendido.

Como a Seção de Licitações está de certa forma ligada ao GSB, o enunciado da parte pode ser assim interpretado: “se vocês tivessem me dado condições materiais, fornecendo-me os cartuchos solicitados, não faria tal solicitação”. Ou, se preferirmos: “não fosse a incompetência de vocês, não faria tal solicitação”.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que se solicita um apoio, cria-se um campo de tensão, ao se tentar justificar o pedido desse mesmo apoio. Disso resulta que, além das dificuldades impostas pelo GSB aos setores não pertencentes à BASC, relativamente ao apoio de cópias, outras serão criadas em função da tensão gerada entre o solicitante e o solicitado.

De acordo com o planejamento de material de expediente acima aludido, a unidade teria recebido os cartuchos para serem usados dentro do período. Logo, o ponto de vista afirmativo (*A Unidade recebeu os cartuchos*) subjacente ao enunciado negativo denuncia uma certa ingerência no uso do material recebido: ou o setor usou indevidamente, ou não pediu a quantidade necessária, falhando, com isso, nas suas previsões, o que refletiria a incompetência dele e não a do setor de licitações.

Cria-se, por conseguinte, toda uma dificuldade ao atendimento da solicitação. O perfil do enunciador que estaria associado a dificuldades de qualquer natureza, seja material, seja financeira, chamaremos, sem que nos ocorra no momento um melhor termo, de enunciador-difcultador.

- Parte 059/4º/7º GAV, 09/03 – Enunciado nº 10 do quadro 15 (*Solicito a V. Sa. trocar ou fornecer ao militar X peças de fardamento, tendo em vista o longo tempo de uso de algumas peças e não possuir outras.*).

A parte é endereçada à Seção de Material de Intendência (SMI), setor responsável pela distribuição gratuita de fardamento.

Convém esclarecer que a distribuição gratuita de fardamento beneficia, em primeira instância, os cabos e soldados. Os graduados (de terceiro-sargento a suboficial) e os oficiais recebem uma quantia de tempos em tempos, o auxílio-fardamento, para a compra de uniforme. Entretanto, algumas peças são “pagas” gratuitamente aos graduados e oficiais que trabalham em atividades ligadas ao vôo, por exemplo, macacão de vôo ou de manutenção, entre outras peças.

Ocorre que existe um calendário de distribuição desses fardamentos, em função de cada situação específica. É lógico que peças muito utilizadas cotidianamente são trocadas em períodos de tempo mais curtos. As usadas esporadicamente levam mais tempo para serem substituídas.

O enunciado da parte não especifica que peças de uniformes são solicitadas, mas menciona no “assunto” tratar-se de uniformes de vôo. Ora, há vários militares que realizam vôos constantemente, entre eles os do 4º/7º GAV.

Existe, como dissemos, um calendário de distribuição de fardamento que atende a todos os militares simultaneamente. Então, o enunciado da parte solicita o fornecimento das peças fora desse calendário, alegando que algumas estão desgastadas pelo longo tempo de uso e o militar não possui outras peças.

No entanto, se o calendário foi cumprido, o que normalmente ocorre, pois existe um controle, feito pelo Depósito Central de Intendência (DCI) a que a SMI está subordinada, por que algumas peças não teriam sido substituídas a tempo? Por que o militar não possuiria algumas dessas peças? Finalmente, por que seria feita a solicitação para atender a um militar somente? E os outros, teriam todas as peças, e essas peças estariam em bom estado?

Na realidade, fica implícito que, ou houve desvio das peças, ou um desgaste precoce das mesmas. Pelas práticas diárias de trabalho, sabemos que a SMI dificulta ao máximo, baseada no princípio de economicidade, a distribuição de fardamento fora dos prazos de validade, só o fazendo em casos excepcionais, como, por exemplo, por ocasião dos deslocamentos dos recrutas para a realização de treinamentos militares, situação que produz um desgaste acentuado nas peças, tornando algumas delas inservíveis. Fora dessas situações, sempre se pensará que o militar está fazendo um pedido desnecessário. Portanto, sem uma boa justificativa, a SMI dificultará a reposição das peças.

Contudo, o setor solicitante não especifica por que as peças estão desgastadas ou o militar não possui outras. Possuir outras nesse caso se refere a outras peças idênticas às que estão desgastadas. Ora, se a SMI distribui, via de regra, no mínimo duas peças de cada tipo a cada militar, por que ele só possuiria uma?

Daí o embate gerado entre a declaração negativa acima e o ponto de vista afirmativo subjacente a ela, segundo o qual *o militar possuiria outras peças*. Por isso, consideramos a referida negação como polêmica, pois instaura um antagonismo entre dois pontos de vista distintos.

Afirmar que o militar possui outras peças é, em outras palavras, inviabilizar o pedido veiculado na parte em estudo. Ao enunciador cujo ponto de vista está associado a saberes que inviabilizam, dificultam, impossibilitam um recurso qualquer, seja vinculado a material, seja ligado ao fator financeiro, chamamos de enunciador-dificultador.

- Parte 044/EI, 04/05 – Enunciado nº 25 do quadro 15 (*Tendo em vista que esta seção de finanças emite EAFP-D, para diárias, sendo que o local não é adequado para este tipo de procedimento, solicito a V. Sa. a possibilidade de que o EAFP-D seja emitido por outro setor a fim de evitar impropriedade administrativa ou transtornos à administração desta UPAG.*).

Essa parte foi emitida pela Seção de Finanças do Esquadrão de Intendência, setor responsável pelo pagamento dos salários e outros benefícios aos militares e civis da BASC. A sigla EAFP-D significa: Extrato das Alterações Financeiras do Pessoal – Diárias. Começamos por este último termo. Diárias são quantias pagas aos funcionários que ficarem fora da sede por mais de oito horas.

Toda vez que o funcionário se ausenta da sede, o setor onde trabalha emite um item para publicar a concessão desse benefício em boletim interno da unidade, documento diário versando sobre assuntos ligados à administração e à disciplina. Como o boletim publica assuntos dos mais variados, a Seção de Finanças extrai dele os assuntos relativos a questões financeiras, por tipo de benefício. Daí a letra D após o hífen, isto é, extrato exclusivamente vinculado às concessões de diárias.

Ora, o locutor da parte em estudo não explicita por que o local não seria adequado para aquela atividade. Solicita, apenas, que o EAFP-D seja emitido por outro setor, “a fim de evitar impropriedade administrativa ou transtornos à administração desta UPAG” (Unidade Pagadora).

Em resumo, não há nenhuma justificativa plausível para que o setor deixe de emitir o referido extrato. Percebe-se aí, nitidamente, uma tentativa de furtar-se a uma responsabilidade inerente às atribuições do setor. Ou seja, tenta-se, por meio de frágeis argumentos, promover a transferência de uma dada função a outro setor, sem sequer especificar que outro setor poderia assumir tal responsabilidade.

Por essa razão, julgamos sustentável o ponto de vista afirmativo colocado em cena pelo enunciado negativo da parte (*o local é adequado para este tipo de procedimento*), já pela fragilidade dos argumentos do locutor, já pelo fato de ser a Seção de Finanças o local destinado a essa e outras finalidades, conforme prevê o Regimento Interno da BASC.

Logo, consideramos a negação como polêmica, pois encena dois pontos de vista antagônicos. O ponto de vista negativo rejeita justamente um ponto de vista contrário à reivindicação de transferência de responsabilidade. Quanto ao perfil do enunciador responsável pelo ponto de vista afirmativo talvez possamos caracterizá-lo como controlador, pois, ao rejeitar os argumentos do enunciado da parte, fiscaliza e controla o trabalhador daquele setor, não permitindo que ele se furte às suas atribuições.

- Parte 893/EP, 29/09 – Enunciado nº 29 do quadro 15 (*Visando um melhor aproveitamento dos recursos humanos com relação ao desenvolvimento dos serviços burocráticos, comunico a V. Sa. que o Setor de Escala de Serviço (...) estará à disposição para atendimento ao público (...), lembrando que de acordo com a NPA referenciada [007/EP, de 23 Jan. 2004] (...) as trocas [de serviço] não poderão ser feitas via telefone.*).

O Esquadrão de Pessoal, entre outras atribuições, é o responsável pela elaboração das escalas de serviços de todos os postos existentes na BASC. Serviço de escala refere-se a um período de tempo além do tempo normal de expediente a que os militares são obrigados a cumprir, de duração variável, em geral doze ou vinte e quatro horas.

A medida adotada pelo esquadrão acima tinha, na verdade, o objetivo de minimizar as trocas de serviço e, além disso, de impedir que os funcionários que trabalham na burocracia do setor fossem interrompidos a todo instante para atender aos interesses dos concorrentes às escalas.

Em relação às trocas por telefone, a proibição a que se refere a Norma Padrão de Ação (NPA) mencionada originou-se em função de trocas por telefone que geraram problemas na escala. Esse tipo de problema ocorre quando um militar liga para o escalante e avisa que outro tirará o seu serviço num determinado posto e dia. O militar

substituto não aparece para o serviço e alega não ter sido avisado pelo outro. Para evitar esse incidente, o EP exige a presença dos dois militares perante o responsável pela escala de serviço.

Essa é uma regra geral que deveria atingir a todos. Contudo, a prática mostra que, a despeito da proibição referida, nem sempre ocorre o cumprimento de tal regra. O enunciador do ponto de vista afirmativo (*As trocas de serviço poderão ser feitas via telefone*) sustenta, na verdade, que a regra provavelmente será violada, senão em todos os casos, ao menos em determinadas circunstâncias, pois algumas trocas continuarão acontecendo clandestinamente.

Considerando o acima exposto, assumimos que o enunciador acima, ao duvidar do cumprimento da determinação constante da NPA (*as trocas [de serviço] poderão ser feitas via telefone*), revela sua incredulidade relativamente às regras veiculadas pelo enunciado da parte analisada, sendo, por esse motivo, caracterizado por nós como enunciador-incrédulo.

Parte 1057/EP, 28/11 – Enunciado nº 32 do quadro 15 (*Solicito-vos a reativação do ramal 342, pertencente a este Esquadrão, visto que as ligações efetuadas não ultrapassaram o valor limite.*).

Esse enunciado, igualmente do Esquadrão de Pessoal, solicita ao Gestor de Comunicações “a reativação do ramal 342”. E alega que as ligações que foram efetuadas pelo referido ramal “não ultrapassaram o valor limite”.

Ora, dois saberes devem ser aqui explicitados para que se compreendam melhor os fatos: quem estipula os limites para as ligações mensais é a Telemática, cujo chefe é o Gestor de Comunicações; além de estipular esses limites, esse setor controla, através das contas telefônicas, todas as ligações feitas pelos ramais da BASC. Portanto, se o ramal foi desativado, como se pode inferir do enunciado da parte em questão, é porque ultrapassou

o limite estipulado pelo setor de telefonia.

Conclui-se do acima exposto que, ou o setor de telefonia se equivocou no controle e, por conseqüência disso, desativou inadvertidamente o referido ramal; ou o limite foi realmente extrapolado, o que estaria coerente com o ponto de vista afirmativo subjacente, a saber, *as ligações ultrapassaram o valor limite*.

De qualquer modo, o enunciado negativo da parte acima instaura uma polêmica ao estabelecer entre os setores supracitados uma relação de tensão. Por causa disso, consideramos a negação como polêmica e o perfil do enunciador que sustenta o ponto de vista afirmativo como controlador, pois defende um ponto de vista coadunado ao controle das ligações exercido pelo setor de telefonia.

- Parte 225/EIE, 15/08 – Enunciado nº 34 do quadro 15 (*Informe a V. Sa. que o militar X não recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo (...)*).

Essa parte trata de um benefício financeiro, a Ajuda de Custo, paga a militares que se ausentam da sede por mais de quinze dias consecutivos.

Via de regra, é paga antecipadamente ao militar uma Ajuda de Custo na ida para a viagem e outra na volta.

Se todos os procedimentos burocráticos e legais forem cumpridos, inevitavelmente o militar receberá o benefício, isto é, a aludida antecipação. Casos há, inclusive, em que o militar recebe de vez as duas parcelas. E muitos casos já houve de o militar receber o adiantamento e depois receber, equivocadamente, as duas parcelas, o que gera, senão prejuízo, já que será forçado a devolver o dinheiro excedente, ao menos sérios transtornos administrativos.

Por isso, a tendência imediata é sustentar que o militar tenha recebido o adiantamento, até prova em contrário. Portanto, a sua solicitação será dificultada ao

máximo, pois terá de ser feito todo um levantamento burocrático para que se comprove o não recebimento do benefício.

Ora, mesmo que se comprove posteriormente a não contemplação do benefício, a dificuldade criada gera conflito entre as partes envolvidas, ou, em outras palavras, instaura-se a polêmica entre dois pontos de vista (*o militar não recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo X o militar recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo*) de *per si* antagônicos. Sendo assim, caracterizamos como polêmica a negação. Quanto ao enunciador do ponto de vista afirmativo acima, pelas dificuldades impostas ao outro, chamamos de enunciador-dificultador.

Parte 235/EIE, 11/08 – Enunciado nº 35 do quadro 15 (*Solicito a V. Sa. o pagamento de auxílio alimentação aos militares abaixo (...). Outrossim, informo a V. Sa. que os referidos militares não realizaram suas refeições em unidades da FAB.*).

Trata-se, como no enunciado anterior, da solicitação de um benefício, o auxílio-alimentação, que deve ser pago ao militar, caso ele saia em missão e faça as refeições fora de unidades militares.

As refeições são feitas nas organizações militares em lugares denominados *Ranchos*. Os ranchos das unidades recebem uma verba para fornecimento de refeições só do pessoal lotado em cada unidade. Por isso, em geral é feito um controle das refeições feitas por militares em outras unidades para que haja um repasse de verbas.

Sabemos, contudo, que esse controle muitas vezes não é feito ou é feito de forma precária. Torna-se, por isso, muito fácil burlar o sistema e, mesmo tendo sido feita a refeição num rancho de uma unidade qualquer, fato corriqueiro, dada a quantidade de unidades da Aeronáutica sediadas no Rio de Janeiro, a tendência é o militar alegar, como diz o enunciado da parte, não ter feito refeições em unidades da FAB.

Há, inclusive, uma determinação dos comandos militares de que o militar deve preferentemente fazer as refeições em unidades da FAB, justamente para coibir o pagamento do referido auxílio.

Por tudo quanto foi exposto, é perfeitamente legítimo haver quem se oponha à alegação de que os militares deixaram de fazer as refeições fora do âmbito militar. Há, pois, um embate entre dois pontos de vista opostos, sendo o afirmativo (*Os referidos militares realizaram suas refeições em unidades da FAB*) sustentado por um enunciador ao qual poderíamos denominar, pelo fato de seu ponto de vista estar associado às dificuldades que se impõem aos militares, enunciador-dificultador.

- Parte 389/EIE, 10/12 – Enunciado nº 37 do quadro 15 (*Por ordem do Comandante do EIE, a alimentação da STM será feita na condução do Combustível na quarta-feira ou na condução da rendição na quinta-feira e não poderá ser feita em duas viagens.*).

Trata-se neste caso de um enunciado que veicula uma ordem dada pelo Comandante do Esquadrão de Infra-Estrutura, a respeito do transporte de alimentos para o Setor de Transporte Marítimo (STM), situado na Restinga de Marambaia. Como esse setor fica muito distante da BASC, é preciso transportar a alimentação para lá semanalmente.

Com o intuito de que seja diminuído o consumo de combustível, tenta-se levar a alimentação para o local na condução que transporta os alimentos ou na que levará militares para substituir aqueles que estão nesse posto avançado.

Embora a intenção seja válida, e mesmo legítima, não se pode ter absoluta certeza de que será cumprida fielmente, pois inúmeros fatores alheios à vontade (e ao controle) do autor da ordem podem contribuir para que a determinação seja violada, já que esta é fundamentada na idealização do funcionamento de um setor que, na prática,

não apresenta condições de atingir esse ideal, o Setor de Transporte de Superfície. Sabe-se perfeitamente que, além do número reduzido de viaturas existentes naquele setor, muitas delas encontram-se em péssimo estado de conservação.

Por outro lado, mesmo se o número de viaturas fosse suficiente e todas elas estivessem novas, nada garante o rigor no cumprimento da ordem acima, sobretudo se considerarmos a possibilidade de ocorrerem imprevistos. Logo, julgamos a negação do enunciado da parte como polêmica, pois coloca em cena um ponto de vista afirmativo (*A condução poderá ser feita em duas viagens*) que contesta a certeza da determinação.

Contestar uma certeza seria, segundo cremos, apostar na incredulidade. Caracterizamos o perfil do enunciador desse enunciado, portanto, como enunciador-incrédulo.

A fim de facilitar a visualização do resultado da nossa análise, propusemos o quadro abaixo, no qual destacamos a quantidade de enunciados negativos, o tipo de negação de cada um deles e, no caso das negações polêmicas, os perfis de enunciadores propostos, cujas características, intimamente relacionadas aos dois pontos de vista, o negativo e o afirmativo, assim como ao contexto de produção desses pontos de vista, serão retomados na seção 5.4. Das análises acima, distinguimos trinta e cinco negações descritivas e doze negações polêmicas.

Quadro 15 – Definição da negação e dos perfis dos enunciadores das negações polêmicas

| Número de Enunciados | Enunciado Negativo | Tipo de negação | Perfil do enunciador |
|----------------------|--|-----------------|----------------------|
| 1 | Comunico-vos que o militar X (...) não esteve presente à instrução de educação física. (Parte nº 103/1º/16º, 14/04/04) | Descritiva | Não há |
| 2 | O mesmo [militar acima], até o presente momento, não participou o impedimento ao escalante. (Parte nº 103/1º/16º, 14/04/04) | Descritiva | Não há |
| 3 | O militar Y ministrou a mesma [instrução de educação física], embora não tenha sido acionado pelo titular do dia [o militar X acima]. (Parte nº 103/1º/16º, 14/04/04) | Descritiva | Não há |

| | | | |
|----|---|------------|------------------------|
| 4 | <p>Informo-vos que não mais faço parte da Comissão de Cotejamento do Efetivo Militar, a contar de julho do corrente ano, conforme boletim interno nº 146, de 13 de agosto, no qual foi nomeada outra comissão para execução da conferência (...) e dispensada a anterior que havia sido designada pelo boletim interno nº 020, de 02 de fevereiro de 2004 (...).</p> <p>(Parte nº 420/1º/16º, 28/09/04)</p> | Polêmica | Enunciador-controlador |
| 5 | <p>Encaminho a V. Sa. a relação abaixo dos militares que não tiraram foto no dia 07 Mar. 04 (domingo).</p> <p>(Parte nº 091/1º GAVCA, 30/03/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 6 | <p>Informo que o militar X não pertencente ao efetivo do 1º GAVCA.</p> <p>(Parte nº 215/1º GAVCA, 22/06/04)</p> | Polêmica | Enunciador-equivocado |
| 7 | <p>Em virtude da realização do curso de Sistema de Comando de Vôo da aeronave F-5E (...) e do não recebimento dos cartuchos da copiadora desta Unidade (material especificado no PAM Nº 055/1º GAVCA/2004), solicito-vos apoiar este Grupo na confecção (cópias) de apostilas.</p> <p>(Parte nº 306/1º GAVCA, 25/08/04)</p> | Polêmica | Enunciador-difcultador |
| 8 | <p>Informo a V. Sa. que não houve participação deste Grupo de Aviação durante o acionamento simulado do PEAA 2004.</p> <p>(Parte nº 476/1º GAVCA, 21/12/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 9 | <p>O Soldado X (...) atrasou-se em 1h e 15min ao assumir seu quarto de hora, de 0h às 2h, no serviço do dia 25 para o dia 26 de fevereiro de 2004. Ao ser inquirido por mim sobre seu atraso, este informou também (...) não possuir despertador ou relógio.</p> <p>(Parte nº 053/4º/7º GAV, 04/03/04)</p> | Polêmica | Enunciador-incrédulo |
| 10 | <p>Solicito a V. Sa. trocar ou fornecer ao militar X peças de fardamento, tendo em vista o longo tempo de uso de algumas peças e não possuir outras.</p> <p>(Parte nº 059/4º/7º GAV, 09/03/04)</p> | Polêmica | Enunciador-difcultador |
| 11 | <p>Solicito a V. Sa. que o 1º Esquadrão, 2º Esquadrão e GAS do 1º GAE sejam excluídos da listagem de detentores de material carga da seção de registro da BASC, pois as referidas unidades foram desativadas e não compõem o 4º/7º GAV.</p> <p>(Parte nº 225/4º/7º GAV, 20/08/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 12 | <p>Informo a V. Sa. que as escalas de Mecânico de Dia e SOA não são de duração de 24 horas.</p> <p>(Parte nº 297/4º/7º GAV, 29/09/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 13 | <p>Informo a V. Sa. que a Sala Cardeal 01 encontra-se com as seguintes discrepâncias (segue relação com as discrepâncias).</p> <p>Tendo em vista que a conclusão da obra [de reforma da Sala Cardeal] não completou um ano, creio que as panes citadas podem ser sanadas através de garantias das empresas responsáveis.</p> <p>(Parte nº 334/4º/7º GAV, 19/11/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 14 | <p>Solicito informar e justificar os motivos que concorreram para que o inventário analítico sob sua responsabilidade não fosse entregue no prazo previsto, conforme determinação publicada no boletim interno 243, de 30 de dezembro de 2003.</p> <p>(Parte nº 003/ACI, 04/02/04)</p> | Descritiva | Não há |

| | | | |
|----|---|------------|------------------------|
| 15 | Solicito informar e justificar os motivos pelos quais a comissão de vistoria para fins de demolição da benfeitoria nº RJ004-30-12-E-088 (...), sob sua responsabilidade, não enviou a este Agente de Controle Interno, até a presente data, o Termo de Vistoria do referido imóvel, conforme determinação publicada no boletim interno 127, de 11 de julho de 2003. (Parte nº 009/ACI, 04/03/04) | Descritiva | Não há |
| 16 | Solicito informar (...) o motivo do não cumprimento da determinação do Sr. Comandante, quanto ao comparecimento à Seção de Registro para conferência de carga. (Parte nº 012/ACI, 18/03/04) | Descritiva | Não há |
| 17 | Por ordem do Sr. Comandante, comunico-vos que o horário para funcionamento de almoço nas cantinas deverá ser o mesmo da Unidade nos dias de expediente. O não cumprimento desta determinação poderá provocar a rescisão do contrato. (Parte nº 019/ACI, 18/03/04) | Descritiva | Não há |
| 18 | Solicito-vos a possibilidade de providências junto aos militares abaixo, no sentido de que encaminhem ao EP a declaração de bens e rendas (...), sob pena de inclusão em processo de Tomada de Constas Especial (...) pelo não cumprimento do previsto na Lei 8429/92, Lei 8730/93, Decreto 978/93, instrução nº 5/94 TCU e Portaria 35/GMG/95. (Parte nº 020/ACI, 18/06/04) | Descritiva | Não há |
| 19 | Solicito-vos, ainda, informá-los [aos militares citados acima] da necessidade de encaminhamento (...) de parte individual com a justificativa do não cumprimento da determinação contida no Boletim Interno 081, de 06 Maio 04. (Parte nº 020/ACI, 18/06/04) | Descritiva | Não há |
| 20 | Deveis informar o motivo pelo qual os militares não compareceram à Prévia da Prestação de Contas, realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2004 (...), conforme relação abaixo. (Parte nº 038/ACI, 15/09/04) | Descritiva | Não há |
| 21 | Encaminho-vos a relação dos militares desta PASC que não participaram do treinamento militar. (Parte nº 065/PREF, 30/03/04) | Descritiva | Não há |
| 22 | Informo-vos que o desconto de R\$ 40,00, em favor da caixa 110, é referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril que não haviam sido descontados. (Parte nº 129/PREF, 09/06/04) | Descritiva | Não há |
| 23 | Solicito a V. Sa. enviar um motorista para a condução desta PASC (...), tendo em vista não haver motorista disponível no setor. (Parte nº 140/PREF, 02/07/04) | Descritiva | Não há |
| 24 | Informo, ainda, (...) que o referido militar não desejará condução (...). (Parte nº 296/PREF, 19/11/04) | Descritiva | Não há |
| 25 | Tendo em vista que esta seção de finanças emite EAFP-D, para diárias, sendo que o local não é adequado para este tipo de procedimento, solicito a V. Sa. a possibilidade de que o EAFP-D seja emitido por outro setor a fim de evitar impropriedade administrativa ou transtornos à administração desta UPAG. (Parte nº 044/EI, 04/05/04) | Polêmica | Enunciador-controlador |

| | | | |
|----|---|------------|------------------------|
| 26 | <p>Informo a V. Sa. que não há militares incluídos, neste setor, por decisão judicial. (Parte nº 067/EI, 22/06/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 27 | <p>Informo-vos que não há soldados neste Esquadrão na situação de engajamento. (Parte nº 157/EI, 12/10/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 28 | <p>Solicito a V. Sa. proceder à manutenção de um computador Pentium 333 MHz deste Esquadrão. Tal solicitação prende-se ao fato do computador travar frequentemente e, neste dia, após dois travamentos, não funcionou mais. (Parte nº 111/EP, 19/02/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 29 | <p>Visando um melhor aproveitamento dos recursos humanos com relação ao desenvolvimento dos serviços burocráticos, comunico a V. Sa. que o Setor de Escala de Serviço (...) estará à disposição para atendimento ao público (...), lembrando que de acordo com a NPA referenciada [007/EP, de 23 Jan. 2004] (...) as trocas [de serviço] não poderão ser feitas via telefone. (Parte nº 893/EP, 29/09/04)</p> | Polêmica | Enunciador-incrédulo |
| 30 | <p>Solicito-vos não abonar as faltas ao expediente dos dias 3, 16, 18, 19 e 20 Ago. 2004, referentes ao funcionário civil X, tendo em vista [continua no item abaixo]. (Parte nº 948/EP, 07/10/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 31 | <p>o referido funcionário não ter apresentado comprovante médico ou justificativa para as mesmas [as faltas ao expediente]. (Parte nº 948/EP, 07/10/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 32 | <p>Solicito-vos a reativação do ramal 342, pertencente a este Esquadrão, visto que as ligações efetuadas não ultrapassaram o valor limite. (Parte nº 1057/EP, 28/11/04)</p> | Polêmica | Enunciador-controlador |
| 33 | <p>Comunico-vos que o militar X (...) faltou ao expediente do dia 12 Dez. 2003 ao dia 05 Jan. 2004 (...). Durante este período foi acionada uma captura, a qual não obteve sucesso. (...) (Parte nº 003/EIE, 07/01/04)</p> | Descritiva | Não há |
| 34 | <p>Informo a V. Sa. que o militar X não recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo (...). (Parte nº 225/EIE, 15/08/04)</p> | Polêmica | Enunciador-difcultador |
| 35 | <p>Solicito a V. Sa. o pagamento de auxílio alimentação aos militares abaixo (...). Outrossim, informo a V. Sa. que os referidos militares não realizaram suas refeições em unidades da FAB. (Parte nº 235/EIE, 30/08/04)</p> | Polêmica | Enunciador-difcultador |
| 36 | <p>Informo a V. Sa. que a viatura Pick-up 93DP153 encontrava-se acidentada, tendo sido recuperada no dia 28 de julho de 2004, após manutenção mecânica, elétrica, lanternagem e pintura. Reabasteceu para teste, não sendo utilizada no período. (Parte nº 276/EIE, 11/08/04)</p> | Polêmica | Enunciador-incrédulo |
| 37 | <p>Por ordem do Comandante do EIE, a alimentação da STM será feita na condução do Combustível na quarta-feira ou na condução da rendição na quinta-feira e não poderá ser feita em duas viagens. (Parte nº 389/EIE, 10/12/04)</p> | Polêmica | Enunciador-incrédulo |
| 38 | <p>Informo a V. Sa. que o militar X não fez o requerimento [de Licença Especial] no período normal (...). (Parte nº 059/EC, 20/05/04)</p> | Descritiva | Não há |

| | | | |
|----|--|------------|--------|
| 39 | Solicito-vos cancelar a O. S. nº 309/SEC/04 ao militar X, em virtude de não ter sido efetuada a sua matrícula no referido curso. (Parte nº 159/EC, 15/10/04) | Descritiva | Não há |
| 40 | Comunico a V. Sa. que a partir da presente data, a ocupação da mesa do Comando no Refeitório dos Oficiais, ficou estabelecido por nosso Comandante o seguinte: [segue ordem dos Comandantes de Esquadrão]. Outrossim, informo ainda que o Cmt. da BASC deverá ser aguardado até 12h 15min, caso não chegue, poderão ser iniciados os serviços. (Parte nº 171/EC, 29/10/04) | Descritiva | Não há |
| 41 | Informo-vos que não há militar na situação de <i>sub-judice</i> neste Esquadrão. (Parte nº 190/EC, 10/11/04) | Descritiva | Não há |
| 42 | Em relação à consulta feita por V. Sa. a respeito de dispensas médicas de formatura dos militares da BASC, informo-vos: 1 – (...) 2 – Não existe restrição ao militar em comparecer à formatura para assisti-la em local para dispensados (...) (Parte nº 084/ES, 09/01/04) | Descritiva | Não há |
| 43 | Solicito-vos que sejam concedidas novas permissões de entrada pela Guarda Sul ao militar X (...), não só em dias de expediente, mas também em dias [em que não haja expediente]. (Parte nº 218/ES, 01/06/04) | Descritiva | Não há |
| 44 | Informo-vos que não foi confeccionada a Declaração de Dependência Tipo 1, [continua no item abaixo]. (Parte nº 461/ES, 28/09/04) | Descritiva | Não há |
| 45 | em virtude da referida militar [uma oficial do ES] não desejar a inclusão do seu esposo no cadastro SARAM. (Parte nº 461/ES, 28/09/04) | Descritiva | Não há |
| 46 | Em resposta ao documento da referência [Parte nº 923/EP], informo a V. Sa. que não foram encontradas discrepâncias, logo os militares relacionados no documento [parte acima] trabalham neste Esquadrão. (Parte nº 472/ES, 05/10/04) | Descritiva | Não há |
| 47 | Em atenção à parte da referência, [Parte nº 104/EC, de 06 Out. 04], informo-vos que nos livros de atendimento médico e ocorrências não há registro de atendimento médico do militar X no período de 01 para 02 Out. 04. (Parte nº 489/ES, 14/10/04) | Descritiva | Não há |

5.4 Os perfis dos enunciadores

Nesta seção, pretendemos definir cada perfil de enunciadores, explicando por que razão os pontos de vista afirmativos subjacentes se prendem a tais perfis. Também discorreremos sobre os critérios adotados para marcar a fronteira entre os diferentes perfis de enunciadores, bem como a distância que os separa, evidenciando até que ponto

se complementam, se opõem ou fazem alianças.

5.4.1 – A demarcação das fronteiras entre os perfis dos enunciadores

Como se pode observar no quadro acima, inferimos dos enunciados negativos, e dos pontos de vista afirmativos a eles subjacentes, quatro diferentes tipos de perfis de enunciadores. Cada um desses quatro perfis, conforme demonstramos, vincula-se a um ponto de vista afirmativo subjacente diverso, segundo o enunciado negativo que o veicula e nega.

Foram levados em conta, sobretudo, os assuntos das partes com enunciados negativos, isto é, o teor de cada uma delas, bem como o ponto de vista afirmativo subjacente e a relação de oposição que cada um desses pontos de vista mantinha com os respectivos enunciados negativos. Esse contraste, associado ao contexto, ou melhor, ao meio no qual este gênero circula, e aos saberes veiculados pelos pontos de vista encenados e ao mesmo tempo rejeitados pelos enunciados negativos, contribuiu para a caracterização de cada perfil, possibilitando o estabelecimento de uma fronteira entre eles.

Tentamos associar cada um dos perfis dos enunciadores aos *saberes* veiculados pelos enunciados das partes. Tarefa difícil, como já apontamos, em virtude da facilidade com que o pesquisador pode confundir os diferentes perfis, tendo em vista haver entre eles, como se pode perceber pelos enunciados negativos analisados, bastante proximidade.

Entretanto, se os caracterizamos com diferentes designações, é porque acreditamos haver entre esses perfis certas singularidades que os particularizam uns em relação aos outros.

Com o objetivo de explicitar as singularidades de que se falou no parágrafo anterior, utilizaremos as seções abaixo para discorrer sobre os diferentes perfis. A seguir, na seção 5.5, pretendemos depurar a análise dos enunciados negativos, isto é, dos enunciados cujas negações foram consideradas como polêmicas, conforme as análises feitas até aqui.

Antes, porém, gostaríamos de acrescentar que a classificação das negações descritivas dependeu igualmente do contexto e do teor de cada parte analisada.

5.4.2 – Diferentes perfis de enunciadores – convergências e divergências

Com base nos critérios acima, definiremos os diferentes perfis de enunciadores. Contudo, como boa quantidade de enunciados negativos, do ponto de vista do seu conteúdo, se mostrassem muito próximos entre si, sentimos a necessidade de outros critérios, os quais elucidaremos nos itens abaixo, em que trataremos especificamente de cada perfil.

Se o ponto de vista afirmativo está sendo desqualificado nesse espaço discursivo, é porque nem ele nem o perfil de enunciador que o sustenta seriam interessantes. Por quê? O que conduziria a tal rejeição? O ponto de vista afirmativo subjacente, ao ser encenado por meio do enunciado negativo, põe em evidência determinados aspectos do funcionamento de uma comunidade discursiva.

Considerando que nessa comunidade há militares e civis interagindo, a rejeição aos pontos de vista afirmativos subjacentes serão favoráveis ou desfavoráveis aos funcionários dessa comunidade? Se favoráveis, a que interesses estariam atendendo, realmente aos dos funcionários ou aos da administração? Ou isso dependeria de cada caso? E no caso de eles serem desfavoráveis, seriam desfavoráveis a quem e por quê?

Haveria possibilidade de ambos os interesses, os dos funcionários e os da administração, estarem sendo simultaneamente prejudicados ou beneficiados?

Para sabermos as respostas das perguntas acima, só revendo cada enunciado e, pautados nas análises desses enunciados, tentar elucidar os fatos. Por isso, optamos por rever os pontos de vista afirmativos subjacentes aos enunciados negativos, estabelecendo um contraste entre os pontos de vista encenados e os perfis de enunciadores a eles associados.

5.4.2.1 *Enunciador-incrédulo*

No enunciado nº 9, tínhamos um ponto de vista negativo, segundo o qual determinado militar não possuiria relógio ou despertador, tendo, por esse motivo, se atrasado na rendição. Ao defendermos a tese de que o ponto de vista afirmativo (*o militar possui despertador ou relógio*) refletia uma descrença na justificativa para o atraso, atribuímos essa descrença a dois fatores: a desconfiança gerada pelas próprias circunstâncias em que os fatos se deram; a crença na ideologia de que os militares seriam fiéis cumpridores das regras previstas nas leis e regulamentos.

Salvo melhor juízo, parece haver uma contradição entre os dois argumentos acima. A justificativa do militar nasce como resultado de uma transgressão por ele cometida. Essa transgressão, se não invalida a crença naquela ideologia, pelo menos a enfraquece, a ponto de ser esta rejeitada pelo próprio enunciado negativo. Em verdade, a transgressão serve como denúncia de que aquele ideal de militar nem sempre corresponde à realidade. Poderíamos, então, dizer que há um conflito no interior mesmo do enunciado afirmativo.

Por outro lado, se considerarmos válidos os dois argumentos, embora aparentemente contraditórios, seremos forçados a interpretar o enunciado negativo como

uma desqualificação tanto dessa ideologia, quanto da incredulidade que gira em torno da justificativa veiculada por esse enunciado.

Portanto, a rejeição afeta essa incredulidade. Ao rejeitá-la, o ponto de vista negativo rejeita concomitantemente os argumentos que lhe servem de suporte e os saberes a eles relacionados.

No enunciado nº 29 (*(...) as trocas [de serviço] não poderão ser feitas via telefone.*), ao contrário do enunciado anterior, o ponto de vista afirmativo (*As trocas [de serviço] poderão ser feitas via telefone*) reflete a incredulidade no fiel cumprimento das regras e preceitos, pois pressupõe que certa determinação provavelmente será descumprida pelos funcionários da comunidade discursiva em estudo. Há, portanto, uma desconfiança de que o funcionamento ideal do sistema está sujeito a desvios por parte dos funcionários.

No enunciado anterior, a desconfiança assumia dois aspectos distintos: primeiro parecia referir-se à falta de confiança num militar que tinha agido de maneira escusa; depois parecia refletir certa credulidade de que as regras e os preceitos preconizados para o funcionamento do meio militar seriam cumpridos.

No primeiro enunciado, a desconfiança recaía sobre um único militar, que haveria cometido uma transgressão ocasional. O enunciado atual, contudo, parece incidir sobre vários militares, pois as escalas de serviço afetam os interesses de muita gente ao mesmo tempo.

De qualquer modo, o que fica claro, tanto num caso como no outro, é que, apesar de o meio militar possuir diversos instrumentos de controle sobre as atividades dos funcionários, seria possível burlar, de vez em quando, esses instrumentos.

Com respeito ao enunciado nº 36 (*[A viatura] Reabasteceu para teste, não sendo utilizada no período.*), ainda que o perfil do enunciador seja mantido, a incredulidade no

conteúdo veiculado pelo enunciado negativo parece ser de outra ordem. Neste caso, o termo “desconfiança” talvez não correspondesse exatamente ao termo “incredulidade”, pois, se houvesse uma desconfiança, ela estaria relacionada ao provável desvio de combustível, implícito ao questionamento feito ao setor de transportes. Isso não parece corresponder ao conteúdo veiculado pelo ponto de vista afirmativo posto em cena, de acordo com o qual a viatura teria sido utilizada no período.

Já o enunciado nº 37 (*[A condução] não poderá ser feita em duas viagens.*) aproxima-se do enunciado 29 (*(...) as trocas [de serviço] não poderão ser feitas via telefone.*), pois ambos mantêm uma incredulidade quanto ao cumprimento da determinação de uma autoridade. A diferença seria que, no caso do enunciado 29, o descumprimento aconteceria por escolha dos militares. Quanto ao enunciado 37, o descumprimento da determinação ocorreria por razões alheias à vontade dos militares.

Mais uma vez, contudo, mantemos que se trata de um enunciador-incrédulo.

5.4.2.2 *Enunciador-dificultador*

Embora o contexto possibilite a percepção de um certo controle, como no caso dos pontos de vista atribuídos ao enunciador-controlador, ou de uma certa incredulidade, semelhante ao que ocorre no caso dos pontos de vista referentes ao enunciador-incrédulo, preferimos designar este enunciador como dificultador, pois, diferentemente dos outros, este visa dificultar o acesso do militar a determinados bens e serviços, tal como se percebe nos enunciados negativos 7 (*(...) e do não recebimento dos cartuchos da copiadora desta Unidade(...)*) e 10 (*(...)tendo em vista o longo tempo de uso de algumas peças e [o militar] não possuir outras.*), relativos à aquisição de material, e 34 (*(...) o militar X não recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo (...)*) e 35 (*(...) os referidos militares não realizaram suas refeições em unidades da FAB.*), inerentes a benefícios

financeiros.

Parece-nos que todos os enunciados negativos que põem em cena o enunciador-difícultador, ao desqualificarem os pontos de vista afirmativos subjacentes a cada um deles, ao mesmo tempo denunciam e denegam as dificuldades burocráticas impostas aos funcionários e aos setores, mesmo sendo os assuntos das partes relativamente diferentes entre si.

Esse enunciador difere do enunciador-incrédulo porque este, como vimos na seção 5.4.2.1, se refere a militares envolvidos em violações de regras diretamente relacionadas à disciplina, ou se refere a uma descrença no cumprimento de certas determinações afetas às atividades dos militares e civis da Base Aérea.

5.4.2.3 *Enunciador-controlador*

Este enunciador, na medida em que seus pontos de vista põem em dúvida as declarações dos enunciados negativos, se aproxima do enunciador-incrédulo, dele se afastando porque este, como assinalamos acima, mantém uma desconfiança ou incredulidade afetas ao nível disciplinar, ao passo que o controlador visa controlar os funcionários com o intuito de impedi-los de desviar-se de suas atribuições profissionais.

Também haveria certa proximidade entre este perfil e o enunciador-difícultador, em virtude de os pontos de vista afirmativos sustentados por eles inviabilizarem reivindicações dos funcionários e refletirem certo controle sobre estes funcionários. A diferença é que o enunciador-controlador inviabiliza as reivindicações, como seria o caso dos enunciados 25 ((...) *sendo que o local não é adequado para este tipo de procedimento(...)*) e 32 ((...) *visto que as ligações efetuadas não ultrapassaram o valor limite (...)*), com o intuito de impedir que esses funcionários se desviem de suas

atribuições; ou neutralizam justificativas dos funcionários, como é o caso do enunciado 4 ((...)
Informo-vos que não mais faço parte da Comissão de Cotejamento do Efetivo Militar(...)), por
elas terem apenas uma sustentação parcial, de acordo com o que explicitamos durante a
análise deste enunciado.

5.4.2.4 *Enunciador-equivocado*

Finalmente, este enunciador, cujo perfil não se aproxima nem do perfil do
enunciador-incrédulo, nem do perfil do enunciador-dificultador, pois os objetivos desses dois
enunciadores seriam, respectivamente, desacreditar um ponto de vista qualquer e dificultar a
vida do trabalhador, por meio de embargos burocráticos.

Talvez possamos dizer que ele se aproxima bastante do enunciador-controlador, já
que seu ponto de vista afirmativo (*O militar X pertencente ao efetivo do 1º GAVCA.*), como se
depreende do enunciado da única parte onde é encenado, teria a função de controlar as
atividades dos militares. No entanto, exacerba esse controle, a ponto de cometer um equívoco
em relação a um militar. Por essa razão, preferimos dissociá-lo do controlador, já que o
controle operado por este não redundava em nenhum equívoco.

Em função do equívoco provocado por ele, optamos por caracterizá-lo como
enunciador-equivocado. E preferimos manter esse perfil, embora sua ocorrência, em relação
aos outros perfis, seja bem reduzida.

Como se pode ver pelas análises realizadas até aqui, não foi tarefa fácil deslindar
certas sutilezas que envolvem essas negações polêmicas, pois as fronteiras entre os perfis são
muito tênues, talvez em função dos próprios assuntos das partes e das enunciações que seus
enunciados descrevem. Em razão disso, passaremos à próxima seção, na qual propusemos a
depuração da análise.

5.5 – Depurando a análise

De acordo com o que definimos nos subitens acima, os diferentes perfis de enunciadores dialogam entre si, estabelecendo relações de convergência e divergência uns com os outros, em maior ou menor grau, conforme o perfil de cada um e o enunciado negativo que os engendra.

Observando o quadro acima, pudemos verificar os perfis de enunciadores mais freqüentes, os enunciados e os setores em que ocorrem. Assim, e com a finalidade de esclarecer melhor a nossa análise, propusemos o quadro abaixo, em que fica mais clara a relação entre os diferentes perfis de enunciadores e as suas ocorrências, em função dos enunciados negativos que os mobilizam.

Quadro 16 – Visão geral das ocorrências dos perfis de enunciadores

| Perfil dos Enunciadores | Número de Ocorrências | Enunciados Negativos | Percentual Aproximado |
|-------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| Enunciador-controlador | 3 | 4, 25 e 32 | 25% |
| Enunciador-equivocado | 1 | 6 | 9% |
| Enunciador-dificultador | 4 | 7, 10, 34 e 35 | 33% |
| Enunciador-incrédulo | 4 | 9, 29, 36 e 37 | 33% |

Vimos, a partir do Quadro 15 acima, que, nesse espaço discursivo, há o predomínio de negações descritivas, pois dos quarenta e sete enunciados negativos, trinta e cinco correspondiam a esse tipo de negação, perfazendo 75% do total, contra apenas doze ocorrências de negação polêmica, equivalentes a 25% do total de enunciados negativos.

O quadro 16 reflete a quantidade de perfis de enunciadores, relacionando-os aos enunciados negativos. Como se pode ver, excetuando-se o enunciador-equivocado, com apenas uma ocorrência, correspondente a 9% do total, os demais recebem uma distribuição relativamente eqüitativa, ficando o enunciador-difícultador e o enunciador-incrédulo com quatro ocorrências cada um, correspondendo, respectivamente, a 33% do total. O enunciador-controlador aparece com três ocorrências ou 25% do total.

Tendo em vista as alianças e as distâncias entre os diferentes perfis, como apontamos nos subitens relativos à caracterização desses perfis, poderíamos dividir esses enunciadores em dois grandes blocos, o primeiro dos quais subdividido em dois sub-blocos, como nos esclarece o Quadro 17 abaixo que, segundo acreditamos, nos ajudará a compreender mais profundamente o diálogo estabelecido pelas diferentes vozes trazidas à cena pelos enunciados negativos.

Quadro 17 – Convergências e divergências entre os pontos de vista afirmativos e os funcionários

| PONTOS DE VISTA AFIRMATIVOS SUBJACENTES | | |
|---|--|----------------------------|
| DIVERGENTES | | CONVERGENTES |
| Completamente Desfavorável Aos Funcionários | Parcialmente Desfavorável Aos Funcionários | Favorável aos Funcionários |
| Enunciado nº 6 | Enunciado nº 4 | Enunciado nº 29 |
| Enunciado nº 7 | Enunciado nº 25 | Enunciado nº 36 |
| Enunciado nº 9 | Enunciado nº 32 | Enunciado nº 37 |
| Enunciado nº 10 | | |
| Enunciado nº 34 | | |
| Enunciado nº 35 | | |

De acordo com o que alinhavamos ao longo da pesquisa a respeito dos perfis dos enunciadores, sobretudo no presente capítulo, e tendo em vista que o delineamento desses

perfis levou em conta o funcionamento da comunidade discursiva na qual o gênero parte circula, bem como a alteridade discursiva mantida entre os diferentes tipos de enunciadores, não poderíamos deixar de relacionar esses perfis aos funcionários e às diversas atividades exercidas por eles na Unidade Militar em estudo.

Assim, tentamos, no quadro 17, estabelecer uma relação entre os pontos de vista afirmativos subjacentes – e os saberes a eles vinculados – e os funcionários da Base Aérea. Notamos que essa relação ora é de divergência, isto é, de oposição aos interesses dos funcionários; ora de convergência, no sentido de facilitar, de algum modo, a vida profissional desses funcionários.

Dividimos a relação de divergência em duas colunas: a dos completamente e a dos parcialmente desfavoráveis aos funcionários. Associamos, a cada uma dessas colunas, um enunciado negativo relacionado a um ponto de vista divergente aos interesses dos funcionários. Na terceira coluna, incluímos enunciados negativos, cujos pontos de vista afirmativos convergem favoravelmente aos funcionários.

Nesse sentido, o quadro parece sintetizar, não só as relações mantidas entre os diferentes perfis de enunciadores postos em cena pelos enunciados negativos, mas também, e principalmente, as relações entre os pontos de vista defendidos por eles e os interesses profissionais dos militares e civis daquela Base, na medida em que esses pontos de vista refletem a própria engrenagem que move esses trabalhadores, pois são capazes de apontar as transgressões às normas e regras que regulam o funcionamento dessa engrenagem.

Contudo, convém analisar mais cuidadosamente essas relações de convergência e divergência. Numa rápida análise do quadro, observa-se que a primeira coluna apresenta enunciados negativos, ligados a diferentes perfis de enunciadores, a saber, enunciadordificultador (enunciados 7, 10, 34 e 35), enunciadorequivocado (enunciado

6) e o enunciador-incrédulo (enunciado 9). Na segunda, temos apenas enunciados ligados ao enunciador-controlador. E, na terceira, enunciados relativos ao enunciador-incrédulo.

Disso resulta que a primeira coluna, a dos pontos de vista afirmativos completamente desfavoráveis aos funcionários, espelha a comunhão de três vozes distintas, se levarmos em conta apenas as vozes dos enunciadores dos pontos de vista afirmativos subjacentes. Cada uma das outras duas colunas, porém, poderia ser considerada unívoca, já que cada qual espelha apenas uma voz, correspondente a um único perfil de enunciador. Ou seja: se na primeira coluna se delineia o diálogo entre as vozes dos três enunciadores mencionados no parágrafo anterior, na segunda (cujos pontos de vista afirmativos se referem ao enunciador-controlador) e na terceira (cujos pontos de vista afirmativos são atribuídos ao enunciador-incrédulo) as vozes se mantêm isoladas.

Todos os pontos de vista encenados pelos enunciados negativos da primeira coluna são radicalmente contrários aos interesses do trabalhador e atendem, em sua maioria, aos interesses da administração. Percebe-se mais nitidamente isso nos enunciados, vinculados ao enunciador-difcultador, por ele ser essencialmente contra os interesses desse trabalhador.

Os enunciados negativos 7, 10, 34 e 35, ao rejeitarem os respectivos pontos de vista afirmativos subjacentes ((...) *A Unidade recebeu os cartuchos da copiadora* (...)) e 10 ((...) *o militar possui outras peças [de fardamento].*), relativos à aquisição de material, e 34 ((...) *o militar recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo* (...)) e 35 ((...) *os referidos militares realizaram suas refeições em unidades da FAB.*), inerentes a benefícios financeiros., demonstram que há uma resistência do trabalhador contra essa prática que dificulta de todos os modos a sua vida, neutralizando-lhe os direitos e reivindicações.

O ponto de vista afirmativo subjacente ao enunciado nº 6 também pode ser considerado contrário aos interesses do funcionário, na medida em que o equívoco apontado por ele atinge diretamente a um militar, como poderia atingir a qualquer outro. Então, esse enunciado ((...) *o militar X pertencente ao efetivo do 1º GAVCA.*) estaria rejeitando esse equívoco, pois ele é desfavorável tanto à imagem de trabalhador, segundo a qual nesse meio tudo deveria funcionar perfeitamente bem, tendo em vista os instrumentos de controle existentes nele, quanto ao próprio trabalhador afetado pelo equívoco.

Finalmente, o enunciado nº 9 colocaria em cena um ponto de vista (*O militar possui despertador*) completamente desfavorável ao trabalhador, pois a descrença que veicula atinge desfavoravelmente determinado militar.

Consideramos parcialmente desfavoráveis os pontos de vista afirmativos, sustentado pelo perfil do enunciador-controlador, tendo em vista que, à diferença dos enunciadores completamente desfavoráveis, estes não atingiriam a todos os funcionários indiscriminadamente, como aqueles, principalmente o dificultador.

Numa breve análise dos enunciados 4 e 25, percebemos que, em ambos os casos, os militares são forçados a cumprirem suas atribuições, sendo, portanto, desfavorável a esses funcionários. Porém, isso os impede de transferir suas responsabilidades a outros funcionários. Assim, embora tenha o aspecto de opressão, o que seria deplorável, funciona como um mediador entre os trabalhadores dessa comunidade discursiva.

Além disso, desqualifica o perfil de um trabalhador que tenta se esquivar de suas obrigações. O ponto de vista negativo, portanto, estaria rejeitando, ou desqualificando, não esse perfil indesejado de trabalhador, mas os instrumentos de controle que acabam por denunciar a existência mesma desse tipo de trabalhador nesse âmbito, através dos pontos de vista afirmativos encenados.

Nesse aspecto, o problema não seria a própria existência desse tipo de trabalhador, mas o fato de haver uma denúncia dessa existência. Não podemos esquecer que vigora, nesse meio, a ideologia de que o militar, e mesmo os funcionários civis, seguiriam rigidamente determinada conduta, preconizada pelo sistema do qual fazem parte. Logo, denunciar a possibilidade de desvio dessa conduta seria macular a ideologia reinante. Isso seria, segundo cremos, profundamente perturbador neste ambiente.

Dentre os enunciadores apresentados, o enunciador-incrédulo parece ser o mais complexo, no que tange aos benefícios e malefícios que os seus pontos de vista podem representar para os funcionários. Com efeito, os pontos de vista atribuídos a esse enunciador parecem denunciar coisas bem distintas. O enunciado nº 9, por exemplo, pelas razões que já expusemos no capítulo 4 e no presente capítulo, é bastante complicado, tanto que, mesmo pondo em cena o enunciador-incrédulo, cuja maioria dos enunciados se mostrou favorável ao trabalhador, figura na coluna dos completamente desfavoráveis.

Os pontos de vista afirmativos subjacentes aos enunciados 29 e 37 são favoráveis aos interesses dos funcionários, na medida em que expressam certa permissividade em relação a determinações, o que flexibilizaria suas ações nesse meio. Já o enunciado 36 colocaria em cena um ponto de vista que protegeria o trabalhador de dado setor de uma desconfiança quanto ao desvio de combustível.

Parece haver, entre os perfis caracterizados nesta pesquisa, uma comunhão de forças que, em maior ou menor grau, afetam os interesses do militar e, mais raramente, os da própria administração. Estariam essas forças relacionadas à desconfiança, ao controle excessivo do outro, ao equívoco e mesmo a uma tentativa de alienação desses trabalhadores.

Retomaremos algumas dessas considerações nas considerações finais, destinadas à conclusão dessas análises. Todavia, antes de passarmos a elas, propusemos o último

quadro deste capítulo. Estamos convencidos de que, a partir de sua análise, lograremos a total compreensão do funcionamento da partícula “não”, no gênero com o qual estamos lidando.

Admitimos, entretanto, haver, em relação a esse próximo quadro, certas restrições, sobre as quais teceremos alguns comentários a seguir. A despeito disso, julgamos útil analisá-lo, pelas razões abaixo.

Quadro 18 – Ocorrências por perfis de enunciadores em relação aos setores

| ENUNCIADOR | OCORRÊNCIAS POR PERFIS DE ENUNCIADORES E SETORES | | | | | | | | | | TOTAL |
|--------------|--|----------|-----------|-----|------|----|----|-----|----|----|-------|
| | 1º/16º GAV | 1º GAVCA | 4º/7º GAV | ACI | PASC | EI | EP | EIE | EC | ES | |
| Controlador | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Equivocado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Dificultador | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Incrédulo | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| TOTAL | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 2 | 4 | 1 | 0 | 12 |

Conforme o assinalado no Quadro 12 do Capítulo 4, relativo à metodologia e ao percurso desta pesquisa, das quarenta e duas partes, quatorze apresentavam repetições de assunto. Esse fator compromete parcialmente a análise do quadro acima, em virtude de mascarar, até certo ponto, as quantidades de perfis de enunciadores por setores, pois, de acordo com o critério das eliminações das similaridades de assuntos, adotado na delimitação do nosso *corpus*, distribuimos apenas um assunto repetido para cada setor, exceto para a ACI e para o ES, uma vez que tais setores já possuíam, em número suficiente para compor os seus respectivos enunciados, assuntos sem serem repetições.

Não obstante essas restrições, insistimos em elaborar o quadro acima por dois motivos: primeiro, porque vinte e oito partes não apresentavam qualquer repetição, o que corresponderia a dois terços do total de partes selecionadas para análise, ou, se preferirmos, cerca de 67% do total; segundo, porque algumas dessas repetições restringiam-se a dois ou três setores.

Com efeito, salvo o pedido de auxílio-alimentação, que se repetia em sete dos dez setores, os demais assuntos se repetiam em menor escala. Ora, isso quer dizer que, mesmo tendo distribuído essas repetições pelos setores, não poderíamos descartá-las completamente da análise, pois inevitavelmente contribuiriam, ao menos em parte, na definição dos perfis dos setores, em função da quantidade de perfis de enunciadores relacionados a esses setores.

O quadro 18 mostra que, dos dez setores, apenas três não apresentavam negações polêmicas (ACI, PASC e ES). A ACI, setor com maior número de partes com enunciados negativos (53,33%), só apresentava negações descritivas. Neste caso, parece que sua função de controle e fiscalização inviabilizaria a instauração de polêmicas. O perfil desse setor, portanto, poderia ser considerado autoritário, ditatorial, não abrindo espaço para nenhum embate entre diferentes pontos de vista.

No entanto, A PASC e o ES também possuem enunciados negativos com negações polêmicas. Mas esses enunciados, em função dos critérios usados no capítulo 4, não constituíram os *corpora* relativos a esses setores, por exemplo, o pedido de auxílio-alimentação, no ES, e o pedido de auxílio-alimentação e o pedido de peças de fardamento, na PASC, utilizados em outros setores e considerados como polêmicos, conforme vimos no quadro 15, ambos atribuídos ao enunciador-dificultador.

Como os enunciados negativos compõem partes dirigidas de um setor a outro, os pontos de vista encenados pelas negações referem-se antes aos setores a que as partes se

dirigem que aos próprios setores emissores. As partes relacionadas ao enunciador-difícultador dirigiam-se ao EI. Logo, é o perfil desse setor que estaria sendo desqualificado, ou seja, o de difícil, pois tenta inviabilizar o acesso dos funcionários a bens e serviços.

O perfil de autoritário da ACI seria corroborado pelos enunciados das partes que a esse setor se dirigem, pois a maioria deles se refere ao enunciador-controlador ou, mais raramente, ao incrédulo e ao difícil (vide análises feitas neste capítulo). Nesse sentido, haveria nesse espaço também um embate entre os diferentes setores.

Diante do acima exposto, sentimo-nos confortáveis para finalizar este capítulo e, com base nas análises aqui desenvolvidas, iniciar, finalmente, nossas considerações finais, referentes à conclusão desta pesquisa. Nelas, pretendemos responder à pergunta feita no Capítulo 1, bem como tentar confirmar as hipóteses relativas ao problema formulado nesse capítulo, se bem que se possa inferir das análises feitas um esboço de resposta.

6. Considerações finais

O objetivo geral da nossa pesquisa, como reiteramos diversas vezes ao longo desta dissertação, era investigarmos o funcionamento do gênero parte na comunidade em que circula. Além disso, tínhamos como objetivo específico averiguar se haveria espaço para a polêmica num meio regido por princípios tão rígidos de hierarquia e disciplina.

Intrigou-nos, a princípio, a parca utilização da referida partícula nas partes, com as quais mantínhamos contato diariamente em nosso ambiente de trabalho, pois a restrição ao emprego do “não” poderia estar relacionada tanto ao gênero parte, quanto ao próprio meio em que esse gênero circula. Outro fator que nos motivou para esta pesquisa, como assinalado na Introdução, foi serem as partes um gênero de redação oficial bastante cristalizado, no sentido de haver para ele todo um conjunto de regras, previstas nas Instruções Normativas analisadas no Capítulo 2, a respeito da sua padronização, uniformização e tramitação entre os setores.

Essas prescrições, que incluíam até mesmo a linguagem a ser utilizada, associadas a um certo modelo de comunicação, o qual inferimos das referidas instruções e sobre o qual discorreremos detalhadamente no Capítulo 2 desta pesquisa, pareciam inicialmente tornar o gênero pouco atrativo para a análise. Perguntávamo-nos, então, se seria possível transformá-lo em objeto de análise, já que ele, além do que afirmamos no parágrafo anterior, restringe-se ao meio militar, um meio, como as próprias partes, igualmente eivado de regras e preceitos.

Tudo isso, contudo, nos serviu mais como motivação, como desafio, do que empecilhos. Tanto que, em pouco tempo de contato com os dados de que dispúnhamos, a saber, mais de quatro mil documentos, nos vimos diante de várias possibilidades de análise, como, por exemplo, os diversos tipos de discursos relatados neles presentes.

Esses discursos seriam, por si sós, suficientes para demonstrar o dialogismo (Bakhtin, 2003) existente nesses textos. Entretanto, optamos por outra forma de polifonia, o operador “não”. A partir do seu estudo, buscamos entender, sob a ótica de Ducrot (1987), o diálogo travado entre as diversas vozes postas em cena pelos enunciados negativos das partes.

Em nossa análise-piloto, operacionalizada no quarto capítulo desta pesquisa, demonstramos o quanto é restrito o uso dessa partícula no gênero discursivo acima, pois apenas duzentas e sessenta e cinco partes, dentre as mais de quatro mil, apresentavam enunciados negativos. Como houvesse, nesses documentos, diversas repetições de assuntos, também demonstradas no referido capítulo, logramos reduzir nosso material a quarenta e duas partes, restringindo o nosso *corpus* a quarenta e sete enunciados negativos.

De acordo com a nossa análise, trinta e cinco enunciados negativos apresentavam negações descritivas. Os demais enunciados, totalizando doze, punham em cena pontos de vista afirmativos subjacentes, defendidos por diferentes enunciadore, cujos perfis traçamos nas seções 5.4.2.1 a 5.4.2.4 acima.

Essas negações, conforme pudemos verificar, além de estabelecerem pontos de conflitos entre as diferentes vozes no interior dos enunciados das partes analisadas, traziam à tona diversos saberes veiculados pelos pontos de vista afirmativos subjacentes, saberes esses que estariam sendo rejeitados nesse espaço discursivo.

Assim, pudemos confirmar as nossas hipóteses, baseados nos quadros propostos no capítulo destinado à análise do *corpus*. Segundo uma dessas hipóteses, por se tratar de um meio militar, em que as relações hierárquicas estão fortemente enraizadas naqueles que nele interagem, e os direitos e deveres (sobretudo estes) estão previstos e prescritos em diversas legislações inerentes às atividades aí exercidas, em concomitância com todas

as sanções previstas para quem deixar de cumprir as prescrições veiculadas por essas legislações, predominariam nesse espaço discursivo negações descritivas e, no caso das negações polêmicas, perfis de enunciadores ligados a uma conduta padrão, a uma tendência à burocratização e a uma inclinação ao controle do outro por meio do autoritarismo e da alienação.

Essas asserções nos remetem à nossa segunda hipótese, segundo a qual os enunciados negativos, ao se contraporem a esses perfis de enunciadores e aos pontos de vista sustentados por eles, estariam denunciando a fragilidade de um sistema cujas leis e sanções são pretensamente inflexíveis e invioláveis, capazes de controlar o indivíduo o tempo todo e de todas as formas, mas que no fundo permitiriam uma possibilidade de resistência por parte deste indivíduo.

Isso parece explicar o porquê do escasso uso da partícula “não” no gênero discursivo estudado: se, por um lado, o “não” denuncia a fragilidade dos mecanismos de controle no meio militar (as regras e sanções a elas relacionadas), o que representaria uma resistência ao funcionamento da engrenagem desse sistema trabalhista, por outro, a restrição do seu uso mostra haver no meio militar uma tentativa de abafar as vozes que lhe são contrárias.

Contudo, os perfis acima mencionados estabelecem um interdiscurso (Maingueneau, 1997) entre si, ora em forma de alianças, como os enunciadores pertencentes ao bloco dos pontos de vista divergentes aos interesses dos funcionários (Quadro 17 do Capítulo 5); ora em franca oposição, como a estabelecida entre os enunciadores deste último bloco e os enunciadores do bloco referente aos pontos de vista convergentes com os interesses dos funcionários no referido quadro.

Em resumo, se os pontos de vista dos enunciadores de ambos os blocos, seja aqueles que atendem aos interesses dos funcionários, seja os que os renegam, estão sendo

desqualificados nos enunciados negativos, é porque nenhum desses perfis é suficientemente interessante nesse meio, por isso a rejeição. E não são interessantes porque cada um dos dois grandes grupos de enunciadore, de formas diferentes, afetam os trabalhadores dessa comunidade e a própria administração.

Acreditamos que há dois tipos de trabalhadores nessa comunidade, um trabalhador *real*, funcionário de carne e osso, com todas as suas vicissitudes, suas qualidades e defeitos, submetido diariamente às condições de trabalho, ou, em outras palavras, um funcionário envolvido nas práticas reais de trabalho; o outro, um funcionário *ideal*, correspondente a uma imagem de militar ou civil, que reuniria em si todas as qualidades ideais, segundo os interesses da administração, em outras palavras, que estivesse em conformidade com o sistema.

Nesse sentido, o contraste operado no quadro 17 entre os enunciados negativos e os perfis a eles ligados só faz sentido se levarmos em conta a diferença estabelecida acima entre os tipos de trabalhadores. Isso quer dizer que a divisão do aludido quadro trata dos interesses do trabalhador a que denominamos *real*, já que o outro, o *ideal*, corresponderia aos interesses da administração.

Então, poderíamos interpretar de duas maneiras os efeitos de sentido aí mobilizados: como uma forma de denúncia a falhas no funcionamento da engrenagem, especialmente no caso do enunciadore-incrédulo e do enunciadore-equivocado, por um lado, e do enunciadore-dificultador, por outro; como uma modalidade de rejeição a certas condutas dos próprios trabalhadores, tais as do enunciadore-controlador.

Devido ao grande número de negação descritiva, percebe-se que a polêmica é rejeitada nesse meio. Se negar já era precário, polemizar se torna mais complicado ainda. Daí o número reduzido de negações polêmicas. Apesar disso, a polêmica se imiscui sorrateiramente nesse meio, corroendo-lhe as bases de sustentação. E os ecos dos embates

gerados abrem frinchas na parede de silêncio, erguida em torno dessa comunidade discursiva.

De qualquer modo, como nós supúnhamos, há várias vozes debatendo no interior desses enunciados. E os efeitos de sentidos aí mobilizados não se mostram tão evidentes (Pêcheux, *apud.* Orlandi, 2005), quanto pressupõem as prescrições existentes nas duas instruções normativas que regulam o funcionamento do gênero discursivo pesquisado.

A identificação dessas vozes, os perfis postos em cena por elas, aliados aos saberes que veiculam, conferem a esses textos uma possibilidade de interpretação para além da imediata. Isso prova que a idéia de clareza, concisão, impessoalidade, neutralidade, defendida pelas referidas instruções, não passa de uma crença na suposta transparência da linguagem (*idem, ib.*).

Finalizamos esta pesquisa, portanto, com a seguinte citação:

“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (Pêcheux, 2002: 53)

Esperamos, através dessa pesquisa, ter contribuído de alguma forma para os estudos lingüístico-discursivos em nossa área de atuação, a da Lingüística Aplicada.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 19. Campinas: Unicamp, jul./dez., 1990.

_____. Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROS, M. *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: Edufes, 1999.

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

INDURSKY, F. *O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas*. Gragoatá. Niterói, nº 5, p. 111-120, 2º sem. 1998.

JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1960.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências da Análise do Discurso*. 6 ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. *O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História*. IN: Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. S/d. (mimeo.).

ORLANDI. Eni. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX. Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Campinas, Pontes, 2002.

ROCHA, Décio. “Dispositivos de Inscrição do Outro no Discurso.” Comunicação apresentada no 1º Círculo de Estudos da Linguagem – CELing. Rio de Janeiro, IL/Uerj, 2001 (mimeo).

_____. Polifonia em Enunciados Negativos: Vozes que Habitam o Dizer Não. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, n. 1, 1998.

RODRIGUES, Isabel Cristina. *Debates em educação bilíngüe para surdos: vozes que habitam o dizer não*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2002 (mimeo).

VAL, Maria da Graça da Costa. Repensando a Textualidade. In: AZEREDO, José Carlos (org.). *Língua Portuguesa em Debate: Conhecimento e Ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Documentos Consultados

Instruções do Ministério da Aeronáutica – IMA 10-1 – 10 de fevereiro de 1995.

Instruções do Comando da Aeronáutica – ICA 10-1 – 15 de julho de 2004.

Regulamento Disciplinar da Aeronáutica – RMA 29-1 (RDAER) – 22 de setembro de 1975.

ANEXO I

(Partes com negações polêmicas)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º/16º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 420/1º/16º GAV

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2004

Do 1º Ten.-Av. FULANO DE TAL
Ao Sr. Agente de Controle Interno

Assunto: Falta à Prestação de Contas

Informo-vos que não mais faço parte da Comissão de Cotejamento do Efetivo Militar, assim como o 2º Ten.-Inf SICRANO DE TAL, a contar de julho do corrente ano conforme boletim interno nº 146, de 13 de agosto, no qual foi nomeada outra comissão para execução da conferência, no período de julho a dezembro de 2004, e dispensada a anterior que havia sido designada pelo boletim interno nº 020, de 02 de fevereiro de 2004, para o período de janeiro a junho.

FULANO DE TAL – 1º Ten.-Av.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA

Parte 215/1º GAVCA

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EC

Assunto: Relação de Militares

2. Informo a V. S. que foi entregue uma cópia para cada militar.
Informo ainda que o militar X não pertence ao efetivo do 1º GAVCA.

SICRANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Comandante do 1º GAVCA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA

Parte 306/1º GAVCA

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do GSB

Assunto: Apoio de Cópias de Apostilas

Em virtude da realização do curso de Sistema de Comando de Vôo da aeronave F-5E no período de 23 Ago. a 10 Set. 04, como consta no rádio EMFAE3 386/A-1/190704, e do não recebimento dos cartuchos da copiadora desta Unidade (material especificado no PAM Nº 055/1º GAVCA/2004), solicito-vos apoiar este Grupo na confecção (cópias) de apostilas.

SICRANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Comandante do 1º GAVCA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
4º/7º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 053/4º/7º GAV

Rio de Janeiro, 04 de março de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do BINFA

Assunto: Transcrição de Ocorrência

Transcreve-se para vosso conhecimento e providências, a seguinte ocorrência relatada no livro de registros do Sgt. De Dia ao 4º/7º GAV do dia 25 para 26/02/2004 (Sgt. X).

“Houve atraso na rendição dos soldados de sentinela ao 4º/7º GAV. O Oficial-de-dia foi acionado.”

“Em tempo: serviço do dia 25 para o dia 26 de fevereiro de 2004. O soldado X, pertencente ao efetivo do Esquadrão de Intendência desta Base Aérea, atrasou-se em 1h e 15mim ao assumir seu quarto de hora, de 0h às 2h, no serviço do dia 25 para o dia 26 de fevereiro de 2004. Ao ser inquirido por mim sobre seu atraso, este informou ter dormido em uma seção de seu esquadrão, muito embora a ninguém informasse seu paradeiro. Informou também, quando interrogado, não possuir despertador ou relógio. Tal ocorrido mobilizou inclusive o Oficial-de-dia, o qual relatou isto em seu livro. Não obstante, o referido soldado novamente se atrasou no quarto de hora seguinte, chegando às 6h 20mim em seu posto de serviço e não às 6h, conforme previsto.”

SICRANO DE TAL – Maj. Av.
Comandante do 4º/7º GAV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
4º/7º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 059/4º/7º GAV

Rio de Janeiro, 09 de março de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EI

Assunto: Uniformes de Vôo

Solicito a V. Sa. trocar ou fornecer ao militar abaixo, as seguinte peças de fardamento, tendo em vista o longo tempo de uso de algumas peças e não possuir outras.

SICRANO DE TAL – Maj. Av.
Comandante do 4º/7º GAV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE FINANÇAS

Parte nº 044/EI-2

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2004

Do Gestor de Finanças
Ao Sr. Agente de Controle Interno

Assunto: Extrato de alterações financeira de pessoa – Diárias (EAFP-D)

Tendo em vista que esta seção de finanças emite EAFP-D, para diárias, sendo que o local não é adequado para este tipo de procedimento, solicito a V. Sa. a possibilidade de que o EAFP-D seja emitido por outro setor a fim de evitar impropriedade administrativa ou transtornos à administração desta UPAG.

2. Informo ainda a V. Sa. que os pagamentos de diária seriam feitos através da O.S. devidamente homologada pelo ordenador de despesas, e da apresentação da missão.
3. Informo ainda a V.Sa. que é importante a publicação da EAFP das diárias concedidas para subsídio à célula C, bem como para evitar problemas fiscais com os militares desta BASC.

FULANO DE TAL – Cap.-Int.
Gestor de Finanças



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE PESSOAL

Parte 893/EP

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2004

Do Comandante
Ao Srs. Comandantes de Esquadrão

Assunto: Escala de Serviço

1. Visando um melhor aproveitamento dos recursos humanos com relação ao desenvolvimento dos serviços burocráticos, comunico a V. Sa. que o Setor de Escala de Serviço, conforme previsto na NPA 007/EP, de 23 Jan. 2004, estará à disposição para atendimento ao público, das 8h às 16h, lembrando que, de acordo com a NPA referenciada, as trocas de serviço não poderão ser feitas via telefone.

FULANO DE TAL – Maj. Enf.
Comandante do EP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE PESSOAL

Parte 1057/EP

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Chefe da Telemática

Assunto: Ligações Telefônicas

Solicito-vos a reativação do ramal 342, pertencente a este Esquadrão, visto que as ligações efetuadas não ultrapassaram o valor limite.

FULANO DE TAL – Maj. Enf.
Comandante do EP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Parte 225/EIE

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EI

Assunto: Ajuda de Custo

Informo a V. Sa. que o militar X não recebeu o adiantamento da Ajuda de Custo, referente à missão realizada em Natal, no período de 02 de junho a 18 de junho de 2004.

2. Solicito a V. Sa. a concessão do referido benefício ao militar acima.

FULANO DE TAL – Maj. Av
Comandante do EIE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Parte 235/EIE

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EI

Assunto: Ajuda de Custo

Solicito a V. Sa. o pagamento de auxílio alimentação aos militares abaixo [segue relação de militares], em virtude de os mesmos terem sido deslocados para missão fora da sede.

2. Outrossim, informo a V. Sa. que os referidos militares não realizaram suas refeições em unidades da FAB.

FULANO DE TAL – Maj. Av
Comandante do EIE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Parte 276/EIE

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2004

Do Comandante
Ao Sr. ACI

Assunto: Consumo Elevado de Combustível

Informo a V. Sa. que a viatura Pick-up 93DP153 encontrava-se acidentada, tendo sido recuperada no dia 28 de julho de 2004, após manutenção mecânica, elétrica, lanternagem e pintura. Reabasteceu para teste, não sendo utilizada no período.

FULANO DE TAL – 1º Ten. Av.
Comandante do EIE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Parte 389/EIE

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2004

Do Comandante
Ao Encarregado da STM

Assunto: Condução da alimentação

Por ordem do Comandante do EIE, a alimentação da STM será feita na condução do Combustível na quarta-feira ou na condução da rendição na quinta-feira e não poderá ser feita em duas viagens.

FULANO DE TAL – 1º Ten. Av.
Comandante do EIE

ANEXO II

(Partes com negações descritivas)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º/16º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 103/1º/16º

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2004.

Do SO Fulano de Tal
Ao Sr. Chefe do Setor de Pessoal

Assunto: Comunicação

Comunico-vos de que o 3S BET SICRANO DE TAL, escalado de monitor de educação física para o dia 13 de abril, não esteve presente à instrução.

2 O mesmo, até o presente momento, não participou o impedimento ao escalante.

3 O 3S BET BELTRANO DE TAL (reserva), que presente à instrução, ministrou a mesma, embora não tenha sido acionado pelo titular do dia.

FUNLANO DE TAL – SO BMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA

Parte 091/1º GAVCA

Rio de Janeiro, 30 de março de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EC

Assunto: Relação de Militares

Encaminho a V. Sa. a relação abaixo dos militares que não tiraram foto no dia 07 Mar. 04 (domingo).

(Segue relação dos militares)

SICRANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Comandante do 1º GAVCA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
1º GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA

Parte 476/1º GAVCA

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2004

Do Comandante
Ao Chefe da SIPAA-SC

Assunto: Equipe de desinterdição de pista do 1º GAVCA

1. Informo a V. S. que não houve participação direta deste Grupo de Aviação durante o acionamento simulado do PEAA 2004.
2. Encaminho a V. Sa. a relação atualizada da equipe de desinterdição de pista do 1º GAVCA para atualização do PEAA.

SICRANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Comandante do 1º GAVCA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
4º/7º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 225/4º/7º GAV

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Cmt. do GSB

Assunto: Exclusão de detentores de material carga.

Solicito a V. Sa. que o 1º Esquadrão, 2º Esquadrão e GAS do 1º GAE sejam excluídos da listagem de detentores de material carga da seção de registro da BASC, pois as referidas unidades foram desativadas e não compõem o 4º/7º GAV.

SICRANO DE TAL – Maj. Av.
Comandante do 4º/7º GAV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
4º/7º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 297/4º/7º GAV

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Escala de Serviço
Ref. : Parte nº 864/EP-1, de 20 Set. 2004
Anexo : 01 (uma) Relação

1. Em atenção ao contido no documento da referência, encaminho a V. Sa. a relação nominal dos militares e suas respectivas escalas de serviço.
2. Informo a V. Sa. que as escalas de Mecânico de Dia e SOA não são de duração de 24 horas.

SICRANO DE TAL – Maj. Av.
Comandante do 4º/7º GAV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
4º/7º GRUPO DE AVIAÇÃO

Parte 334/4º/7º GAV

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EI

Assunto: Discrepâncias na Sala Cardeal 01

1. Informo a V. Sa. que a Sala Cardeal 01 encontra-se com as seguintes discrepâncias:
 - a – Sala do Bar.
 - ar-condicionado: disjuntor desarma em certas ocasiões;
 - chopeira em pane: gela-copos inoperante e o compressor arma e desarma num curto espaço de tempo;
 - paredes: com rachadura e mofo.
 - b – Sala de TV:
 - paredes: com rachadura e infiltração.
2. Foi observado pelo militar X, que estava de serviço no local, um ruído de curto circuito sobre o forro da Sala Central, informo ainda que o mesmo parou após algumas tentativas de desarmar e rearmar os disjuntores.
3. Tendo em vista que a conclusão da obra não completou um ano, creio que as panes acima citadas podem ser sanadas através de garantias das empresas responsáveis.

SICRANO DE TAL – Maj. Av.
Comandante do 4º/7º GAV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte nº 003/ACI/04

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2004

Do Agente de Controle Interno

Ao 1º Ten. Arm Fulano de Tal

Assunto: Inventário Analítico

Solicito-vos informar e justificar os motivos que concorreram para que o inventário analítico sob sua responsabilidade não fosse entregue no prazo previsto, conforme determinação publicada no bol. int. 243, de 30 de dezembro de 2003.

SICRANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte nº 009/ACI/04

Rio de Janeiro, 04 de março de 2004

Do Agente de Controle Interno
Ao 1º Ten. Arm Fulano de Tal

Assunto: Cobrança de Termo de Vistoria

Solicito-vos informar e justificar os motivos pelos quais a comissão de vistoria para fins de demolição da benfeitoria nº RJ004-30-12-E-088 (Stand de Tiro de Armas Portáteis), sob sua responsabilidade, não enviou a este Agente de Controle Interno, até a presente data, o Termo de Vistoria do referido imóvel, conforme determinação publicada no Bol. It. 127, de 11 de julho de 2003.

SICRANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte nº 012/ACI

Rio de Janeiro, 18 de março de 2004

Do Agente de Controle Interno
Ao Comandante do EC

Assunto: Inventário Analítico – 1º Semestre/2004

Solicito informar, até 22 de março de 2004, o motivo do não cumprimento da determinação do Sr. Comandante da BASC, quanto ao comparecimento à Seção de Registro para conferência da carga desse setor.

SICRANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte Circular nº 019/ACI/04

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2004

Do Agente de Controle Interno
À Cantina _____

Assunto: Horário de Almoço

Por ordem do Sr. Comandante, comunico-vos que o horário para funcionamento de almoço nas cantinas deverá ser o mesmo da Unidade no dias de expediente. O não cumprimento desta determinação poderá provocar a rescisão do contrato.

FULANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte nº 020/ACI
2004

Rio de Janeiro, 18 de junho de

Do Agente de Controle Interno
Ao Chefe da Telemática

Assunto: Declaração de Bens e Renda

Ref. : ICA 173-1, de 19 Jul. 2001

Solicito-vos a possibilidade de providências junto aos militares citados abaixo, no sentido de que encaminhem ao EP, impreterivelmente até o dia 22/06, 3ª feira, a declaração de bens e rendas, relativa ao ano de 2003, conforme determinado através do Bol. Int. nº 081 de 06 de maio de 2004, sob pena de inclusão em processo de tomada de Contas Especial, a ser realizado pela SEFA e TCU, pelo não cumprimento do previsto na Lei 8429/92, Lei 8730/93, Decreto 978/93, instrução nº 5/94 TCU e Portaria 35/GMG/95.

Solicito-vos, ainda, a possibilidade de informá-lo(s) da necessidade de encaminhamento, no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar do recebimento desta, de parte individual com a justificativa do não cumprimento da determinação contida no Bol. Int. já citado.

(relação dos militares)

SICRANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
SEÇÃO DE CONTROLE

Parte nº 038/ACI

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2004

Do Agente de Controle Interno

Ao Presidente da Comissão de Cotejamento Efetivo Militar

Assunto: Falta à Prestação de Contas

Deveis informar o motivo pelo qual os militares não compareceram à prévia da Prestação de Contas, realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2004, tampouco à Reunião dos Agentes da Administração no dia 14 Set. 04, conforme relacionado abaixo:

(nomes dos três militares que compõem a comissão, inclusive o presidente a quem a parte se dirige)

SICRANO DE TAL – Maj.-Int.
Agente de Controle Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ

Parte 065/PASC

Rio de Janeiro, 30 de março de 2004

Do Prefeito
Ao Sr. Comandante da BASC

Assunto: Treinamento Militar

Encaminho-vos a relação dos militares desta PASC que não participaram do treinamento militar.

FULANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Prefeito de Aeronáutica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ

Parte 129/PASC

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2004

Do Prefeito
Ao Sr. Cap X

Assunto: Desconto

Informo-vos que o desconto de R\$ 40,40 em favor da caixa 100 é referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril que não haviam sido descontados.

FULANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Prefeito de Aeronáutica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ

Parte 140/PASC

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2004

Do Prefeito
Ao Sr. Comandante da BASC

Assunto: Solicitação de viatura

Solicito a V. Sa. enviar um motorista e uma condução para a PASC, no dia 10 de julho, tendo em vista não haver motorista disponível no setor.

FULANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Prefeito de Aeronáutica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ

Parte 296/PASC

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2004

Do Prefeito
Ao Sr. Comandante da BASC

Assunto: Escala de Representação

Encaminho-vos a relação do militar desta PASC que participaram da representação militar.

2. Informo, ainda, a V. Sa. que o referido militar não desejará condução.

FULANO DE TAL – Ten. Cel. Av.
Prefeito de Aeronáutica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INTENDÊNCIA

Parte 067/EI

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EC

Assunto: Militar Incluído por Decisão Judicial

Informo a V. Sa. que não há militares incluídos, neste setor, por decisão judicial.

FULANO DE TAL – Maj. Int.
Comandante do EI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INTENDÊNCIA

Parte 157/EI

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Engajamento de Soldado

Informo a V. Sa. que não há soldados, neste Esquadrão, na situação de engajamento.

FULANO DE TAL – Maj. Int.
Comandante do EI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE PESSOAL

Parte 111/EP

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Chefe da Telemática

Assunto: Conserto de computador

Solicito a V. Sa. a possibilidade de proceder a manutenção de um computador Pentium 333 MHz deste Esquadrão.

2. Tal solicitação prende-se ao fato do computador travar freqüentemente e, neste dia, após dois travamentos, não funcionou mais.

FULANO DE TAL – Maj. Inf. R/1
Comandante do EP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE PESSOAL

Parte 948/EP

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Chefe da Seção de Pessoal Civil

Assunto: Falta de Servidor

Solicito-vos não abonar as faltas ao expediente dos dias 3, 16, 18, 19 e 20 Ago. 2004, referentes ao Funcionário Civil X, tendo em vista o referido funcionário não ter apresentado comprovante médico ou justificativa para as mesmas.

FULANO DE TAL – Maj. Inf. R/1
Comandante do EP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Parte 003/EIE

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante da BASC

Assunto: Ausência de Militar

Comunico a V. Sa. que Soldado X, pertencente ao efetivo deste Esquadrão, faltou ao expediente do dia 12 Dez. 2003 ao dia 05 Jan. 2004, sendo que no dia 30 Dez. 2003, foi conseguido contato telefônico com o referido militar. Durante este período foi acionada uma captura, a qual não obteve sucesso. No dia 06 Jan. 2004, este Soldado apresentou-se nesta Organização e foi conduzido ao Xadrez para que aguardasse a apuração do fato e, caso cabível, iniciasse o cumprimento de sua punição.

FULANO DE TAL – 1º Ten. Av.
Comandante do EIE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE COMANDO

Parte 059/EC

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Licença Especial

Informo a V. Sa. que o militar X não fez o requerimento de Licença Especial no período normal, pois se encontrava de férias no período.

2. Solicito a V. Sa. a possibilidade de incluir o referido militar no Plano de Licença Especial desta Unidade.

FULANO DE TAL – Maj. Inf
Comandante do EC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE COMANDO

Parte 159/EC

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EI

Assunto: Ordem de Serviço

Solicito-vos cancelar a O. S. nº 309/SEC/04, referente ao militar X, em virtude de não ter sido efetuada a sua matrícula no referido curso.

FULANO DE TAL – Maj. Inf. R/1
Comandante do EC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE COMANDO

Parte nº 171/EC

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2004

Do Comandante do EC
Ao Sr. Agente de Controle Interno

Assunto: Comunicação (FAZ)

1. Comunico a V. Sa. que a partir da presente data, a ocupação da mesa do Comando no refeitório dos Oficiais, ficou estabelecido por nosso Comandante o seguinte: Cmt. da BASC, do GSB, de Unidade Incorporada, de Esquadrão da BASC e do BINFA.
2. Outrossim, informo ainda a V. Sa. que o Cmt. da BASC deverá ser aguardado até 12h 15mim, caso não chegue, poderão serem iniciados os serviços.

FULANO DE TAL – Maj.-Inf.-R/1
Comandante Interino do EC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE COMANDO

Parte 190/EC

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Militar Sub-júdice

Informo a V. Sa. que não há militar na situação de sub-júdice neste Esquadrão.

FULANO DE TAL – Maj. Inf
Comandante do EC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE SAÚDE

Parte 084/ES

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante da BASC

Assunto: Dispensa Médica

Em relação a consulta feita por V. Sa. a respeito de dispensas médicas de formatura dos militares da BASC, informo-vos:

1 – Dispensa Médica de Formatura é destinada ao militar que esteja impossibilitado de formar junto à tropa e executar os comandos oriundos do comandante da tropa, inclusive o desfile militar.

2 – Não existe restrição ao militar em comparecer à formatura para assisti-la em local próprio para dispensados, junto ao palanque, inclusive porque, segundo determinação de V. Sa., aqueles que estiverem impossibilitados de permanecerem de pé por longos períodos poderão assistir à formatura sentados.

FULANO DE TAL – Maj. Méd.
Comandante do ES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE SAÚDE

Parte 218/ES

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Cmt. do GSB

Assunto: Solicitação

Solicito-vos que sejam concedidas novas permissões de entrada pela guarda Sul, para o militar relacionado pelos motivos especificados: o militar X, do efetivo do ES, é morador do bairro de Sepetiba e a passagem pela Guarda Sul é mais rápida e fácil sua chegada à Base, não só em dias de expediente, mas também em dias em que precisa chegar ao posto médico com sua filha que sofre de problemas respiratórios e eventualmente utiliza os serviços desta emergência.

FULANO DE TAL – Maj. Méd.
Comandante do ES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE SAÚDE

Parte 461/ES

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Restituição de Documentos

Ref. : Folha de Encaminhamento nº 035/EP/04

Anexo : 1 – Ofício s;nº/EP-2
2 – Certidão de casamento

Restituo-vos a documentação constante do anexo referente à militar X.

2. Informo-vos que não foi confeccionada a Declaração de Dependência Tipo 1, em virtude da referida militar não desejar a inclusão do seu esposo no cadastro da SARAM.

FULANO DE TAL – Maj. Méd.
Comandante do ES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE SAÚDE

Parte 472/ES

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do EP

Assunto: Conferência do efetivo de soldados
Ref. : Parte nº 923/EP

1. Em resposta ao documento de referência, informo a V. Sa. que não foram encontradas discrepâncias, logo os militares relacionados no documento trabalham neste Esquadrão.
2. Informo-vos ainda que todos os soldados do Esquadrão estão relacionados.

FULANO DE TAL – Maj. Méd.
Comandante do ES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
ESQUADRÃO DE SAÚDE

Parte 489/ES

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2004

Do Comandante
Ao Sr. Comandante do BINFA

Assunto: Transcrição de Ocorrência
Ref. : Parte nº 104/BINFA, de 06 Out. 04

Em atenção à parte da referência, informo-vos que nos livros de atendimento médico e ocorrências, não há registro de atendimento médico do referido militar no período de 01 para 02 de outubro de 2004.

FULANO DE TAL – Maj. Méd.
Comandante do ES